

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS

RAMILLES GRASSI ATHAYDES

**“DOCUMENTANDO A SUBVERSÃO”:  
A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
(1976-1978)**

VITÓRIA  
2017

RAMILLES GRASSI ATHAYDES

**“DOCUMENTANDO A SUBVERSÃO”:  
A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
(1976-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Athaydes, Ramilles Grassi, 1989-

A865d Documentando a subversão : a reorganização do movimento  
estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (1976-1978) /  
Ramilles Grassi Athaydes. – 2017.

190 f.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Universidade Federal do Espírito Santo. 2. Movimentos  
estudantis – Reorganização. 3. Perseguição política. 4. Brasil – História  
– 1964-1985. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

RAMILLES GRASSI ATHAYDES

**“DOCUMENTANDO A SUBVERSÃO”: A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO  
ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1976-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (Orientador)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Angelica Müller (Membro externo)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (Membro interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Julio César Bentivoglio (Membro interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Membro interno suplente)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo (Membro externo suplente)  
Universidade de Vila Velha

A Anchangelo, Jordelina e Pablo, meu porto seguro. A Marcos pelo apoio constante. A Carlos Luiz, onde quer que esteja.

## AGRADECIMENTOS

Nessa longa caminhada que me trouxe até o exato momento em que escrevo estas palavras, muitas foram as pessoas que me acompanharam, incentivaram, orientaram e, não menos importante, foram fontes de apoio e carinho nos momentos de devaneios. Dessa forma, não poderia jamais deixar de agradecê-las. Agradeço inicialmente à minha família pelo apoio incondicional e por, mesmo sem saber exatamente o motivo para o qual “estudar tanto”, conseguir compreender os momentos em que estive ausente, nos quais fui obrigada a furtar-me de sua companhia. Ao longo da pesquisa, passamos por momentos difíceis juntos, superados há pouco tempo, mas que fortaleceram os nossos laços. Sonho agora apenas com a saúde de todos, para que possamos aproveitar intensamente os momentos que virão.

Agradeço infinitamente também ao meu mestre de longa data e orientador, Dr. Pedro Ernesto Fagundes, pela oportunidade concedida não somente a mim, mas a outros colegas, de contato com o universo da pesquisa acadêmica e pela chance de poder participar dos trabalhos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, cujos aprendizados alicerçaram a presente dissertação. Seus ensinamentos, sua paciência, sua conduta moral e profissional, serão sempre recordados com carinho. Sua postura nada soberba, tão difícil de ser encontrada no meio intelectual, servirá de ensinamento para a vida.

Agradeço também à professora Dr<sup>a</sup>. Angélica Müller (UFF), referência nacional na área pesquisada, que esteve presente em todos os momentos dessa parte de minha formação: desde a participação em congressos, como no Seminário de Pesquisa, na Qualificação e na defesa desta dissertação. Sua atitude sempre solícita, sua delicadeza, sua suavidade sempre será motivo de gratidão e inspiração.

Agradeço também ao Professor Dr. Vítor Amorim (UVV), pelos momentos de ensinamento realizados de maneira tão agradável, quanto sua postura afável e cortês pôde permitir. Dessa forma, também sou grata ao professor Dr. Ueber Oliveira pelos direcionamentos tão bem apontados no momento da qualificação e pela gentileza de participar da avaliação final desta dissertação.

Aos colegas Ayala Pelegrine e Leonardo Baptista, que me recepcionaram tão bem quando da minha chegada à UFES, acompanhando-me durante todos os momentos do curso, servindo como motivadores e fontes de pesquisa e de estímulo. Os guardo em meu coração.

À Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, por entender minha necessidade de ausentar-me das salas de aula para o meu aprimoramento profissional.

Ao apoio financeiro da FAPES, sem o qual esta pesquisa seria inviável.

Aos amigos da Escola Família Agrícola de Olivânia, sem os quais eu não teria conseguido concluir essa jornada. O apoio de vocês nos momentos mais críticos (tão raro de ser encontrado em uma classe desunida como a nossa) me fará nunca perder a fé na humanidade. Serei eternamente grata.

Aos colegas de profissão e alunos que me impulsionaram na busca pelo conhecimento, me fazendo acreditar que sim, era possível.

Ao apoio incondicional daquele a quem escolhi como parceiro de vida, Marcos Meneguelli Bissa. Sua presença constante em todos os momentos significativos desse percurso, acreditando em mim quando nem eu mesma acreditava, me fortaleceu. Suas convicções, atitudes e certezas são inspiradoras. Seu carinho e dedicação amenizaram até mesmo os dias mais difíceis pelos quais passei. A você todo o meu respeito, admiração, gratidão e amor.

Por fim, agradeço àqueles que ainda fazem parte de minha vida, ou não, mas que contribuíram para que esse propósito pudesse ser alcançado, onde quer que estejam.

“Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais.” (Belchior)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

38º BI	38º Batalhão de Infantaria do Exército
3º BC	3º Batalhão de Caçadores
ADESG/ES	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Espírito Santo
ADUFES	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI 1	Ato Institucional n. 1
AI 5	Ato Institucional n. 5
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
APEES/ES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
CA	Centro Acadêmico
CAFRU	Conselho de Administração e Funcionamento do Restaurante Universitário
CBM	Centro de Ciências Biomédicas
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CEB	Comunidades Eclesiais de Base

CENIMAR	Centro Nacional de Informações da Marinha
CEUNES	Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CI	Central de Informações
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CP/ES	Capitania dos Portos do Espírito Santo
CPC	Centro Popular de Cultura
CU/UFES	Comitê Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo
CV	Comissão da Verdade
CV/UFES	Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo
DA	Diretório Acadêmico
DACBM	Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Biomédicas
DACCJE	Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOI	Departamento de Operações e Informações
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DOPS/ES	Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo
DOPS/GB	Delegacia de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara

DPF	Departamento de Polícia Federal
DSI	Divisão de Segurança Interna
EAMES	Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo
ENEAD	Encontro Nacional de Estudantes de Administração
ENECO	Encontro Nacional de Estudantes de Economia
ENESS	Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ES	Espírito Santo
FAFI	Faculdade de Filosofia
FEFIEG	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IPM	Inquérito Policial Militar
LIBELU	Liberdade e Luta
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MR 8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
ORM	Organização Revolucionária Marxista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PM	Polícia Militar

POLOP	Política Operária
POR	Partido Operário Revolucionário
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RU	Restaurante Universitário
SDR	Superintendência Regional
SESAC	Semana Nacional de Saúde Comunitária
SI	Sessão de Informações
SII	Serviço de Investigações e Informações
SISNI	Sistema Nacional de Informação
SISSEGIN	Sistema Nacional de Segurança Interna
SNI	Serviço Nacional de Informação
SPI	Superintendência de Investigações
SR	Superintendência Regional
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UEE	União Estadual dos Estudantes
UES	Universidade do Espírito Santo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ARENA

Aliança Renovadora Nacional

## RESUMO

Em meio às comemorações do cinquentenário do golpe militar de 1964 e à crescente ampliação do acesso à massa documental sobre a ditadura militar brasileira, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar a reorganização do Movimento Estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especificamente entre os anos de 1976 a 1978. O recorte temporal prioriza a fase inicial do processo de reabertura política do país, ocasião em que diversos setores da oposição à ditadura começaram a encontrar possibilidades de ampliar suas atividades de resistência ao regime militar, reestruturando-se e tornando suas ações cada vez mais vigorosas. Dentre esses grupos, destacam-se os militantes estudantis que, também no Espírito Santo, constituíam-se no setor pioneiro na luta contra a ditadura. Verificou-se no desenrolar dos estudos que desde o golpe de 1964 a UFES sofreu com a repressão, tendo sido realizada através de quatro etapas, com marcos específicos definidos. Assim, o presente estudo privilegia a última delas, na qual se verifica a retomada das atividades do Movimento Estudantil nacionalmente a partir de 1976, com as mobilizações que pretendiam reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Paralelamente, os estudantes da UFES começaram suas mobilizações através de atividades convocadas pelos principais Diretórios Acadêmicos em funcionamento: o DA de Ciências Jurídicas e Econômicas (DACCJE) e o DA do Centro de Ciências Biomédicas (DACBM), culminando na reabertura de sua entidade organizativa máxima dentro da Universidade, ou seja, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em 1978. Nesta pesquisa, objetiva-se compreender o processo de reestruturação do Movimento Estudantil capixaba, capitaneado pelos estudantes universitários, partindo de uma análise criteriosa de diversas fontes documentais que corroboraram na afirmativa de que o ME, embora duramente reprimido dentro da própria Universidade, conseguiu criar subterfúgios adequados ao momento histórico que enfrentava e continuar a luta contra o sistema repressivo, até ser capaz de se fortalecer ao ponto de unificar-se em prol dos direitos dos estudantes e das chamadas liberdades democráticas.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Movimento Estudantil. Repressão. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Reorganização.

## ABSTRACT

In the midst of the commemorations of the fiftieth anniversary of the 1964's military coup and the growing expansion of access to the documentary mass on the Brazilian military dictatorship, This research was developed with the purpose of analyzing the reorganization of the Student's Movement at the Federal University of Espírito Santo (UFES, in Portuguese), specifically between 1976 and 1978. The temporal cut prioritizes the initial phase of the political reopening process the country has been through, at which time several sectors of opposition to the dictatorship began to find possibilities to expand their activities of resistance to the military regime, restructuring themselves and making their actions even more vigorous. Among these groups the student militants stood out, mainly in Espírito Santo, wich constituted the pioneer sector in the fight against dictatorship. It was verified in the course of the studies that since 1964's coup, UFES suffered from repression, having been carried out through four stages, with defined specifics marks. Thus, the present study favors the last one, in which there is a resumption of the Student's Movement activities at national level, beginning in 1976, with the mobilizations that were intended to reorganize the National Union of Students (UNE, in Portuguese). At the same time, UFES' students began their mobilizations through activities called out by the main Academic Directories in operation: the DA of Legal and Economic Sciences (DACCJE, in Portuguese) and the DA of the Biomedical Sciences Center (DACBM, in Portuguese), culminating in the subsequent reopening of its maximum organizative entity within the University, the Central Directory of Students (DCE, in Portuguese) in 1978. This research aims to understand capixaba Student's Movement restruturation process, leaded by university students, starting on a criteriousanalysis of several documentary sources that corroborated the assertion that the ME (Student Movement), although severely repressed within the University itself, was able to create adequate subterfuge to the historical moment faced at the time and to continue the struggle against the repressive system, until it was able to strengthen itself to the point of unify In favor of student rights and so-called democratic freedoms.

**Keywords:** Military dictatorship. Student's Movement. Repression. EspíritoSanto Federal University (UFES).Reorganization.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 DITADURA MILITAR BRASILEIRA: LEGITIMAÇÃO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA.....</b>	<b>24</b>
<b>2 A REPRESSÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL E CAPIXABA.....</b>	<b>42</b>
2.1 DA SUA TRAJETÓRIA.....	42
2.2 AS ONDAS REPRESSIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	47
2.3 O FUNCIONAMENTO DO APARATO REPRESSIVO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA.....	57
<b>3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NÃO MORREU.....</b>	<b>66</b>
<b>4 A MOVIMENTAÇÃO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ATÉ A REABERTURA DO DCE .....</b>	<b>76</b>
4.1 A ATUAÇÃO DOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DE MAIOR INFLUÊNCIA.....	76
4.1.1 O DA Do Centro de Ciências Biomédicas.....	76
4.1.2 O DA do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e o surgimento da imprensa estudantil.....	82
4.2 O PROCESSO DE REABERTURA DO DCE UFES.....	92
4.3 A APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA DE RESISTÊNCIA E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS POLÍTICAS .....	98
4.3.1 A influência do PCB no ME.....	106
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>116</b>
ANEXO I - Oitiva com ex-estudantes da UFES	131
ANEXO II - Geração Gota D'água – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980.....	180

## INTRODUÇÃO

O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (DCE-UFES), localizado na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, em janeiro de 1969 teve sua sede invadida pela Polícia Federal. A partir desse episódio todo o Movimento Estudantil (ME) teria entrado em paralisia, durante quase uma década. Apenas em outubro de 1978, após uma eleição para reconstituir a diretoria da entidade máxima dos estudantes foi que o ME voltou a atuar na Universidade.

De forma resumida, essa é a versão propagada sobre parte da história do ME capixaba durante parte da Ditadura Militar (1964-1985). Reproduzida em trabalhos acadêmicos, documentários, capítulos de livros e, principalmente, na memória dos ex-dirigentes estudantis que, posteriormente, participaram da vida pública, especialmente, de Paulo Cesar Hartung, ex-presidente do DCE-UFES (eleito presidente da chapa vencedora da eleição do DCE, em 1978) e atual governador do Estado.

De certa forma, essa versão de parte da história do ME da UFES é uma adaptação à tese que, durante muitos anos, foi aceita sobre a trajetória do ME brasileiro em geral. Entretanto, as atuais pesquisas sobre a temática, sobretudo as realizadas pela historiadora Angélica Müller, colaboram para uma revisão da visão de “paralisia” das atividades estudantis durante os chamados “Anos de Chumbo”, uma vez que, como veremos, os estudantes da UFES resistiram e posicionaram-se contra o regime militar de diferentes formas.

Sendo assim, partindo da interrogação sobre quais foram os caminhos do ME da UFES entre o fechamento do DCE, em 1969, e a reabertura da entidade, em 1978, a presente pesquisa estabeleceu como objetivo central investigar as atividades dos militantes estudantis da UFES durante esse período, ou seja, entre 1969 e 1978.

Também se estabeleceu como objetivos específicos analisar as atividades estudantis, durante esse período, nas diferentes frentes, entre elas: atividades dos Diretórios Acadêmicos, a imprensa estudantil e a atuação em organizações políticas. Outro ponto que abordaremos será a atuação dos órgãos de repressão no interior da UFES, principalmente, da chamada Assessoria Especial de Segurança e Informação

(AESI/UFES). Também apresentaremos documentos de outros órgãos do aparato repressivo que foram pesquisados no acervo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo, o chamado Fundo DOPS/ES, custodiado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Sendo assim, no primeiro capítulo trataremos sobre o golpe civil-militar que abateu o Brasil em 1964 e de sua legitimação através da necessidade imperativa de “manutenção” da ordem, trabalhando, portanto o conceito de excepcionalidade do regime de exceção, tão amplamente discutido por Agamben. No desenrolar do golpe que acabou culminando com a ditadura brasileira, faz-se necessário também a abordagem do conceito de resistência, tendo o Movimento Estudantil (ME), representado a dianteira contra o regime. Nesse capítulo, aborda-se, ainda, a repressão nacional ao ME, a radicalização do movimento e das outras formas de resistência encontradas pelos estudantes para se posicionarem contra o regime, lançando por terra à “suposta” teoria de estagnação do ME após 1969. Nesse intuito, trabalha-se o conceito de “microrresistências”, tática utilizada pelos estudantes nacionalmente e, também, presente no ME-UFES, cujo protagonismo na resistência à ditadura pode ser constatado na presente pesquisa.

O segundo capítulo trata da repressão aos estudantes no Brasil e no Espírito Santo, narrando a trajetória do ME, as chamadas “ondas repressivas” que abateram a Universidade Federal do Espírito Santo e o funcionamento dentro do campus universitário, tendo um aparato repressivo através da ação da AESI/UFES. Como toda repressão é permeada por resistência, abordar-se-á as formas de resistência praticadas pelos estudantes da UFES.

O terceiro capítulo cuida especificamente de comprovar a atuação dos estudantes da UFES (dentro do conceito de “microrresistências”), mesmo durante os períodos mais agudos da repressão, provando assim que o ME não desapareceu após o fechamento da sua entidade principal, o DCE, em 1969. Tendo mantido suas mobilizações, ainda que em pequena escala, e sob a vigilância constante do aparato repressivo.

O quarto capítulo aborda o processo de reorganização, propriamente dita, do ME-UFES de maneira institucionalizada, ou seja, os caminhos que os estudantes

percorreram para reativar suas entidades representativas de maneira oficial. Discorre, portanto, sobre as atividades dos Diretórios Acadêmicos (DA's) de maior influência: o DA do Centro de Ciências Biomédicas e o DA do Centro de Ciências Jurídicas e econômicas. A junção de tais Diretórios culminaria com a reabertura do DCE em 1978. Neste mesmo capítulo é, ainda, abordada a questão da apropriação da memória de resistência por parte da geração que participou ativamente do processo de reabertura, e que galgou degraus na política capixaba evocando unicamente para si a combatividade à ditadura.

Por fim, o quinto capítulo aborda a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ME-UFES. De maneira breve, demonstra-se como as ideias e bases ideológicas do "Partidão" foram bem aceitas pelos estudantes que, na medida em que fortaleciam suas entidades representativas, propiciavam a reestruturação dos quadros do partido no estado do Espírito Santo.

Os documentos que possibilitaram a pesquisa sobre a organicidade do ME da UFES compõem o Dossiê "Movimento Educacional" e fazem parte do fundo Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), que após a extinção do órgão em meados dos anos 1980, teve os seus arquivos encaminhados para a sede da Polícia Federal. Todavia, através da Lei estadual nº. 4573/1991, a posse dessa massa documental passou para a tutela do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES/ES) que, através de parceria realizada com o "Projeto Memória Reveladas", do Arquivo Nacional, pôde ser disponibilizada aos pesquisadores e interessados, trazendo dados valiosos sobre a construção da memória política do estado.

A criação de uma Polícia Política remonta à primeira metade do século XX, com a finalidade de atuar na vigilância, repressão e censura frente às "ameaças". Assim, observa-se que com a culminância do golpe civil-militar, que instaurou a ditadura no Brasil, as existências de instituições repressivas favoreceram à implantação do Estado de exceção no país.

Contavam com uma polícia violenta, habituada a torturar suspeitos e, em alguns casos, a aniquilar desafetos. A Polícia Civil fornecia, desde os anos 1950, os componentes dos esquadrões da morte, grupos paramilitares que executavam sumariamente criminosos comuns. O novo regime podia apoiar-se igualmente nos Departamentos de Ordem Política e Social

(Dops), órgãos criados nos anos 1920 e 1930, subordinados às Secretarias de Segurança Pública dos estados, para manter a 'ordem social' em um contexto de greves e de organização do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, que mais tarde adotaria o nome de Partido Comunista Brasileiro. Nos anos 1940-1950, no âmbito da ditadura do Estado Novo e, posteriormente, no quadro da Guerra Fria, os Dops tiveram seus efetivos aumentados, tornando-se referência no combate à dissensão política, aos movimentos dos trabalhadores e ao comunismo (JOFFILY, 2014, p. 159).

Intensivamente utilizados pelo sistema de repressão, os DOPS, por sua especificidade policial e seu limitado raio de atuação, funcionavam nos estados, realizavam papel auxiliar ao aparato repressivo, o que em nada diminuía a sua importância para o sistema. Deste modo, combater a subversão seria papel de uma instituição mais sólida e abrangente, como o Exército, o que acaba por culminar na criação de novos órgãos, submissos diretamente à presidência da república, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), as Divisões de Segurança e Informações (DSI), as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), entre outros.

Entre os anos de 1964 e 1985, as Delegacias de Ordem Política e Social definiram seu papel como órgãos de repressão que agiam em nome do Estado [...]. Para os oficiais do exército, a Polícia Política era vista como um órgão especializado e necessário dentro da corporação policial tendo como missão defender a sociedade de uma ameaça comunista [...]. A partir de 1964 com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), um grandioso aparato repressivo de nível nacional foi sendo articulado em nível federal [...]. Com a Diretriz Presidencial de Segurança Interna em 1970, a cúpula do regime passou a estruturar formalmente o combate aos 'subversivos' [...]. A Diretriz deu suporte para a criação do Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN). A partir de então, houve a centralização das operações de repressão. A junção das forças armadas no combate ao comunismo fez com que fossem implantados, em julho de 1969, organismos oficiais que receberam o nome de Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidos como DOI-CODI (SILVA, 2014, p. 173).

A intenção era favorecer à ação integrada dos órgãos de repressão política. Assim sendo, a Polícia Federal, os serviços de inteligência da Marinha (CENIMAR), da Aeronáutica (CISA), as Polícias Militares (PM) e as DOPS estaduais passaram a trabalhar em uniformidade. Era papel das DOPS fornecer recursos e empréstimos de seus agentes. Segundo Fagundes (2011, p. 24), no Espírito Santo a DOPS, o Departamento de Polícia Federal (DPF), a Secretaria de Estado de Segurança Pública, a Polícia Militar e o 3º Batalhão de Caçadores, formavam uma grande rede de informações no estado.

As atribuições do DOPS/ES ficaram estabelecidas no artigo 21 da Lei Estadual nº. 719/1953. Esse artigo contava ainda com um parágrafo único que estabelecia que o registro de estrangeiros e o controle de armas, munições e explosivos continuariam sendo realizados nas dependências do órgão. As outras competências do DOPS/ES seriam:

- a) A matéria relacionada com a ordem política e social, a economia popular e com crimes de contravenção referentes à organização do trabalho, à paz pública, à fé pública e à administração pública;
- b) Fiscalizar os embarques e desembarques de passageiros por via terrestre e as pessoas em trânsito ou residentes em hotéis e habitações coletivas;
- c) Controlar o fabrico, depósito, comércio e uso de explosivos inflamáveis, armas e munições, substâncias corrosivas, toxinas e entorpecentes;
- d) Serviços de estrangeiros e de porte individual de armas;
- e) A execução de todos os serviços secretos da Polícia Civil;

[...] O último tópico do artigo 21 expõe de forma mais explícita a efetiva função da polícia política capixaba, a execução de todos os serviços secretos da Polícia Civil. Com essa informação confirma-se a função do órgão como um instrumento de controle e vigilância da sociedade. Em seu cotidiano de vigilância, os agentes do DOPS/ES produziram milhares de fichas de identificação, dossiês e relatórios de espionagem que, interpretados na atualidade, permitem conhecer as técnicas utilizadas, especialmente durante os regimes repressivos, para rotular e estigmatizar parcelas da sociedade (FAGUNDES, 2011, p.21).

Entre as atribuições do DOPS/ES estava o monitoramento de vários setores sociais, como constam nos documentos de posse do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES): a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a Ação Integralista Brasileira (AIB), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, até mesmo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). No entanto, devido à sua ação aguerrida na década de 1960 e sua reestruturação na segunda metade da década de 1970, o ME foi amplamente esquadrihado pela Polícia Política, o que gerou um quantitativo considerável de documentos em seus arquivos que ainda se encontram pouco explorados, como: trocas de correspondências/solicitações à Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFES (AESI/UFES), panfletos, jornais, cartazes e toda a sorte de publicações apreendidas. Não obstante, alguns militantes do ME-UFES estiveram de forma quase que permanente sob a vigilância da Polícia Política capixaba (FAGUNDES, 2011, p. 27-28).

A maior parte desse material produzido e arquivado devido à organicidade do sistema repressivo possibilitará ao longo da pesquisa, uma visualização das diferenças e semelhanças entre a atuação do ME e como o mesmo era visto pelo aparato de repressão, assim como contribuirá na análise e descrição de sua reestruturação.

As pastas do fundo DOPS/ES dizem respeito, principalmente, da movimentação dos estudantes de 1975 em diante, enquanto a documentação da AESI/UFES mais expressiva data de sua criação em 1971 até 1984. Muitas lacunas são deixadas, visto que o parte do material da Assessoria foi queimado “acidentalmente” e parte dele supostamente tenha sido levada pelo próprio Alberto Monteiro<sup>1</sup> para sua residência assim que se concretizou o processo de reabertura, possivelmente por receio de que documentos “comprometedores” viessem, em algum momento, incriminá-lo ou denunciar o funcionamento de todo o aparato que ele chefiava e pelo qual, portanto, juridicamente era responsável.

Sobre os documentos do DOPS/ES podemos afirmar que, tendo atuado em conjunto com a AESI/UFES e os demais órgãos de repressão do estado, sua produção é vasta e dividida em pastas específicas por assunto, sendo uma delas denominada “Movimento Educacional”, contando com cerca de 730 páginas, entre ofícios, solicitações, jornais estudantis, recortes de jornais de ampla circulação, etc., constituindo, assim, um espesso acervo iconográfico e textual. Apesar de contar com documentos anteriores, a produção mais expressiva acontece quando o ME começa a “engatinhar” em sua rearticulação, isto é, a partir de 1975.

Vale ressaltar aqui que o Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas, o Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (DACCJE) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) possuem pastas separadas e específicas, dada a importância de suas ações na reestruturação do ME-UFES. Na verdade, a impressão que se tem é que o DOPS/ES criou uma espécie de arquivo para eventuais consultas, uma vez que o despacho para tais documentos era, geralmente, “ao setor de busca para anotar e arquivar”, “informações devidamente cadastradas”, “esse documento foi arquivado no Dossiê da UFES”, “à sessão de busca para arquivar em dossiê do DA de Direito”, etc.

Todavia, vale ressaltar que alguns documentos contavam com encaminhamentos: “para arquivamento em dossiê e abrir ficha para o aluno Paulo Hartung Gomes”, “à turma de busca”, “ao setor de busca”. Pode-se notar ainda que os “cabeçalhos” dos documentos produzidos pelos órgãos de informação descreviam a origem (órgão que o produziu), assunto, classificação e *difusão* (órgãos para os quais eles

---

<sup>1</sup> Que chefiou a AESI/UFES em todo seu período de funcionamento (1971-1986).

deveriam ser enviados). Assim, na tentativa de manter toda a comunidade de informação a par dos acontecimentos, é comum encontrar o mesmo documento em arquivos de vários aparatos, sendo, desta forma, muito útil o sistema de arquivamento produzido pelo DOPS/ES.

Alguns recortes com reportagens de jornais de ampla circulação no estado como “A Tribuna” e “A Gazeta” também são encontrados “colados” em folhas isoladas. Tais reportagens todas relacionadas com o ME. Fato que corrobora na interpretação de que o DOPS/ES tenha, sim, realizado a organização dessa documentação de forma para que a mesma servisse como arquivo. A forma de organização da documentação não significa que o DOPS/ES tenha exercido apenas essa função, como explicitado anteriormente, assim como as demais Delegacias de Ordem Política do país, desempenhava um papel fundamental na manutenção do regime militar, agindo na repressão de qualquer movimento que contestasse o *establishment* da ditadura.

Outra fonte riquíssima de informações sobre o período pesquisado foram as pesquisas realizadas pela CVUfes, cujos resultados originaram um Relatório Final disponível aos interessados na internet<sup>2</sup>. Na esteira dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>3</sup>, atendendo à solicitação oficial do MEC<sup>4</sup>, constituiu-se a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes) através da Portaria 478, de fevereiro de 2013, no intuito de apurar as ações políticas repressivas que foram impetradas na UFES no período que compreende, especificamente, os anos de 1964 a 1985, ou seja, a ditadura militar brasileira. Tal pesquisa envolveu parte da comunidade universitária<sup>5</sup>, cujo objetivo era:

---

<sup>2</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Comissão da Verdade. **Relatório Final da Comissão da Verdade**. Vitória (es): Ufes/supecc, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro Comissão da Verdade web.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20web.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2017

<sup>3</sup> Criada pela presidente Dilma Rousseff, por meio da Lei Federal nº 15.528.

<sup>4</sup>BRASIL. Ministério da Educação. Ofício-Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC.

<sup>5</sup> Criou-se uma Comissão, coordenada pelo professor Pedro Ernesto Fagundes, professores da área e representantes de diversos segmentos da Universidade. Também se envolveram na pesquisa discente dos cursos de História e Arquivologia, assim como alunos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-Ufes).

Recuperação de documentos e memórias da ditadura militar que envolveram especificamente estudantes e servidores públicos (professores e técnicos-administrativos) da Ufes, por meio da coleta de depoimentos de pessoas da comunidade universitária que foram atingidas pela repressão política, além da pesquisa e do levantamento de todo um acervo documental de órgãos de repressão que funcionaram no Espírito Santo, especialmente um, chamado Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), que funcionou na Ufes entre o período 1971 e 1986. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p. 09)

Essa tarefa só foi possível com a criação de dois grupos de trabalho, um responsável pela recuperação, descrição, pesquisa e digitalização de documentos produzidos, principalmente pela AESI-UFES; e outro que se encarregou de realizar as oitivas de provas testemunhais que, ao todo, somam 15 entrevistas com ex-estudantes, ex-professores e ex-funcionários. O material arduamente<sup>6</sup> obtido tornou-se fonte riquíssima de informações para os interessados na repressão sofrida nos *campi* universitários no período ditatorial.

Também se constitui fonte de pesquisa da presente dissertação as entrevistas concedidas por ex-militantes do ME da UFES a terceiros, entre os anos de 2008 e 2016<sup>7</sup>. Assim como o documentário “Geração Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980, coordenado por Paulo Fabris, que conta com os depoimentos de vários envolvidos no processo de rearticulação do ME-UFES, alunos e funcionários.

---

<sup>6</sup>Consta que em 1999 parte do antigo arquivo da UFES teria sido avariada por um incêndio. Assim, a documentação sobre o período objeto da pesquisa encontrava-se ou destruída, ou desmantelada, o que iniciou uma busca por documentos em todos os arquivos da Universidade. O resultado de tal procura foi a recuperação de 1.400 páginas de documentos em todos os centros de ensino na UFES, cujo teor, em sua maioria, versava sobre a vigilância dos militantes estudantis, a abertura de inquéritos contra servidores, confisco de material e documentos, prisões, entre outros. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p. 18-19)

<sup>7</sup> Para maiores informações, consultar: Moreira, 2008 e Baptista, 2016.

## 1 DITADURA MILITAR BRASILEIRA: LEGITIMAÇÃO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

A ditadura que se instaurou no Brasil em 1964, através de um golpe civil-militar<sup>8</sup>, é um tema carregado de debates e discussões sobre suas características. Assim como os demais regimes originados em condições análogas<sup>9</sup>, a ditadura brasileira também precisou da História para se legitimar, tentando buscar no passado a identificação da nova sociedade que estava disposta à construção, e à ratificação de sua conduta na manutenção do tradicionalismo (NAPOLITANO, 2014). Os militares possuíam uma visão própria do que seria um reformismo, e a buscaram trazer para si uma essência “revolucionária”, mas à sua maneira. Assim, ao passo que se contrariavam com os ideais de esquerda, também defendiam algumas reformas, sempre mantendo o discurso de manutenção da ordem social vigente. Destarte, conseguiram o apoio popular para a realização do estratagema que culminou com mais de vinte anos de supressão das liberdades políticas e individuais do país.

Nas comemorações do “cinquentenário” do golpe, acontecidas em meio ao ano de 2014, muitos estudos foram publicados no intuito de elucidar os acontecimentos desse período da história brasileira. Contudo, até hoje é fato que muitos questionamentos relativos a esse período em que o Brasil presenciou uma das mais graves violações de direitos do país, ainda se encontram abertos. Retomar a esse tema não faz dos novos estudos produzidos simples releituras do passado, mas torna imperativa a necessidade de produção de novos conhecimentos que possibilitarão um rompimento com a fragilidade da memória política brasileira.

---

<sup>8</sup>O termo civil-militar explicitado no texto é defendido por alguns autores que afirmam a impossibilidade do acontecimento de um golpe com tamanha proporção e magnitude, sem o apoio de camadas populares, mais especificamente das elites políticas e econômicas do país, o que se torna evidente quando se analisa os eventos conhecidos como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Sobre esse assunto, consultar: FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. e REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

<sup>9</sup>Condições que expressam a instauração de um Estado de excepcionalidade (sobre esse assunto consultar AGAMBEN, Giorgio. O Estado de Exceção como Paradigma de Governo. **In**: Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 9-51.), caracterizado pela oposição ao Estado de Direito. Tendo como exemplos mais próximos as ditaduras do Cone Sul: no Chile (1973-1990), na Argentina (1966-1973) e Uruguai (1973-1985).

Sobre a excepcionalidade do regime de exceção instaurado em 1964, podemos citar Giorgio Agamben (2004) que, em sua obra sobre o estado de exceção, versa sobre a legitimidade do direito de adoção de medidas extremas para a manutenção da ordem social. Caracterizado como uma oposição ao estado de direito, o estado de exceção seria uma medida provisória, na qual a própria ordem jurídica é suspensa, uma vez que os poderes são concentrados pelo Executivo. Todavia, percebe-se a preocupação do autor com a tendência atual da migração de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo, transformando, assim, o estado de exceção em paradigma de governo. Frente ao incontrolável crescimento do que o autor considerou como uma “guerra civil mundial”, um “estado de emergência”, o estado de excepcionalidade se apresenta como a única medida capaz de garantir os direitos individuais. Direitos estes que, inicialmente, são cerceados pelo próprio estado de exceção. Segundo o autor, “uma opinião recorrente coloca como fundamento do estado de exceção o conceito de necessidade” (AGAMBEN, 2004, p.40).

Assim, a instauração da Ditadura Militar brasileira foi legitimada pelos próprios militares através do viés da necessidade imperativa de manutenção da ordem vigente, como fica evidente na fala do general Castello Branco, em 1964, em ultimato ao governo de João Goulart:

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do [Comando Geral dos Trabalhadores] (CGT) [...]. A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. [...] É preciso aí perseverar, sempre ‘dentro dos limites da lei’. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e conta a calamidade pública a ser promovida pelo CGT [...]. (IANNI, 1971, p. 138)

O Golpe Civil-Militar foi deflagrado em 31 de março de 1964 contra o governo legalmente formado e, sem muita resistência, o então presidente, João Goulart, partiu para o exílio, abrindo vacância ao cargo presidencial. Como Jango havia assumido o posto em 1961, após a renúncia de seu predecessor, Jânio Quadros, a Constituição de 1946 em vigor na época do golpe, previa interinamente o cargo da presidência da República ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Em seu lugar, uma junta que se autodenominou de “Comando Supremo da

Revolução”, composta por três membros, assumiu o poder e, posteriormente, decretou o primeiro dos Atos Institucionais, mecanismos não previstos constitucionalmente e que davam caráter de legalidade aos atos de exceção praticados pelo governo. A primeira medida tomada foi a cassação de mandatos legislativos e suspensão de direitos políticos daqueles considerados como uma ameaça constitucional. Assim, a junta eliminou a oposição ao regime que existia dentro do Congresso Nacional e convocou as eleições indiretas, dando suposta legitimidade democrática ao então presidente eleito indiretamente, Castello Branco, por aqueles parlamentares que permaneceram no Congresso por não serem considerados “ameaças” pelos militares.

Todavia, segundo Foucault (1979), onde há poder há resistência, que, por sua vez, não necessita existir em um local específico, podendo ser formada por pontos móveis e transitórios que permeiam toda a sociedade. O autor ainda afirma que o poder exercido é o resultado da ação das forças de quem o disputa, ou seja, o conflito pelo poder constitui-se em um confronto, uma luta, na qual se ganha ou se perde. Ainda sobre o direito de resistência, Agamben (2004, p.23) afirma: “O problema do estado de exceção apresenta analogias evidentes com o do direito de resistência”.

Esse direito de resistência, muitas vezes, aparece como parte do texto da Constituição de muitos países, o que não pode ser observado na Carta promulgada em 1967, em plena ditadura militar. Essa Constituição legitimava ainda mais o poder do Estado sobre a população. Segundo Rossiter (1948 p.5 apud AGAMBEN, 2004 p. 21) :

Em tempos de crise, o governo constitucional deve ser alterado por meio de qualquer medida necessária para neutralizar o perigo e restaurar a situação normal. Essa alteração implica, inevitavelmente, um governo mais forte, ou seja, o governo terá mais poder e o cidadão menos direitos.

Tendo os seus direitos básicos cerceados pelos militares, alguns setores minoritários da sociedade, especialmente, como veremos no que se referem aos estudantes, insurgiram-se contra o regime. Todavia, faz-se necessário ressaltar que as oposições à ditadura militar brasileira oscilavam entre a resistência e o colaboracionismo permeado por certaintencionalidade,

nos termos de Antonio Gramsci, a política envolve aspectos de força e convencimento. A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação, ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói uma base de legitimidade. Negociar e conceder implicam no reconhecimento do outro, levando em conta a oposição, que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação (RIDENTI, 2014, p. 30).

Nesse “jogo de interesses”, o direito de oposição negado aos cidadãos por uma legislação repressiva, era exercido de diversas maneiras, de formas clandestinas ou institucionalizadas. Os atores sociais agrupavam-se aos seus semelhantes na defesa de seus interesses, constituindo-se assim nos vários grupamentos de oposição, com alinhamento político e formas de resistência variadas. Dentre os vários grupos formados, destaca-se o Movimento Estudantil (ME) considerado por muitos como a dianteira na resistência ao regime.

De acordo com a grande parte da literatura analisada sobre a temática, no Brasil também houve uma relação entre sociedade e regimes ditatoriais, permeada pela dicotomia colaboracionismo e resistência. A partir dos anos 1970 e 1980, uma revisão dessa historiografia possibilitou à compreensão desses regimes autoritários como produto social, abordando conceitos de memória, memória coletiva, opinião, cultura política, entre outros. Interpretando a ditadura como fruto social, coloca-se em questionamento, conforme Daniel Aarão Reis pontua o *mito da resistência*, segundo o qual a sociedade resistiu ao regime de exceção, deixando encoberta o apoio de amplas camadas populares ao golpe<sup>10</sup> e, até mesmo, ao regime. O autor ainda salienta que com a Lei de Anistia em 1979, alcançou-se um momento de conciliação nacional em que se reconstruía a democracia sem antes resolver o passado, deixando implícito que, enquanto os “anos de chumbo” foram angustiantes para determinadas parcelas populares, foram “anos de ouro” para outras.

---

<sup>10</sup>O que pode ser observado nas chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, ocorridas em muitas cidades brasileiras, contando com parcela expressiva da população, que se mostrava claramente “legalista e anticomunista”, diante da então situação política do país. Para mais, consultar: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. P. 299-313.

O tema da resistência é necessário de estudo, pois, atualmente, a oposição da maior parte da população ao regime é vista com indubitabilidade. Isso ocorre por conta da memória construída ter desprezado, portanto, o fato de que a relação entre sociedade e a ditadura foi permeada por consensos. Segundo Laborie (2003), o fato da apropriação da resistência como algo comum a todos, funciona como uma espécie de “cortina de fumaça”, favorecendo assim a amnésia e evitando os pesados “exames de consciência”. Tendo em vistas a democracia atual, o fato é que ninguém se encontra disposto a associar-se a um passado tão obscuro. Faz-se, portanto, o uso político da memória para forjar uma realidade considerada ideal.

Essa imagem construída de uma resistência democrática apropriou-se da memória para se legitimar. No tocante, vale ressaltar a importância do papel do historiador nesse processo, que precisa diferenciar memória de História, sendo a primeira um objeto da segunda, e não sinônimo. Lembrando-se ainda de que a memória passa por transfigurações resultantes da relação de força, de poder, do tempo e, até mesmo, da própria História. A respeito da conexão entre História e memória, vale ressaltar que:

memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de quão opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível [sic] de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a toma sempre prosaica [...]. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 09)

Analisando os possíveis usos políticos do passado, tendo como base a construção da memória ou do esquecimento como estratégias, deve-se ser cauteloso ao se referir historicamente ao conceito de resistência, pois

os sujeitos históricos atuam em campos simbólicos onde tradições e modernidades convergem não sem choque, onde estruturas de saber e poder definem-se através de negociações as mais diversas. Desta forma, o ‘homem duplo’ ou multifacetado, tateia caminhos, desvenda possibilidades, é um e outro ao mesmo tempo, é complexo, metamórfico, marcado por incongruências. Vistas estas facetas, demarcadas pelas trajetórias do homem em suas complexidades e incoerências, talvez seja o grande desafio [...], o elemento de provocação capaz de suscitar a problematização do ‘mito da resistência’, este lugar que aprisiona e faz do ‘homem resistente’ um e o mesmo a todo instante. (RABELO, 2013, p.09)

A “cultura da resistência” sobre a ditadura militar pode ser interpretada a partir de dois vieses. O primeiro deles pressupõe um encastelamento do Estado ditatorial, isentando a participação de camadas da população no apoio ao golpe e ao regime. O segundo, mais alinhado aos usos políticos do passado, é utilizado por alguns grupos que, por muitas vezes reescreverem suas memórias, omitindo ou enaltecendo fatos, com a finalidade de se colocarem como guardiões/defensores da democracia plena, legitimando suas atuações no presente. Destaque-se Müller (2011, p. 02), referenciando-se em Michel Pollak e Ruiz Torres, quando afirma que:

enquadramento da memória [...] também pode ser realizado por associações/entidades que visam a reconstruir sua história através da seleção de fatos e de uma produção de discursos que possibilitem o controle da sua imagem e a projeção de sua identidade. Lembrando ainda que a história ocupa o centro do debate político, principalmente no momento de formação de uma identidade nacional, e serve para justificar as opiniões e ações mais diversas.

Nesse sentido, a estratégia memorialística, descrita acima, foi amplamente utilizada pela resistência estudantil em seu processo de reestruturação, tendo em vista a perseguição sofrida pelo ME também antes (o que não é objeto de análise deste estudo), mas, sobretudo, após a instauração da ditadura no país. Considerado por muitos a dianteira no combate ao regime ditatorial, o ME evoca um passado de traumas e perseguições devido às suas lutas democráticas para conseguir legitimidade suficiente ao se colocar contra um regime ditatorial. Tal fato pode ser percebido numa espécie de “autocrítica” feita por antigos líderes estudantis capixabas, tema dessa investigação, que realizaram um balanço do movimento a partir de 1964, publicado em jornal de ampla circulação estadual.

A nova geração praticamente desconhece a organização e as lutas dos estudantes capixabas, anteriores a 1968 – ano em que a repressão prendeu muitos estudantes, processou vários e fechou algumas organizações. As greves, manifestações e passeatas conheceram então um longo ostracismo. Porém, os problemas universitários não solucionados continuaram a fermentar, até estourar à nível nacional e local, nos últimos três anos, particularmente, após a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE).<sup>11</sup>

Eventos traumáticos como a repressão aos opositores da ditadura militar, principalmente ao Movimento Estudantil, objeto do presente estudo, e que pode ser

<sup>11</sup>DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. Pág. 525-526. Jornal A Gazeta, sem data. “Movimento Estudantil, de onde vem, para onde vai.”

observada na citação acima, são marcantes, e trazem marcas indeléveis a toda a sociedade.

O termo repressão abarca uma diversidade extensa de atos, entre os quais se incluem cassações, intervenções, censura, leis autoritárias, ameaças, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas. Todas com consequências apreciáveis na vida dos cidadãos, provocando medo, perda dos meios de subsistência, esgarçamento dos laços sociais. (JOFFILY, 2014, p.158)

Assim, levando em consideração os impactos que tais acontecimentos recentes causam no todo social, é notável o crescente interesse de parte dos historiadores pela noção de *trauma*. Percebe-se, portanto, toda uma atenção voltada para a compreensão de grandes acontecimentos do século XX que foram muito traumáticos, e que fazem parte de um passado que não consegue ser esquecido, tanto pelo indivíduo, quanto pela sociedade. O trauma seria a persistência desse passado no presente, cujo esses acontecimentos traumáticos parecem não se tornar passado nunca. Segundo Koselleck (2006), vivemos num passado dilatado, no qual a perspectiva de futuro é a pior possível e, este passado, embora não seja considerado mais um local tão seguro, ainda é evocado para legitimar o presente. Nesse sentido, as discussões sobre a ditadura militar que permeiam a atualidade, encontram suas marcas fundadas em um “passado que não passa” (ROUSSO, 1994), visto que, apesar da criação das Comissões da Verdade<sup>12</sup> em várias instâncias, a punibilidade pelos crimes cometidos pelo regime é nula, limitando esses movimentos de “abertura” de um passado que tenta ser superado, mas não consegue ser vencido pelas inúmeras disputas de poder do presente, que se legitimam nos acontecimentos traumáticos do passado, manipulando-os, muitas vezes, em benefício de determinados grupos políticos, usando a memória como arma (MÜLLER, 2011).

É fato que as Comissões de Verdade não possuem o papel de cura dos traumas sociais deixados pelo regime. Sua função é trazer à tona a verdade, visto que a tradição de anistias que imperou no século XX, construiu uma amnésia programada, como se fosse possível superar um passado traumático sem revisitá-lo. A Lei de

---

<sup>12</sup>BRASIL. Constituição (2011). Lei nº 12.528, de 2011. **Cria A Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2017.

Anistia de 1979<sup>13</sup> permanece até os dias de hoje, mesmo com a existência de governos sucessores que incentivaram os debates acerca desses eventos traumáticos, mas que nada conseguiram fazer do ponto de vista jurídico pela responsabilização dos crimes cometidos pelos algozes da ditadura.

A falta de punibilidade dificulta a superação dos traumas, não somente pelos indivíduos que os sofreram, mas pela sociedade como um todo, pois é evidente que a violência da ditadura militar brasileira nada mais é que a continuidade de algo mais profundo, que remonta um passado violento e uma *tradição conciliatória* que se perpetua. Não é possível a construção de uma democracia plena em um país no qual um passado tão violento é “esquecido” com tamanha facilidade. Nasce, portanto, uma *cultura de impunibilidade* que explica muita coisa que vem ocorrendo no presente.

Ainda que sofrível, ocultar um passado tão traumático, faz com que as pessoas não tenham consciência dos traumas sociais ocorridos e, conseqüentemente, não possuam bagagem suficiente para enxergar e compreender a violência cotidiana sofrida pelas minorias e relacioná-las. Ou ainda pior que isso, reproduz essa violência, fazendo-a perpetuar. Esquecer não significa superar. O esquecimento proposital e a manipulação do passado realizada pela elite dominante trazem prejuízos imensuráveis para o todo social que, em grande parte, assiste como meros expectadores ou “marionetes defensoras” o degrading de nossa recente democracia, ainda uma “criança”, mas já retirada de cena. A manipulação do passado torna ainda possível a construção de uma memória coletiva de resistência da maior parte da sociedade brasileira ao regime. Assim, faz-se imperativo o papel desses “movimentos pela verdade” na desconstrução dessa memória, mostrando que as referências do regime ditatorial tinham como base uma cultura política brasileira de autoritarismo.

Ao analisar a história brasileira sobre o prisma de uma cultura autoritária, desde a época de sua colonização, percebe-se a sua utilização de diversas formas no intuito

---

<sup>13</sup>BRASIL. Constituição (1979). Lei nº 6683, de 1979. **Concede Anistia e Dá Outras Providências**. Brasília, 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

de manter a segurança da “ordem social”, frente ao perigo representado pelos considerados “subversivos”. Nesse sentido, para analisarmos essas permanências de uma cultura política autoritária, tão presente durante a ditadura militar, utiliza-se como o suporte teórico a chamada Cultura Política.

Num panorama geral sobre cultura política, descrita por Berstein (2009) como um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partidos políticos, apresentando uma visão global de mundo e sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, a natureza dos problemas relativos ao poder. Visão esta partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num determinado momento de sua história, motivando e explicando os seus comportamentos políticos. “A cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político. Assim, ela varia em função dos lugares, das épocas, dos tipos de civilização” (BERSTEIN, 2009, p. 32).

Ainda definida por Sirinelli (1992), a cultura política constitui-se numa espécie de códigos e um conjunto de referências, formalizados no seio de um partido político, ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. Segundo o autor, o sistema de representação de cada cultura política varia de acordo com fatores religiosos, organização do ensino, questões militares, regras morais, etc., mantendo coerência com um todo.

Não há cultura política coerente que não compreenda precisamente uma representação da sociedade ideal de acordo com sua imagem da sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo. Entre essa cidade ideal e as realidades o fosso é evidente, e é para transpô-lo que se aplica a ação política empreendida pelos possuidores de uma determinada cultura política (BERSTEIN, 2009, p. 35).

Para Berstein (2009), as culturas políticas nascem em resposta aos problemas fundamentais enfrentados pela sociedade em que elas emergem e para os quais apresentam soluções globais. Assim, é possível perceber seu surgimento durante as crises que afetam o grupo.

Uma cultura política surge em resposta a um problema da sociedade e vai-se tornando mais complexa ao longo de um processo por vezes muito lento que lhe permite transformar-se, adaptar-se à evolução da própria

sociedade. Ela só se torna verdadeiramente operacional quando suscita a adesão de grupos importantes da sociedade, após ter progredido nas mentes que pouco a pouco se vão habituando ao seu discurso, às soluções por ela propostas, e que acabam por interiorizá-la. É então, somente então, que ela se torna um dos móveis do comportamento político. O processo de difusão de uma cultura política na sociedade permanece um problema difícil de resolver. É provável que isso se dê através dos canais numerosos e difusos da socialização política. A família, o ensino, o serviço militar, os locais de trabalho e sociabilidade, os grupos ou associações e as mídias vão aos poucos inculcando temáticas, modelos, argumentações, criando assim um clima cultural que prepara para aceitar como natural a recepção de uma mensagem de cunho político (BERSTEIN, 2009, p. 38-39).

Incorrendo sobre o mesmo assunto, Motta (2009, p. 14) afirma que:

nos dias de hoje é muito influente a percepção de que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos, da mesma forma como décadas atrás se pensava que a economia ou os interesses sociais ofereciam a chave para compreender a dinâmica histórica [...]. Como tudo tem sido explicado pela influência dos fatores culturais, a política não poderia ser exceção, daí o caráter sedutor de cultura política, que permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder.

Em sua definição, o autor traz cultura política como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por determinados grupos humanos, expressão de uma identidade coletiva que fornece leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos futuros, tendo suas representações marcadas na ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, que acabam por mobilizar, portanto, símbolos, mitos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual. Motta acrescenta a atenção para o fato de que não se pode resumir cultura política às formações partidárias, visto que as culturas políticas são construções que transcendem às instituições partidárias. Todavia, há pessoas que se identificam com determinada cultura política, mas não com os partidos nela inspirados. Ressalta-se ainda que uma mesma cultura política pode originar diversas formações partidárias.

O Brasil possui experiências políticas peculiares, que merecem uma análise atenciosa primando pelo viés da cultura política.

Um tema que poderia ser explorado é o da conciliação, para muitos traços marcantes da cultura brasileira de maneira geral, não dizendo respeito apenas à política. Nesse sentido, as análises de Roberto Da Matta são particularmente interessantes, ao defender que a lógica relacional é marca central da cultura brasileira, calcada na recusa a definições rígidas e no horror aos conflitos, que são evitados em favor de ações gradativas, moderadas, conciliatórias e integrativas (MOTTA, 2009, p. 29-30).

Possuidor de uma *tendência conciliatória*, apontada pelo autor, o país prima por evitar conflitos, realizando mudanças apenas quando se pode contar com um campo estável para tal, o que nem sempre é benéfico para a sociedade em si. A falta de movimentos de rupturas mais radicais possibilita a manipulação do povo por parte das elites dominantes, que conseguem convencê-lo que suas ações são pacíficas e ordeiras e que, portanto, devem ser acatadas sem muito questionamento, mesmo que essas ações prejudiquem a maior parte da população. No que tange à ditadura militar brasileira, observa-se que a opção inicial foi “perdoar”, para assim evitar novos traumas, ao invés de punir os culpados e desestruturar os grupos que fizeram parte da repressão. Todavia, isso tornou a consolidação da democracia algo muito frágil, cujos frutos são notáveis no presente momento da política brasileira.

O processo final da transição, a partir de 1982, foi hegemonizado pelos liberais, em negociação com os militares. Ela foi vantajosa para ambos, pois se garantia uma retirada sem punição às violações aos direitos humanos e sem mudanças abruptas do modelo econômico fundamental, sancionado pelas elites, ao mesmo tempo em que se retomavam de maneira gradual as liberdades civis e o jogo eleitoral [...]. Mesmo quando reafirmada com mais clareza enquanto agenda de transição, a ‘abertura’ era parte de uma política de passagem gradual para um governo civil, ainda tutelado pelos militares. Esse tipo de estratégia de ‘retirada’ negociada foi comum aos regimes militares mais sofisticados e que governaram sociedades mais complexas e modernizadas (Brasil, Chile, Uruguai), pois os atores militares sabiam ser impossível a manutenção do regime sem combinar ‘institucionalização’ do autoritarismo e da tutela e a progressiva retirada para os quartéis, para o pano de fundo da política de Estado. (NAPOLITANO, 2014, p.235)

Outro traço da cultura política brasileira, descrito por MOTTA (2009), relaciona a frágil cidadania com o pouco envolvimento popular com a coisa pública, características dos brasileiros. Mas, conforme o autor, faz-se necessária a tentativa de explicação para o fato de que o padrão da fraca atuação política é pontilhado de ocasionais picos participativos. E, sobretudo, compreender por que tais momentos são tão intensos como fugazes (p. 32). Esses “picos de participação” podem ser observados quando analisamos tanto a participação popular no estratagema que culminou com o golpe de 1964, quanto a resistência à ditadura realizada por diversos setores sociais, entre eles o ME que, como veremos a seguir, atingiu em especial sua entidade máxima: a União Nacional dos Estudantes.

O golpe civil-militar encerrou de maneira autoritária a breve experiência democrática que o Brasil vivia desde 1945, e com a expedição do Ato Institucional n. 1 (AI-1) em 09 de abril de 1964, a maior parte das entidades que apoiava às chamadas reformas

acabou na ilegalidade, o que também aconteceu com a entidade máxima dos estudantes brasileiros: a UNE.

Todas as entidades e associações políticas e civis identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que dava sustentação a João Goulart foram reprimidas: fechadas, seus dirigentes foram presos, suas atividades proibidas. A UNE não foi poupada: foi invadida, saqueada e queimada pelas formas de repressão. (ARAÚJO, 2007, p.144)

Em 27 de outubro de 1964 foi aprovado o decreto que extinguiu a UNE, proibia as greves e as atividades políticas das entidades estudantis. Os estudantes, por sua vez, buscavam outras formas de se organizar. Os anos de 1964 a 1968 foram marcados pela intensa atividade política dos estudantes e pela criação de entidades “livres”, que eram diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que estes se encontravam sob o controle direto do governo pela Lei Suplicy (4.464/1964), e a Une continuava em movimentação, ainda que na ilegalidade.

Até 1968 a orientação para as manifestações estudantis era pacífica, todavia o posicionamento do Movimento Estudantil mudou com a morte do estudante Edson Luís, acontecida durante uma manifestação no Rio de Janeiro em março de 1968. Com o episódio, houve um processo de radicalização política dos estudantes, e os confrontos com a polícia se tornaram mais violentos, o que culminou com o aumento da onda de repressão por parte dos militares.

No mesmo ano, ou seja, 1968 acontece o auge da resistência, simbolizado na manifestação que ficou conhecida como “Passeata dos Cem Mil”, satirizada pelo dramaturgo Nelson Rodrigues, que em suas crônicas denunciava de maneira ácida o caráter elitista do movimento, afirmando que a mesma retratou problemas existentes em todo o mundo, menos no Brasil e que, portanto, não condizia com a realidade vivida pelo país naquele momento. Mesmo com o seu teor pacífico, a passeata deixou os militares na defensiva e ocasionou uma enorme onda de repressão a partir do segundo semestre, fazendo com que os militares acompanhassem mais de perto os passos dos estudantes. Um marco dessa repressão foi a realização do 30º Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, São Paulo. Os estudantes participantes foram presos, o que incluía as principais lideranças estudantis, enfraquecendo ainda mais o movimento.

Com a decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), as mobilizações estudantis passaram a ser duramente reprimidas. Porém, não se pode afirmar que o Movimento Estudantil se estagnou, visto que, sem opções em demasia, vários estudantes ingressaram na luta armada como forma de resistência. Entretanto, alguns autores como Reis (2000) apontam ser um equívoco afirmar que o Movimento Estudantil aderiu à luta armada, constituindo assim uma liderança vinculada à esquerda. Contudo, Araújo (2007) expressa também que não se tem como negar que as organizações armadas contavam com grande número de estudantes, muitos deles não participavam diretamente, mas apoiavam os guerrilheiros e as organizações oferecendo determinados tipos de infraestrutura necessária.

A partir da leitura de muitos livros publicados sobre o regime militar brasileiro, a análise final é que o Movimento Estudantil se encerrou com a promulgação do AI-5 e ressurgiu apenas em 1977, quando voltou a se reorganizar e a se manifestar publicamente. Apontando outros pesquisadores, Pellicciotta (1997, p. 6) conclui que

[...] a interrupção da estrutura política tradicional do movimento estudantil em 1968 põe fim à trajetória histórica desenvolvida até então, marcada por dinâmicas, experiências, discussões e perspectivas de luta política muito especiais. A partir deste período, o que se consta é a derrota e o desmantelamento deste movimento, condição que o transforma enquanto objeto de estudo, em uma temática de muitos poucos atrativos teóricos. No entanto, em um breve reconhecimento documental do período podemos registrar a recomposição de uma dinâmica de resistências surpreendente, que é capaz de conferir ao movimento estudantil dos anos 70, um lugar especial na análise histórica. Em termos mais amplos, encontramos nos registros das movimentações estudantis pistas para uma outra compreensão da transformação da Universidade Brasileira, do universo político ou ainda, do universo cultural que de maneira forte e direta influi nos procedimentos contemporâneos de intervenção social [...].

Nesse sentido, Müller (2010) afirma que, apesar das disputas políticas que existiam no seio do próprio ME, os estudantes criaram outras formas de resistência como os chamados “encontros acadêmicos”, nos quais se discutia, entre outras coisas, a realidade política brasileira, a reorganização de Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, que recebiam a nomenclatura de “livre” para diferenciar-se daqueles ligados à ditadura, apropriaram-se de uma “roupagem” cultural para falar de política, como o Cine Clube, entre outros tipos de organização.

Se a suposição de estagnação do ME estivesse correta, seria inexplicável a virulenta repressão realizada pelo regime militar no seio das principais universidades do país.

A partir de 1970, o governo criou órgãos de informação dentro das universidades, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs), que faziam parte da vida acadêmica nos anos seguintes. Na lógica dos responsáveis pela área de segurança e repressão, o expurgo de professores e estudantes inconvenientes deveria ser seguido de constante vigilância [...]. Daí a ideia de criar acessórias de informação dentro das instituições de ensino superior: elas seriam um ‘braço’ do Sistema Nacional de Informação (Sisni); funcionariam como uma espécie de correia de transmissão, fazendo chegar determinações e pressões políticas provenientes dos escalões superiores; e, ao mesmo tempo, vigiariam a comunidade universitária e os próprios dirigentes, nem sempre fieis aos desígnios do regime militar (MOTTA, 2014, p.193).

De fato, a repressão política encontrada nos *campi* universitários, constitui exemplo claro da preocupação do regime militar com o posicionamento e a movimentação dos estudantes em relação às supressões sofridas durante a ditadura. Cancian (2008), em sua tese de doutorado, faz um levantamento das ocorrências nacionais mais relevantes sobre o ME entre 1974 e 1977, de acordo com o Serviço Nacional de Informação (SNI), no qual destaca intensa movimentação política de estudantes das principais universidades do país: distribuições de panfletos com teor crítico ao regime, manifestações, greves, reuniões, assembleias, congressos, entre outros, seguidos de perto pelos agentes repressivos do regime militar, muitas vezes instalados dentro das próprias universidades. Os dados revelados permitem concluir que o movimento estudantil não esteve apático durante o período de maior repressão do regime militar.

A historiadora Angélica Müller (2016) trabalha com o conceito de “*microrresistências*”, demonstrando que o ME não deixou de existir, mas que precisou adaptar as suas ações contra ditadura, diante do cenário repressivo.

[...] o ME, apesar das limitações de representatividade, conseguiu se ‘organizar’ e praticar uma resistência contra a ditadura militar. Ou seja, parto do pressuposto de que o movimento nunca deixou de existir e de que momentos como o plebiscito do ensino pago, em 1972, as lutas pela revogação do 477 e a repercussão da morte de Alexandre Vannucchi Leme [...] fazem parte de um processo de resistência permanente dentro das universidades e que tinha ‘pontes’, mas também apresentava tensão, com a resistência armada. Foi através desse processo de ‘microrresistências’ que o movimento estudantil pôde-se ‘reinventar-se’, renovar-se e voltar às ruas como pioneiros na luta pelas liberdades democráticas. Apresento, assim, o desenrolar de uma resistência pacífica que vai delineando uma nova cultura política no seio das oposições: a luta pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar. (MÜLLER, 2016, p. 26-27)

Em seus estudos sobre o ME a nível nacional, a autora versa sobre as diferentes formas de organização dos estudantes que precisaram moldar sua maneira de

agir contra o sistema, ao mesmo tempo em que tinham que se preocupar em não serem “apanhados” pelo aparato repressivo. Utilizavam, assim, o que havia disponível a eles para conseguirem se encontrar, organizarem suas ideias e terem contato entre as diversas entidades estudantis do país. Um exemplo claro oferecido foram os Encontros Acadêmicos, também chamados de “encontros por área”, nos quais os universitários tinham a oportunidade de se reunirem e dialogarem sobre assuntos como o sistema educacional e a situação política pela qual o Brasil passava. Outro ponto abordado foi relacionado à utilização do campo cultural como forma de oposição ao regime, através de grupos de teatro, danças, cineclubes, entre outros (MÜLLER, 2016).

Ao analisar a trajetória do ME na UFES, pode-se afirmar que os mesmos subterfúgios utilizados pelos estudantes a nível nacional, eram praticados também aqui no estado. Os estudantes da UFES participavam, ou ao menos tentavam, dos “encontros por área”, sempre acompanhados de perto pela repressão, como fica evidente em fala da estudante Irene Leia Bossoi no documentário “Gota D’Água”:

Então nós tínhamos o encontro de saúde comunitária, que era um encontro extremamente interessante (inaudível) começaram, então, os encontros dos estudantes de Economia, dos estudantes de Administração, Economia nos ENECOS, Administração nos ENEAD. Eu tentei participar (*do evento da SESAC*), ir de ônibus individualmente, fui retirada do ônibus pela Polícia Federal<sup>14</sup>

O movimento cineclubista também foi responsável por revelar os anseios e críticas dos estudantes para a sociedade capixaba, como veremos adiante. Assim, percebem-se também outros tipos de ações “subversivas” dos universitários nos documentos “apreendidos” pela AESI/UFES e encaminhados para os órgãos de repressão, como panfletos, jornais de circulação interna, informativos, entre outros. Constata-se, portanto, que o conceito de “*microrresistências*”, defendido por Müller, também pode ser notado na UFES.

Notadamente o ano de 1974 marcou o início de um novo quadro político no Brasil que fora institucionalizado pelo regime, com a posse do então presidente

---

<sup>14</sup>“GERAÇÃO Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Vitória (es): Croma, 2013. (30 min.), Documentário, color. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Ireni Leia Bossai.

militar Ernesto Geisel, e seu discurso de “distensão política”. Sob o lema de abertura “lenta, gradual e segura”, pretendia, a passos muito lentos, iniciar o processo que se findaria apenas no governo de João Baptista Figueiredo.

Surge entre os intelectuais da época uma distinção conceitual entre o “projeto” e o “processo” de abertura, de acordo com os quais o “projeto” havia sido realmente consequência das divisões dentro do próprio regime, porém, o “processo” de abertura teria sido influenciado por muitas outras forças. É nesse contexto que entra em destaque o movimento estudantil que, juntamente com outras forças, participou ativamente do processo de abertura, assumindo, por vezes, a dianteira deste movimento.

No Espírito Santo, como veremos mais detalhadamente nos próximos capítulos, o ME também se tornou fundamental para os desdobramentos do novo cenário político estadual. Constituído por um grupo de estudantes que ainda estava edificando sua identidade política, visto que a repressão havia atrapalhado, e muito, uma maior politização dentro da UFES. O movimento conseguiu se organizar de maneira que não restringisse sua atuação apenas às cercanias da própria universidade, estabelecendo contato com outros setores sociais, através de movimentações realizadas em parceria com outros setores populares, como a Igreja Católica e os sindicatos urbanos e rurais. Isso também aconteceu em todo país.

Esse ator político será o movimento estudantil, mais concretamente o movimento estudantil surgido no interior da Ufes e que se consolida em 1978 com a reconstrução do DCE. Surge, assim, ao lado do sindicalismo e das Pastorais populares da Igreja, um personagem político que irá fecundar e dar nova dimensão às lutas políticas no Espírito Santo, no final dos anos 70 e início dos anos 80. (BELING NETO, 1996, p. 147)

Mesmo com o processo de abertura, os espaços políticos eram conquistados com luta e certos riscos pelos movimentos sociais de oposição ao regime militar, assim como pelas organizações de esquerda. Neste contexto, os estudantes desempenharam papel central, liderando as primeiras manifestações de rua em favor das liberdades democráticas, com certo radicalismo, extremamente necessário naquele contexto. De acordo com Beling Neto (1996), o mesmo acontecera no Espírito Santo, onde o Movimento Estudantil assumiu a vanguarda na luta por expressar os anseios de uma sociedade por tempos reprimida.

Contudo, conforme defende Araújo (2007), o ME, de maneira geral, deparara-se neste processo de “abertura” com duas lutas políticas. A primeira delas era sua própria reorganização, vista a necessidade de refundar suas entidades representativas. Já a segunda, era a participação na luta pelas mudanças políticas do país.

O debate em torno da questão democrática, que envolveu partidos e organizações de esquerda nesse período transbordou naturalmente para o movimento estudantil, já que todos esses partidos e organizações tinham forte presença nas universidades. Nessa época, fugindo do estigma da ilegalidade, partidos e organizações de esquerda clandestinos estruturavam ‘tendências políticas’ legais que atuavam no movimento estudantil. Essas tendências expressavam as posições de organizações clandestinas ou grupos independentes [...]. Em torno das ‘tendências’ se reuniam os estudantes que desejavam ter alguma atuação política. As tendências também se faziam representar nas chapas que concorriam para os Diretórios e DCEs que estavam sendo reabertos em várias universidades. (ARAÚJO, 2007, p. 213-214)

Inicialmente, com a invasão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFES em 1969, o Movimento Estudantil dentro da universidade perdeu sua mais importante referência. Contudo, certo grau de militância política foi mantido, já que os estudantes continuaram reivindicando seus direitos, comose percebe em carta aberta feita pelos Diretórios Acadêmicos<sup>15</sup> da universidade e encaminhada ao Ministro de Educação e Cultura<sup>16</sup>

Por sabermos que esses problemas afetam a todas as universidades do país e dizem respeito à toda sociedade brasileira, e que sua Excelência é hoje o responsável direto pela solução dos mesmos, é que, através de nossos representantes [...], reivindicamos:

- Por maiores verbas para a educação;
- Pela assistência médico-odontológica gratuita para todos os estudantes;
- Pela extinção dos atos e leis repressivos;
- Pela liberdade de organização e expressão;
- Pela libertação dos colegas presos;
- Pela abolição da censura;
- Pelas liberdades democráticas.

Outro exemplo foram as manifestações de estudantes do Centro de Biomédicas, em 1972, que reivindicavam uma serie de melhorias do curso de Medicina. Entretanto, o ponto central da pauta das reivindicações estudantis era a abertura e funcionamento em condições satisfatórias de um “hospital escola” para os estudantes do curso.

<sup>15</sup> DA do Centro Biomédico, DA do Centro de Estudos Gerais, DA do Centro Tecnológico, DA do Centro Pedagógico e DA da Faculdade de Farmácia e Bioquímica do ES.

<sup>16</sup>DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Dossiê Diretório Central dos Estudantes. Caixa 21. Pág. 05.

Como indicam os depoimentos prestados para a CVUfes, a coordenação dessas mobilizações ficou a cargo do Diretório Acadêmico de Medicina, um dos poucos que continuou funcionando na universidade.

De acordo com Araújo (2007), o ano de 1977 foi o marco da retomada das lutas estudantis, uma vez que os estudantes voltaram a fazer manifestações de rua, objetivando a reconstrução da UNE. Duramente reprimidas, essas manifestações serviram como alavanca para que a luta contra a ditadura voltasse a motivar os estudantes. Já na UFES, segundo Baptista (2016), desde 1976 percebia-se um trabalho de reorganização do Movimento Estudantil, tendo como base encontros nacionais por cursos e seminários técnico-científicos, que reuniam estudantes que acabavam debatendo, entre outras coisas, a questão política. Não obstante, observa-se também no período um aumento da repressão no interior da universidade, visando o impedimento da participação dos alunos da UFES em eventos desse tipo em categoria nacional.

Um dos pontos mais altos da reorganização do Movimento Estudantil no Espírito Santo foi uma nova greve realizada pelos estudantes do Centro Biomédico da UFES em 1978 que reivindicavam, entre outras coisas, melhores condições de ensino. Baptista (2016) elucida ainda que à frente deste movimento estavam novas lideranças, as quais influenciariam fortemente à política estudantil e partidária do estado, e que se articulava para a reorganização do DCE da UFES.

## 2 A REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL E CAPIXABA

### 2.1 DA SUA TRAJETÓRIA

É impossível pesquisar sobre o ME brasileiro sem destacar o papel da União Nacional dos Estudantes como um dos elementos fundamentais para a construção dessa história. Fundada em 13 de agosto de 1937, na sede da Casa do Estudante do Brasil (CEB), a UNE, com um ano de funcionamento rompe com a CEB – entidade atrelada ao governo Vargas – ao apoiar a campanha antifascista.

Daí por diante a UNE assumiu posições de relevo, apoiando as lutas pelas liberdades democráticas, pela anistia ampla e irrestrita, ou seja, pela redemocratização do país. Após a queda da ditadura de Vargas, a UNE passa por um período de esvaziamento. De 1947 a 1950, inicia-se uma nova fase, com a eleição de Roberto Gusmão para a presidência da entidade, e a UNE retoma às lutas de caráter nacionalista e democrático.

Neste período é lançada a campanha “O PETRÓLEO É NOSSO”. De 1950 a 1956 a UNE afasta-se das reais reivindicações dos estudantes brasileiros. Mas a partir de 1956, com a eleição de José Batista Oliveira Jr., a UNE passa a representar novamente as aspirações do conjunto dos estudantes brasileiros. Assim, no período de 1960/61, no XXIII Congresso da UNE, é criado o CPC – Centro Popular de Cultura, órgão de relevante papel para a cultura nacional. Em 1961 assume a presidência da UNE, Aldo Arantes, percorrendo o país de Norte a Sul, divulgando a entidade e o Centro Popular de Cultura, com o seguinte slogan: “A UNE veio para unir”, foi também nesse período, com a renúncia de Jânio Quadros, e quando setores militares não concordavam em dar a posse a João Goulart, que a UNE participou da mobilização nacional pela posse de Jango.

De 1962 a 1964 a UNE fortaleceu-se ainda mais, levantando bandeiras de luta, tais como: a representação de um terço (1/3) sobre o total de membros com direito a voto nos conselhos e departamentos das universidades; pela Democratização da Universidade; pela Reforma Universitária (não aquela imposta pelos militares), e muitas outras. Em 31 de março de 1964 a sede da UNE, na Praia do Flamengo, foi invadida e depredada, devido ao engajamento político de seus militantes.

Em julho de 1965 há a realização do XXVII Congresso da UNE. Neste mesmo ano ocorre o confronto direto entre estudantes e policiais nas ruas, com manifestações que combatiam as Leis Suplicy/Aragão (Decreto 228) e o Acordo MEC-USAID. O Decreto 228 extinguiu a UNE, as UEE's, os Centros Acadêmicos (CA's) e tornava as entidades estudantis meramente assistencialistas; e o acordo MEC-USAID trazia em seu bojo um “modelo tecnocrático de universidade paga”.

No ano de 1966 a UNE passa a funcionar clandestinamente. Em março de 1968 a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, vítima da repressão policial, inflamou o país de ponta a ponta, fazendo com que manifestações de protestos fossem realizadas por toda parte do país. Em outubro de 1968 acontece a última tentativa de realização do XXX Congresso, na cidade de Ibiúna – SP. Lá todos os participantes foram presos e, assim, terminava temporariamente toda uma luta de resistência e protesto de sangue contra o sistema ditatorial repressivo imposto. Em dezembro de 1968 são decretados o AI-5 e o Decreto-Lei 477, mergulhando o país na obscuridade<sup>17</sup>. O Congresso de Reconstrução da UNE só aconteceria em 1979, tendo servido não somente como um marco simbólico na luta dos estudantes contra a ditadura, mas também como marco importante para a redemocratização, visto que a UNE foi a primeira entidade de massa a conseguir se reestruturar (MÜLLER, 2016, p. 170).

No Espírito Santo, os estudantes, secundaristas e universitários, começaram a articular suas ações em conjunto, fundando sua entidade representativa máxima em 1951: a União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo (UEE/ES), detentora de patrimônio próprio. Não muito diferente do que aconteceu com sua entidade máxima nacionalmente, tal organização viria a ser fechada poucos dias após o golpe civil-militar de 1964, quando sua sede, que na época localizava-se no centro da Grande Vitória, foi invadida pela repressão da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo, mesmo tendo os estudantes passado uma difícil noite, numa espécie de vigília organizada pelas lideranças estudantis na intensão de acompanhar os desdobramentos dos acontecimentos políticos.

---

<sup>17</sup>DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 03 – DACCJE. Caixa 21. APEES. Boletim Informativo “O Grito” – Edição nº 11.

O governo do estado apossou-se de uma vasta área pertencente aos estudantes, o prédio principal da UEE foi ocupado pelo DOPS/ES durante o governo de Cristiano Dias Lopes (1967-1971), assim como a Casa do Estudante, o ginásio construído e as salas utilizadas. A Casa do Estudante Capixaba funcionou de 1951 a 1967, tendo sido fechada por pressões da Polícia Federal. Em seu lugar foi construído o Departamento de Imprensa Oficial do Estado<sup>18</sup>. Houve a realização de um ato político em protesto contra o então governador, que fora duramente reprimido<sup>19</sup>.

Outro marco na organização dos estudantes capixabas foi a criação oficial do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo. A formação do DCE/UFES data 1963. Reconhecido pela legislação universitária, possuía patrimônio próprio e chegava a receber verbas da Universidade. Porém, sem muita representatividade política, ficava relegado ao desenvolvimento de atividades recreativas e assistencialistas. Durante algum tempo, sua presidência foi exercida por estudantes ligados a grupos políticos conservadores, o que contrariava a tendência nacional de organização dos estudantes, cujas entidades representativas historicamente alinhavam-se à esquerda. Esse fato particular, explica-se pela própria trajetória de constituição da Universidade no Espírito Santo<sup>20</sup>.

Sendo o Espírito Santo o estado do Sudeste com a ocupação mais tardia<sup>21</sup> e, como consequência, de industrialização atrasada se comparado aos demais, não é de se estranhar que o sistema educacional também encaminhasse sua organização a passos lentos. Ainda em 1964, a Universidade do estado, com exceção das Faculdades de Medicina, Politécnica e Odontologia, não possuía sequer sede própria. As demais instalações funcionavam em locais alugados, o que inclui até mesmo a reitoria. A federalização da mesma ocorreu apenas em 1965<sup>22</sup>, tornando-se

<sup>18</sup> Conforme se pode observar em depoimento dos estudantes. A Tribuna. *Resposta do DCE*. 08 de janeiro de 1982.

<sup>19</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Jurídicas e Econômicas. Caixa 21. Jornal "O Grito", Edição nº. 11.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Dossiê Diretório Central dos Estudantes. Caixa 21. Jornal do DCE, edição nº 8.

<sup>21</sup> Tal ocupação/habitação deu-se de maneira mais intensa a partir de meados dos anos 1870 quando da chegada de imigrantes, principalmente italianos, pomeranos e alemães, que desbravaram o interior do estado. Até então se observa a ocorrência de pequenos núcleos de povoamento, especialmente na parte litorânea. Para mais, pesquisar Em: OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª Ed. Vitória: APES, 2008; ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n], 2000.

<sup>22</sup> BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília,

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tendo o mesmo ocorrido em outras Universidades do país (PELEGRINE, 2016, p. 77-82).

Na área do ensino superior, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) passou por uma reestruturação acadêmica e administrativa afinada com os princípios da Reforma Universitária pretendida pela ditadura militar, ao mesmo tempo em que os estudantes se mobilizavam contra os acordos celebrados pelo governo, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a agência norte-americana United States Agency International Development (USAID), que se tornaram conhecidos como acordos MEC-USAID. A reestruturação por que passou a UFES no período analisado, alcançou a própria configuração física da Universidade, que passou de uma espécie de federação de faculdades espalhadas pela Capital, para uma única instituição, divididas em Centros localizados em dois campi, em Goiabeiras e Maruípe. (CAETANO, 2013 apud FAGUNDES, 2014, p. 114-115)

Tal organicidade da UFES se encontra no bojo do processo de modernização conservadora e autoritária levado a cabo pela ditadura militar. Nesse intuito, formou-se uma “Comissão de Planejamento” cujo objetivo era a elaboração de um plano de reestruturação da Universidade nos aspectos físicos e acadêmico-administrativos, adotando um modelo de universidade “integrada”. Para esta tarefa, contrataram-se os serviços do “consultor” Rudolph Atcon no ano de 1966 (PELEGRINE, 2016, p. 78-79).

Tendo em vista que logo após, o golpe civil-militar de 1964 colocou as entidades estudantis no alvo da repressão, em todo território brasileiro, diversas delas foram fechadas. Sendo as universidades *locus* das mobilizações contra a quebra da legalidade constitucional, nota-se, portanto, que as mesmas foram objetos de constante vigilância e repressão. As “bandeiras” defendidas pelo ME, na maior parte dos casos, buscavam a solução de problemas relativos às suas demandas enquanto estudantes, o que ia à contramão do que era defendido pelo regime militar.

Na UFES as investidas dos órgãos de repressão do governo ditatorial podem ser delimitadas em quatro “ondas” repressivas, estabelecidas de acordo com determinados marcos. Em consonância com o Relatório da CVUfes, entende-se como ondas repressivas os momentos de maior produção de documentos, vigilância e outras ações que afetaram o cotidiano da instituição, como a proibição ou a suspensão das entidades estudantis, abertura de inquéritos contra estudantes e

---

DF, 24 de agosto de 1965. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

servidores, confisco de materiais e documentos, prisões, entre outros (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017).

**Abaixo apresentamos um resumo das quatro “ondas repressivas”, de acordo com o Relatório Final da CVUFES. No próximo tópico abordaremos como essas “ondas” impactaram no movimento estudantil da UFES.**

1) a primeira onda repressiva ocorreu nos primeiros dias depois do golpe, entre abril e maio de 1964. O novo quadro político abriu caminho para investigações sumárias e diversos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que atingiram principalmente militantes estudantis, servidores públicos (civis e militares) e sindicalistas identificados com o governo de João Goulart;

2) a segunda onda repressiva ocorreu entre 1968 e 1969, como foi dito, período marcado por manifestações estudantis; abertura de novos IPM's; prisão de estudantes capixabas durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ocorreu em outubro de 1968, em Ibiúna, São Paulo; fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFES; e novas prisões de lideranças estudantis, no início de 1969;

3) a fase que marcou a implantação e o pleno funcionamento da ASI/UFES coincide com a terceira onda repressiva na Universidade. Seu ponto máximo ocorreu entre dezembro de 1972 e março de 1973, época marcada por uma série de prisões e perseguições de professores e estudantes na instituição, sobretudo daqueles que tinham ligações com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB);

4) a quarta onda repressiva na UFES aconteceu na época da retomada das atividades do Movimento Estudantil (ME) em nível nacional, a partir de 1976, com as mobilizações que pretendiam reorganizar a UNE e reivindicavam o retorno das liberdades democráticas para o país. Paralelamente, os estudantes da UFES começaram suas mobilizações a partir de atividades convocadas pelos diretórios acadêmicos, especialmente os do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e do Centro Biomédico (CBM), com posterior reabertura do DCE/UFES no final de 1978. Como se procurou enfatizar no Relatório Final da CVUfes, o funcionamento de um amplo aparato repressivo na Universidade, capitaneado pela ASI/UFES.

## 2.2 AS ONDAS REPRESSIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

No intuito de elucidar os caminhos que o ME-UFES percorreu até a sua reestruturação em meados dos anos 1970, discorrer-se-á sobre as “ondas” repressivas que se abateram sobre a Universidade e seus impactos na vida dos estudantes.

A primeira dessas ondas origina-se com a destituição do reitor Manoel Xavier Barreto Filho em abril de 1964, uma vez que tal reitor tinha ligação com os ideais democráticos e tal fato já era de conhecimento público, tendo sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional<sup>23</sup> (LSN), e substituído por seu vice, Alaor de Queiroz Lima. Após a consolidação do golpe, acompanhando o que estava acontecendo em todo Brasil, uma leva de prisões foi realizada no estado, tendo como alvos lideranças populares, entre elas, as estudantis. No Espírito Santo, entre os presos estavam os dirigentes da UEE.

De acordo com depoimento reservado prestado à CVUfes pelo então presidente da UEE, o estudante de Odontologia Jayme Lanna Marinho, inicialmente os presos foram levados para a Chefatura de Polícia Civil, que ficou superlotada. Posteriormente, devido à superlotação, alguns presos foram levados para o quartel do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), localizado na Praça Misael Pena, no Parque Moscoso, e para as dependências do 3º BC, atual 38º Batalhão de Infantaria do Exército (38ºBI). (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2017, p. 28)

O 3ºBC, que até hoje funciona na Prainha, em Vila Velha, foi transformado no “comando revolucionário” do Espírito Santo, dirigido no momento em questão pelo coronel Newton Fontoura Reis. A própria nomenclatura BC, que significava “Batalhão de Caçadores” dá o tom do que se podia esperar do lugar e de seus dirigentes. Para lá foram levados militantes políticos, dentre os quais vários estudantes, que passaram por sessões de interrogatório e tortura, conforme nos comprovam as oitivas realizadas pela CVUfes.

---

<sup>23</sup>Lei nº 38, de 04 de abril de 1935, que definia crimes contra a ordem política e social, tendo como principal finalidade transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. BRASIL. Constituição (1935). Lei nº 38, de 1935. **Define Crimes Contra A Ordem Política e Social**. Rio de Janeiro, 1935.

A mudança na designação de 3º Batalhão de Caçadores (3º BC) para 38ºBI (Batalhão de Infantaria) aconteceria apenas em 1972<sup>24</sup>. Na esteira da repressão, foram instaladas Comissões de Inquérito em oito Faculdades que integravam a ainda não federalizada Universidade do Espírito Santo, resultando numa série de investigações que, segundo relatório da CVUfes, não tiveram desdobramentos políticos relevantes, mas que foram arquivadas pelo MEC para futuras consultas, se necessárias fossem (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p. 36). Nesse primeiro momento ainda é possível destacar como ato repressivo e punitivo a demissão de um professor<sup>25</sup>, prisão e condenação de servidores e estudantes da Faculdade de Filosofia (FAFI)<sup>26</sup> e a instauração do Inquérito Policial Militar (IPM) de Colatina, que denunciava funcionários da Universidade. Ainda faz parte deste contexto a implantação da reforma universitária conservadora proposta pela ditadura, que na UFES foi levada a cabo pela Comissão de Planejamento, cujo objetivo era a criação de um modelo de Universidade integrada, tendo como base o acordo MEC-USAID<sup>27</sup>. Tal acordotinha como metas específicas à educação, que eram:

Objetivos Gerais:

1. Um sistema educacional mais moderno e mais efetivo, particularmente os níveis superior e secundário.
2. Encorajar a formação de um conjunto de educadores e estudantes orientados para os Estados Unidos, para influenciar o Brasil na direção dos objetivos políticos, econômicos e sociais expostos neste Casp.

Objetivos Específicos:

1. Modernização educacional tanto em aspectos substantivos quanto administrativos, particularmente nos níveis superior e secundário.
2. Desenvolvimento planejado e contínuo de relações entre universidades norte-americanas e brasileiras.
3. Desenvolver entre os cidadãos de cada país uma compreensão mais acurada e simpática dos respectivos problemas
4. Desenvolver entre os brasileiros um compromisso crescente com os valores do desenvolvimento e da democracia, um dos quais é um olhar internacionalista, em lugar na xenofobia. (MOTTA, 2014, p. 113-114)

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://www.legiaodainfantariadoceara.org/leginf\\_38bi\\_index.html](http://www.legiaodainfantariadoceara.org/leginf_38bi_index.html)>. Acesso em: 17 abr 2017.

<sup>25</sup> Aldemar de Oliveira Neves, da Faculdade de Medicina, apontado pelo DOPES/ES como “elemento organizador de infiltração comunista e agitador nas Organizações Sindicais” (PELLEGRINE, 2016).

<sup>26</sup> Estes apontados como partícipes do chamado “Grupo dos 11” no município de Muniz Freire. Para mais informações, consultar os Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-EST. Disponível em: <[periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/download/11766/8463](http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/download/11766/8463)>. Acesso em: 17 abr 2017

<sup>27</sup> United States Agency for International Development, que gerenciava projetos financiados pelo governo Americano em outros países, respondendo às ansiedades crescentes de Washington em relação à América Latina, em particular ao Brasil.

Todavia, ainda segundo MOTTA (2014, p. 117), vale ressaltar que:

de um lado, era interessante atender às solicitações dos líderes brasileiros por ajuda na modernização das universidades – tratava-se de figuras influentes, era inteligente agradá-los aceitando suas demandas. De outro lado, as faculdades tornavam-se mais estratégicas, à medida em que se intensificava a mobilização política da esquerda, e os combatentes da Guerra Fria não poderiam relegar para segundo plano um front tão decisivo.

Assim, em junho de 1966 a Comissão de Planejamento da UFES contrata os serviços do “consultor” da USAID, Rudolph Atcon para a elaboração de um plano de reestruturação da Universidade, em termos físicos e acadêmicos. Segundo ele,

A edificação do campus da UFES deveria se dar em torno de um centro, formado por uma grande praça destinada ao convívio, à alimentação e aos serviços principais da Universidade, rodeado pelos demais setores, permitindo a circulação e a integração entre os membros da comunidade universitária [sic.]. No que tange a organização acadêmica, Acton (1966, p.28-39) [sic] propôs a construção de apenas sete Centros de Ensino no campus, mais enxutos e agregadores: Estudos Gerais, Tecnológico, Cibernético, Biomédico, Agropecuário, Artístico e Desportivo. Os Centros seriam formados por Departamentos, agrupados segundo áreas afins de conhecimento e chefiados por professores nomeados pelo reitor. Os cursos teriam seus coordenadores responsáveis, nomeados pela reitoria, que juntos formariam o Conselho de Coordenadores. Chefes de Departamentos comporiam outro Conselho, de Chefes de Departamentos, e diretores dos Centros, juntamente com os encarregados de assuntos acadêmicos-estudantis e o vice-reitor, formariam o Conselho Universitário – presidido pelo reitor (PELEGRINE, 2016, p.79).

O proposto foi mantido, tendo sido alterado apenas a nomenclatura dos Centros de Cibernético e Esportivo para Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e Centro de Educação Física e Desportos, tendo o primeiro Centro desempenhado destacado papel no ME-UFES. Após diversas manobras políticas para a aquisição de verbas para a construção do *Campus* de Goiabeiras<sup>28</sup>, a concretude do projeto começou a desenhar-se através do Decreto-Lei n. 63.577 de 1968<sup>29</sup>, que organizou academicamente a UFES em oito Centros de ensino, a saber: Centro de Estudos Gerais (fusão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras), Centro de Artes (antiga Escola de Belas Artes), Centro Tecnológico (antiga Escola Politécnica),

<sup>28</sup> Para maiores informações, consultar: PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. **Modernização e Repressão**: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (Dissertação de Mestrado), 2016.

<sup>29</sup> BRASIL. Constituição (1968). Lei nº 63577, de 1968. **Fixa A Nova Estrutura da Universidade Federal do Espírito Santo**. Brasília, 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextolIntegral.action?id=177189&norma=194427>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Centro Agropecuário (antiga Escola Superior de Agronomia), Centro Biomédico (junção das Faculdades de Medicina e Odontologia), Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (junção das Faculdades de Direito e Economia) e o Centro Pedagógico. (PELEGRINE, 2016, p. 82)

É fato que os estudantes não estavam satisfeitos com uma reforma universitária autoritária e unilateral, e, para isso, tentaram utilizar de sua representatividade no Conselho Universitário, na figura do presidente do DCE César Ronald Gomes<sup>30</sup> no ano de 1968, o que não ofereceu resultados, visto que a aprovação do plano foi referendada através da promulgação da Lei n. 5.540/1968 que impôs a reforma universitária defendida pela ditadura, ou seja, modernizadora e autoritária. Apenas em 1990, o Centro de Estudos Gerais foi dividido em outros dois centros: Ciências Humanas e Naturais e de Ciências Exatas. Já o Centro Pedagógico e o Centro Biomédico passaram a se chamar: Centro de Educação e Centro de Ciências da Saúde. Destaca-se, ainda, a criação do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), no município de São Mateus, e o aumento do *campus* que já funcionava na cidade de Alegre (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p.47-48).

A segunda onda repressiva que se abateu sobre a UFES vai de 1967 a 1969 e observa-se um endurecimento das atividades repressivas à medida que as mobilizações estudantis se tornam mais intensas. É nesse período que a ditadura aprova o AI-5<sup>31</sup> e o Decreto-Lei 447/1969<sup>32</sup>, amplamente utilizados como arma

<sup>30</sup> Até então ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR.

<sup>31</sup> “Ato Institucional número 5, editado em 13 de dezembro de 1969, considerado como um divisor de águas na história do regime militar. Ele representou o ponto culminante de tendências autoritárias em vigor desde o golpe de 1964e, nesse sentido, correspondeu às demandas dos grupos radicais de direita pelo ‘aprofundamento da revolução’.” (PATTO, 2014, p.148). Tal Ato que vigorou até 1978, definia o momento de maior recrudescimento do regime, dando ao presidente militar, sem apreciação do Judiciário o poder de fechamento do Congresso Nacional, intervenção em estados e municípios, cassação de parlamentares, suspensão de direitos políticos, confisco de bens considerados ilícitos e suspensão da premissa do *habeas-corpus*, justificado em seu preâmbulo sob a “necessidade de encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”. D'ARAUJO, Maria Celina. O AI-5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>

<sup>32</sup> “Decreto baixado pelo presidente da República, general Artur da Costa e Silva, em 26 de fevereiro de 1969, dois meses depois da promulgação do Ato Institucional nº 5 e com base nele, prevendo as infrações disciplinares de cunho político dos professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino, bem como as penas a eles aplicáveis”. BRASIL. Constituição (1969). Lei nº 477, de 1969. **Define Infrações Disciplinares Praticadas Por Professôres, Alunos, Funcionários Ou Empregados de Estabelecimentos de Ensino Público Ou Particulares, e Dá Outras**

política contra os considerados “subversivos” pelo regime. Notadamente, é a partir de 1968 que se concentra a maior parte dos documentos utilizados na pesquisa produzidos pelos órgãos de informação que monitoravam o ME-UFES, o que nos leva a concluir que, assim como acontecia nacionalmente, a repressão também se ampliava dentro da Universidade Federal capixaba.

Na UFES o início das manifestações do ano de 1968 ocorreu antes mesmo do assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto pela Polícia Militar em março no Rio de Janeiro, o que acabou por desencadear uma série de manifestações que reverberaram por todo país, culminando na intensificação da repressão<sup>33</sup>, como mencionado anteriormente. Os estudantes capixabas se manifestaram nas ruas contra o valor das refeições que o recém-inaugurado RU<sup>34</sup> passaria a cobrar. Destaca-se neste momento a liderança do então estudante de Medicina César Ronald Pereira Gomes que, segundo ele<sup>35</sup>, teria participado anteriormente do Movimento Secundarista do Rio de Janeiro como militante do PCB, voltando a entrar em contato com o ME a partir de 1967 na UFES.

Até então, a UFES não possuía um RU, mas apenas pequenos restaurantes nas faculdades de Odontologia, Medicina e Engenharia, a maioria deles criados e mantidos pelos esforços dos próprios estudantes e de seus DA's. A polêmica relativa ao preço das refeições começou depois que o Conselho de Administração e Funcionamento do RU (Cafru), criado para administrar o restaurante, votou a favor do valor proposto pelos estudantes. O Cafru era formado por dois representantes estudantis, dois representantes da reitoria e um dos ex-alunos (Rodrigo Loureiro Martins), que só votava contra os estudantes. O reitor Alaor de Queiroz Araújo, não acatou a proposta do Cafru e decidiu impor o valor das refeições. O impasse acabou resultando numa greve. (CAETANO, 2013 apud FAGUNDES, 2014, p. 124)

Decidido a não ceder às reivindicações dos estudantes, o reitor Alaor de Queiroz Araújo convocou os diretores das Faculdades e solicitou-lhes o envio do registro de frequência dos alunos. Tal impasse duraria até fins de março, quando o preço

---

**Providências.** Brasília, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

<sup>33</sup> “A morte de Edson Luís marcou o início de um processo de radicalização política e de confrontos violentos entre a polícia e os estudantes. Uma demonstração chocante a violência que a repressão policial passou a usar contra os estudantes se de poucos dias depois, na missa de sétimo dia pelo estudante morto, na Igreja da Candelária. O exército ocupou o centro da cidade. Na saída da missa da manhã uma carga da cavalaria da Polícia Militar atropelou os estudantes. Na missa da tarde, nem o cordão de isolamento feito pelos padres impediu nova investida da cavalaria”. (ARAÚJO, 2007, p. 176)

<sup>34</sup> O RU foi inaugurado em 01 de março de 1968, conforme registra notícia publicada no jornal *O Diário* (Reitor inaugura nova obra. *O Diário*, p. 1, 02 mar. 1968).

<sup>35</sup> Em entrevista concedida a Alexandre Caetano em 29 de outubro de 1995.

das refeições foi negociado e aproximou-se do que era reivindicado pelos estudantes (CAETANO, 2013).

Ainda sobre a morte do estudante secundarista no Rio de Janeiro, marca-se no Espírito Santo uma mobilização estudantil realizada em ato de protesto no dia 03 de abril de 1968, reunindo um número expressivo de estudantes, cerca de 3 mil, que culminou na prisão de três pessoas<sup>36</sup>. Mas não parou por aí. Outra manifestação ocorreu apenas dois dias depois, bem mais radical, tendo o estudante gritado palavras de ordem como “abaixo à ditadura” e “abaixo ao imperialismo”, e queimado uma bandeira dos Estados Unidos em frente ao palácio Anchieta, sede do governo do estado. O já líder estudantil César Ronald chegou a ser detido, mas fora arrancado das mãos dos policiais pelos próprios estudantes que promoveram um cerco ao carro no qual o estudante seria transportado (CAETANO, 2013 apud FAGUNDES, 2014, p.128). Assim:

A mobilização contra os preços do RU e os protestos contra a morte de Edson Luís transformaram César Ronald na principal liderança estudantil no estado naquele momento, o que alavancou sua eleição para presidente do DCE por meio de uma chapa única, em eleições diretas organizadas pelas entidades estudantis. Dessa forma, elas contornaram as exigências do DL 228/67, o qual determinava que as eleições devessem ser feitas de forma indireta, com a participação dos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos (CAs e Das) e um representante estudantil de cada faculdade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p. 54).

A preocupação do regime em relação às manifestações estudantis que estavam ocorrendo por todo país em protesto contra a morte de um estudante fica evidente em ofício circular enviado a todas as Universidades Federais pelo então Ministro da Justiça, Luiz Antônio Gama da Silva, que acusa “agitadores políticos” e “notórios comunistas” de se aproveitarem da situação para orientar as manifestações estudantis com o objetivo de atingir as autoridades constituídas, atentando contra a ordem e o patrimônio público, inconformados com o regime vigente no país de “liberdade e respeito à dignidade da pessoa humana e de verdadeira justiça social”. Solicitando, ainda, que a população se previna do que “possa acontecer” ante a provocação desses indivíduos, deixando a cargo do governo do estado evitar manifestações que possam provocar “perturbação da ordem”, mediante a adoção de medidas preventivas necessárias para impedir a participação/infiltração desses

---

<sup>36</sup>Veemência (com disciplina) em protesto de estudantes. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 04 abr. 1968.

“elementos”, estando o governo federal decido “a qualquer custo” a “desejada paz” do povo brasileiro<sup>37</sup>.

Ainda dentro da considerada “segunda onda” repressiva na UFES, encontra-se um dos golpes mais duros sofridos pelo ME-UFES: a prisão de seus principais dirigentes que participavam da “tentativa” de realização do XXX Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna – SP<sup>38</sup>.

O congresso, embora não tenha sido percebido assim na época, foi um ponto final na experiência política que os estudantes brasileiros estavam vivendo. Encerrou uma fase importantíssima do movimento estudantil brasileiro. Poucos dias depois de instalado, a polícia chegou a Ibiúna e prendeu todos os estudantes presentes, ou seja, toda a liderança estudantil do país. Ibiúna foi o palco da última grande polarização política vivida pelo movimento estudantil (ARAÚJO, 2007, p.185).

As lideranças estudantis capixabas presas foram: Cesar Ronald Pereira Gomes (Discente de Medicina e então presidente do DCE), Agis Wilson Macedo (Direito), Aerovaldo Costa de Oliveira (Direito), Domingos Freitas Filho (FAFI), Stela Maria Aurich da Silva (Serviço Social), Iran Caetano (Medicina), José Antônio GorzaPignaton (Farmácia), José Honório Machado (Farmácia), Jussara Lins Martins (Engenharia), Luiz Cláudio Nogueira Muniz (Economia), Marcelo de Almeida Santos Neves (Engenharia), Marlene Amaral Simonetti (Serviço Social) e Ricardo Luiz Carvalho Gottardi (odontologia) (FAGUNDES, 2012, p. 28).

Após presos, os capixabas permaneceram em São Paulo até serem transferidos dias depois para o Espírito Santo. Já cientes do ocorrido, os estudantes da UFES começaram a se mobilizar em uma manifestação duramente reprimida pela polícia, que tinha sob o comando José Dias Lopes, então secretário de estado de Segurança Pública, e mais prisões ocorreram: Júlio César Prates de Matos, Rubens Manoel Câmara Gomes, Ana Olívia Sanchez Vargas, Paulo Eduardo Torre e Ewerton Montenegro Guimarães. Os presos em Ibiúna continuaram a responder

---

<sup>37</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Comissão da Verdade. Ofício Circular (sem data) – Ministério da Justiça. Não foi possível datar tal documento, mas estima-se, pelo seu teor, que tenha sido enviado às Universidades Federais, incluindo a UFES, pouco tempo depois do assassinato do estudante Edson Luís.

<sup>38</sup> Tentativa de realização de um congresso para a reestruturação clandestina da UNE, mas o ME já estava polarizado entre as duas principais forças políticas da época: de um lado a coligação entre a AP e o PC do B, e de outros os dissidentes do PCB. Os representantes capixabas alinhavam-se a coligação AP/PC do B.

processo até que a Justiça Militar decidiu pela extinção de sua punibilidade em 1971 (CAETANO, 2013). Mas eles já haviam entendido o “recado”.

Com o recrudescimento do regime as principais lideranças estudantis encontravam presas ou aderiram à clandestinidade, principalmente após a decretação do AI-5. No caso ME capixaba não foi diferente, em janeiro de 1969 o DCE da UFES foi invadido pela Polícia Federal e seu vice-presidente, José César Leite, também foi preso. Alguns militantes aderiram à luta armada, como César Ronald, Zélia Stein e Perly Cipriano.

Outros ativistas, como o estudante de Medicina Iran Caetano, também preso no Congresso de Ibiúna, ainda tentaram manter ativa a militância política, tanto que em dezembro de 1972, quando foram presos todos os militantes e simpatizantes do PC do B no Espírito Santo, 18 deles eram estudantes da UFES. (CAETANO, 2013 apud FAGUNDES, 2014, p.135)

A conclusão a que se chega é que, frente ao recrudescimento do regime, o ME capixaba esvaziou-se, o que não significa que o mesmo tenha “desaparecido”, como veremos adiante. Todavia, sua rearticulação só seria possível após a segunda metade da década de 1970, com a reestruturação dos DA's que culminou com a reabertura do DCE-UFES em 1978.

Inicia-se a partir de então a terceira onda repressiva na Universidade capixaba, marcada pelo agravamento da violação dos direitos humanos, principalmente após a criação de um órgão de informação para atuar dentro da própria Universidade: a Assessoria de Especial de Segurança e Informação (AESI-UFES) em 1971. Sua atuação será adensada mais adiante, mas vale ressaltar que suas atividades foram de suma importância para o aumento no número de prisões e torturas realizadas contras os estudantes.

Dentre outras correntes políticas, a Ala Vermelha também atuava no Espírito Santo:

Os militantes do PC do B que formariam a Ala Vermelha eram em sua maioria constituídos por antigos participantes das Ligas Camponesas, do Movimento Revolucionário Tiradentes e ex-adeptos do foquismo, os quais haviam feito autocrítica em relação às concepções foquistas após os estágios realizados na China. A Ala atuou nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Ceará (SANTANA, 2010)  
39

---

<sup>39</sup>SANTANA, Cristiane Soares de. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA: A PRESENÇA DO MAOÍSMO NA ESQUERDA BRASILEIRA. In: V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANUH-BA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS, LUGARES, FRONTEIRAS, FAZERES E

A prisão de um de seus principais dirigentes em 1971, Edgard de Almeida Martins<sup>40</sup>, resvalou diretamente nos estudantes da UFES. Nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, “Miro”, como era conhecido, foi torturado até revelar toda a organização, partícipes e dirigentes do movimento ao qual pertencia, além de delatar militantes do PCB, do MRT e do MRM.

No caso do Espírito Santo, além de revelar o nome de militantes ligados à Ala Vermelha no estado, Miro ainda acompanhou os militares do DOI-CODI até Vitória para fazer o reconhecimento de militantes presos. As prisões ocorreram entre os dias 22 e 23 de março de 1971, quando foram presas nove pessoas, sendo quatro estudantes da Ufes: João Amorim Coutinho e Edson Hilário de Freitas, estudantes de Geografia; José Fernando dos Santos, estudante de Engenharia; e Laura Maria da Silva Coutinho, do curso de Odontologia. Os presos foram detidos e levados para o quartel do 3º Batalhão de Caçadores, em Vila Velha, onde foram submetidos a violentas torturas por agentes do DOI-CODI, sendo transferidos poucos dias depois para São Paulo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p.77)

Em São Paulo os estudantes foram submetidos às mais variadas técnicas de tortura, conforme relatos de João Amorim Coutinho e Laura da Silva Coutinho à CVUfes, chegando a estudante de Odontologia “Laurinha” sofrer um aborto devido às sessões de tortura as quais foi submetida, não somente físicas, mas também psicológicas, incitando-a ao suicídio constantemente<sup>41</sup>. Ainda segundo Laura, depois de alguns meses de prisão, seu retorno à vida social, acadêmica e, posteriormente, profissional tornou-se muito difícil devido a sua condição de ex-presa política.

A atuação da AESI-UFES também marca esse período. A vigilância no *campus* era constante e abrangente em todos os sentidos: alunos, professores, funcionários, obras literárias, panfletos, solenidades de formatura, entre outras coisas. Tudo deveria passar pelo crivo do chefe da mencionada Assessoria, Alberto Monteiro. Assim, é de se esperar que logo depois de sua instalação, a repressão dentro da Universidade tenha ganhado proporções descomunais, principalmente a partir de 1972.

---

POLITICAS, 2., 2010, Salvador (ba). **Anais...** . Salvador (ba): Anpuh-ba, 2010. p. 1 - 8. Disponível em: <[http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/C/Cristiane\\_Soares\\_de\\_Santana.pdf](http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/C/Cristiane_Soares_de_Santana.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>40</sup> Existe a criação de um blog intitulado “Clandestino, memórias políticas de Edgard de Almeida Martins”, no qual Edgard expõe sua militância política. Porém, nada foi encontrado em relação aos desdobramentos de seu encarceramento em 1971, quando suas delações desencadearam uma série de prisões por todo país. Disponível em: <<http://clandestinoedgard.blogspot.com.br/2012/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>41</sup> Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

Outro golpe sofrido pelo ME-UFES acontece dentro da terceira onda repressiva: a prisão de professores e estudantes acusados de pertencerem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1972, sendo a maior parte deles do curso de Medicina, inclusive, entre os presos e torturados estava o estudante Marcelo Amorim Netto, na época presidente do DA de Medicina.

O IPM aberto por ocasião das prisões arrolou 18 pessoas ligadas à Ufes como envolvidas, sendo um professor (Vitor Buaiz, do curso de Medicina) e 17 estudantes: Marcelo Amorim Netto (Medicina); Gustavo Ferreira do Vale Neto (Medicina); Sebastião Lima Nascimento (Medicina); Elizabeth Santos Madeira (Medicina); Maria Magdalena Frechiani (Medicina); Luzimar Nogueira Dias (Medicina); Luiz Carlos Garcia Genelhu (Medicina); Iran Caetano (Medicina); Mirian Azevedo de Almeida Leitão (História); Ângela Milanez Caetano (CEG); Maria GilmaErlacher (Direito); Maria Auxiliadora Ferreira Gama; Luiz de Souza (Economia); e José Willian Sarandy (Direito) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p. 91-92)

Além de esses estudantes serem julgados, cumprirem parte de suas penas e entrarem na clandestinidade (foi o caso do estudante de Medicina Iran Caetano), os universitários acabaram respondendo também a um inquérito dentro da própria UFES que, baseado no decreto 477, puniu com a suspensão das atividades estudantis dos seguintes estudantes: Iran Caetano, Marcelo Amorim Netto, Gustavo Pereira do Vale, Adriano Sisternas, Ângela Milanez Caetano, William Sarandi e Jorge Luiz de Souza, a despeito de o último já estar formado (UFES, 2017, p. 94-95). Em depoimento, Ângela Milanez Caetano<sup>42</sup> ressaltou que nunca conseguiu terminar seu curso de Geografia. Em ofício ao diretor do Centro Biomédico da UFES<sup>43</sup>, o chefe da AESI, Alberto Monteiro, informa para a “adoção das providências cabíveis”, que pela decisão do MEC, “em poder dessa Assessoria”, a aplicação da pena prevista no inciso II, § 1º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 477, ou seja, “desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de três anos”, dos alunos acima citados.

As perseguições constantes aos estudantes prosseguiram sob a anuência da AESI-UFES em parceria com outros órgãos de informação. À medida que a repressão intensificava-se, o ME esvaziava-se, seja pela prisão de seus principais líderes, seja pelo medo que tais atos repressivos provocavam nos demais universitários.

<sup>42</sup> Em depoimento à CVUfes.

<sup>43</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Comissão da verdade. Ofício nº 80/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.

Faz-se imperativo sublinhar que a maioria dos estudantes presos, torturados e indiciados nesse processo eram discentes de Medicina, curso que havia, como foi dito anteriormente, organizado uma série de mobilizações em favor de melhorias nas condições de ensino. Não obstante ao fato de também serem militantes e simpatizantes do PCdoB, sua atuação na militância estudantil, como destacam as entrevistas concedidas a CVUFES, foi o fato determinante para colocá-los na mira da comunidade de informação. A quarta onda repressiva que se abate sobre a Universidade marca a rearticulação do ME-UFES, e será tratada nas páginas seguintes.

### 2.3 O FUNCIONAMENTO DO APARATO REPRESSIVO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

Como destacamos anteriormente, em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>44</sup>, a partir dele começou a ser articulada a criação de todo um aparato de vigilância e repressão que se ramificou por todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSI's)<sup>45</sup> nos ministérios civis, tornando o sistema ainda mais complexo. Em 1970 foi aprovado o Plano Nacional de Informações<sup>46</sup>, que estabeleceu, dentre de uma série de outras coisas, as subdivisões das DSI's, formando as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI's), também chamadas de ASI's. Tais Assessorias foram introduzidas nas Universidades a partir de 1971 e, assim, o regime militar passou a contar com vigilância diária aos *campi* universitários, lugar de efervescência de ideias, sobretudo a partir de meados da década de 1970, de resistência. Eram *locus* de recrutamento das organizações clandestinas de

<sup>44</sup>BRASIL. Constituição (1964). Lei nº 4341, de 1964. **Cria O Serviço Nacional de Informações**. Brasília, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

<sup>45</sup>\_\_\_\_\_. Constituição (1967). Lei nº 200, de 1967. **Dispõe Sobre A Organização da Administração Federal, Estabelece Diretrizes Para A Reforma Administrativa e Dá Outras Providências**. Brasília, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

<sup>46</sup>\_\_\_\_\_. Constituição (1970). Lei nº 66732, de 1970. **Aprova O Plano Nacional de Informações e Dá Outras Providências**. Brasília, 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

esquerda, assim como de intelectuais que denunciavam as atrocidades do regime. As AESI's seriam então os seus “olhos” dentro desses espaços.

As ASI universitárias atuaram, principalmente: na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o decreto 477, no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda produzido pelas agências do governo (MOTTA, 2008, p. 45).

A AESI da UFES também foi implantada em meados de 1971, ampliando a repressão que atuava sobre a Universidade. Muito, além disso, criou-se, na verdade, uma rede de monitoramento que envolvia também o DOPS-ES e os órgãos do Exército instalados no estado, o que pode ser confirmado através da volumosa troca de correspondências entre esses aparatos repressivos.

Chefiada por Alberto Monteiro, funcionário de carreira da UFES, que se especializou no serviço de informações de segurança nacional, por meio do curso de “Estudos de Política e Estratégia” promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG-ES), a AESI-UFES funcionou até 1986. Sobre ele, Pelegrine (2016, p. 101) afirma:

O chefe da AESI personificou a repressão no campus da UFES. Na maioria dos depoimentos concedidos à CVUFES, ele é lembrado como ‘elemento do regime’, ‘porta-voz dos militares’, ‘covarde’, ‘informante dos órgãos de segurança’, ‘tenebroso’, ‘representante dos órgãos de repressão’ e ‘ligado aos militares’. Apesar de sua atuação discreta e pretensamente despropositada – confirmada pelos depoimentos que relatavam à CVUFES que Monteiro costumava circular pelo campus e interagir com os alunos, professores e servidores -, o fato é que ele funcionou como o principal elemento de ligação entre a academia capixaba e a DSI/MEC, materializando a vigilância e a repressão no cotidiano do campus.

Nos documentos com as solicitações iniciais emitidos pela AESI-UFES não é possível comprovar a assinatura de seu chefe, Alberto Monteiro. Apenas aparecem ao final dos mesmos o nome da Assessoria, seu carimbo no qual consta o nome da UFES e o carimbo de confidencial<sup>47</sup>. Em tal ofício, encaminhado ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, a solicitação era à concessão de informações relativas aos jornais, panfletos e murais confeccionados em “sua unidade”, o que nos leva a crer que o mesmo ofício possivelmente foi encaminhado a outros Diretórios

<sup>47</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Comissão da verdade. Ofício nº 06/1971 – AESI/UFES. Vitória, 1971.

Acadêmicos. Solicitava, ainda, que se o DA possuía informações sobre esse tipo de material produzido por outros DA's ou países e divulgado ali, o que evidencia a preocupação com a presença "estrangeira" influenciando os alunos da Universidade<sup>48</sup>. Além disso, solicitava a lista de livros adotados nos exames vestibulares e a venda de livros pelo próprio DA. Pouco tempo depois, em alguns documentos já se encontrava o nome de Alberto Monteiro, conforme consta em ofício<sup>49</sup> no qual ele solicitava ao mesmo centro dados relativos à admissão do corpo docente de janeiro de 1969 até a data do mesmo.

Esse tipo de solicitação era recorrente aos Centros Acadêmicos, evidenciando a preocupação do sistema repressivo com qualquer influência de ideais consideradas de "esquerda" ou de "comunistas" no meio estudantil, controlando desde as literaturas utilizadas pelos cursos, até mesmo a contratação de funcionários, que passava pelo crivo do próprio Alberto Monteiro, inibindo a temida "infiltração comunista". Isso fica claro em um "pedido de busca"<sup>50</sup> expedido pela AESI-UFES à Faculdade de Medicina, cujo assunto era: "Professor ou Funcionário Esquerdista". A intenção era saber da existência de algum servidor, professor ou funcionário, conhecido como comunista ou, até mesmo, contra a "revolução", que foi respondido pelo então diretor em exercício da entidade requerida, Benito Zanandrea, quatorze dias depois, com a afirmativa da inexistência de tais "elementos" no seu quadro de funcionários.

Com o passar do tempo, mesmo as solicitações da AESI/UFES tendo a prerrogativa de "urgência, urgentíssima", o que verificasse é cada vez mais um maior intervalo de tempo nas respostas dos Centros, que acabam adquirindo um caráter "acomodador", visto que não se verificou nos documentos pesquisados acusações relacionadas aos funcionários advindas dos Centros Acadêmicos, cujos diretores sempre afirmavam "desconhecer", "não possuir conhecimento", "não verificar" a presença de funcionários contrários aos ideais da "revolução", muito menos comunistas. O controle sobre os docentes da UFES passou a ser tão rigoroso ao

---

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 217/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974. Nele, por proibição do Ministro da Justiça, havia uma lista de livros considerados "subversivos" e que, portanto, não poderiam circular pelas universidades.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. Comissão da verdade. Ofício nº 026/1971 – AESI/UFES. Vitória, 1971.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. Comissão da verdade. Pedido de Busca nº 22/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.

ponto do chefe da AESI-UFES solicitar a relação nominal de professores, por Departamento, pertencentes a cada Centro, assim como suas respectivas cargas horárias<sup>51</sup>.

A atuação da AESI-UFES também ocorria no controle dos eventos realizados pela Universidade, como fica evidente em ofício<sup>52</sup> encaminhado à Faculdade de Medicina. Seu teor se trata de informar que já era de conhecimento da AESI a realização de uma reunião da Comissão de Festas da Faculdade, a qual deliberou por homenagear em sua formatura o aluno Júlio Prattes, preso em virtude de sua participação no Congresso de Ibiúna, não conseguindo, portanto, avançar e concluir o sexto ano do curso de Medicina. As ordens eram claras para que o programa de festas e a referida homenagem fossem “cancelados” pelo diretor da Faculdade. O mesmo fato ocorre em outros ofícios recebidos pela AESI-UFES. Estes eram submetidos não somente à relação dos homenageados em solenidades de formatura, mas, também, aparaninfos, oradores e seus respectivos discursos para apreciação prévia e aprovação/reprovação<sup>53</sup>.

Em outro documento<sup>54</sup>, cujo requerimento por parte da AESI/UFES não pôde ser localizado, encontram-se dados interessantes emitidos pela Faculdade de Medicina, que dão o teor de como eram constantemente requeridos e monitorados pela AESI. Dar-se a entender que a “cobrança” de explicações por parte da Assessoria deu-se devido a algum manifesto produzido pelos representantes estudantis da Faculdade, denunciando uma série de problemas enfrentados pelo curso. No documento, o diretor faz uma série de esclarecimentos relativos ao funcionamento da Faculdade em termos “gerais”. Discorre acerca do funcionamento do pronto-socorro, da biblioteca, da maternidade, do ambulatório, e esclarece sobre a não admissão da Faculdade de professores “expulsos”. O referido professor era Ulysses Moreira dos Santos, que há cerca de três anos havia sido colocado à “disposição” da reitoria, e por ela lotado no Departamento de Biologia do Centro de Estudos Gerais, não estando, portanto, sob a jurisdição da Faculdade. O texto é finalizando com a afirmação de que sempre que procurado (diretor da Faculdade) pelas

---

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 127/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 60/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 236/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 02/1972 – Faculdade de Medicina/UFES. Vitória, 1972.

representações estudantis, os assuntos são estudados e quando considerados necessários e viáveis, são atendidos pela direção, que “nunca” omitiu-se de dialogar abertamente sobre os problemas. Ressalta ainda que tudo o que havia sido exposto no referido ofício, havia sido “suficientemente” esclarecido aos representantes estudantis.

Como se pode perceber na análise dos documentos apresentados acima, havia uma grande preocupação com os acontecimentos da vida acadêmica e da militância estudantil na Faculdade de Medicina da UFES, principalmente, nos primeiros anos de funcionamento da ASI-UFES. Esse fato serve para corroborar com o argumento central dessa pesquisa: apesar do fechamento do DCE, continuou existindo uma intensa atuação do diretório acadêmico de Medicina da UFES. Ou seja, o ME, ainda que limitado, manteve sua atuação.

Dessa forma, as mobilizações do DA de Biomédicas somadas à grande quantidade de militantes do PCdoB no ME da UFES na época, foi um dos principais motivadores da prisão e tortura dos estudantes da universidade, que caracterizou, como aponta o Relatório da CVUfes, a terceira onda repressiva que a atingiu. Como indica FAGUNDES (2014), dos 34 indiciados no Inquérito Policial (IPM), aberto em 1973 contra os militantes do PCdoB, havia 08 estudantes de Medicina e um professor do curso: Vitor Buaiz.

A perseguição aos estudantes, sobretudo, aos dirigentes do DA de Medicina pode ser constatada nos depoimentos que duas ex-estudantes do curso concederam a CVUfes. Por exemplo, segundo Maria Magdalena Frechiani, discente do 2º ano de Medicina em 1972, as atividades da entidade estudantil tiveram como principal meta melhorias no curso.

(...) no segundo ano eu comecei a me envolver muito com os problemas da faculdade, a gente tinha muito problema e tinha sido fechado o nosso pronto socorro, então meu o primeiro contato com repressão na verdade foi em função da briga pelo pronto socorro, dos \_\_\_\_ que tinham sido fechados então a gente começou a fazer muita manifestação a respeito para tentar reabrir o pronto socorro que é um lugar importante para a medicina e acho que a primeira vez assim que tive contato com a polícia federal foi que a gente fez uma... a gente foi para câmara dos vereadores que era ali no antigo cine glória \_\_\_\_ e a gente foi todos de jaleco todos de branco para pressionar para votarem em favor da reabertura do pronto socorro, teve participação da prefeitura alguma coisa assim, bem a partir daí a polícia federal chegou lá \_\_\_\_ todo mundo com armas, e aí como diziam né, você é

fichado: vão lá tira seu retratinho, suas digitais, seu nome, seu endereço e tudo e fica no arquivinho da polícia federal.

Outro importante relato sobre as atividades desenvolvidas pelo DA de Medicina, durante a gestão de Marcelo Amorin Netto (1971-1972), foi o depoimento da também ex-estudante Elizabete Madeira. Em suas lembranças também foram destacadas as atividades culturais que eram organizadas pela entidade estudantil da UFES.

(...) tinha um diretório e o diretório tinha uma sala imensa cheia de livros de literatura e o trote era uma lista que eu tinha que escolher um livro para doar esse era o trote eu tinha que doar um livro para aquela biblioteca imensa e os alunos iam e pegavam o livro emprestado e eu via muito essa efervescência cultural do ensino época na escola eu não sei o resto da Ufes mas na medicina era uma efervescência muito grande .... era uma situação maravilhosa. Do ponto de vista do ensino eu lembro que a gente fez um movimento e colocamos um professor inclusive pra fora... porque era um professor que não era considerado como professor, não contribuía para o ensino dos alunos, então teve um movimento contra esse professor e assim foi curioso... depois teve o movimento do pronto socorro que também foi curioso, mas isso a medicina estava – vamos dizer assim – crescendo demais... imagina a faculdade inteira... porque todo mundo se uniu. O diretório tinha coisas assim – que talvez hoje não funcionasse – mas o diretório tinha um jornalzinho a gente tinha um aluno que era da própria escola... colocava uma pilha de jornal assim e colocava do lado uma caixinha e o valor do jornal, todo mundo pegava o jornal e punha o dinheiro na caixinha no final você podia contabilizar que ninguém tinha levado o jornal sem pagar então assim tinha uma situação aqui que era muito rica, era muito importante pra gente que tinha 17, 18, 19 anos então era uma situação rica..(...)

Mas as atenções do órgão de informação não estavam centradas apenas no curso de Medicina. Prova disso é que as eleições para os Diretórios Acadêmicos de outros Centros também eram alvo de monitoramento da AESI-UFES. Tais eventos deveriam ser comunicados “incontinentemente” à Assessoria, como fica evidente em ofício<sup>55</sup> enviado ao diretor do CT da UFES, cujo teor igualmente pode ser encontrado em correspondências enviadas a outros Centros, assim como diversas outras solicitações.

A obsessão do chefe da AESI-UFES em relação à possível infiltração comunista na Universidade e os métodos que deveria adotar para impedi-la era tão grande que o mesmo chegou a solicitar “cooperação”, “apoio” e “sugestões” ao diretor da Escola

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_ Ofício nº 21/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.

Superior de Guerra da Guanabara<sup>56</sup>. Ao que tudo indica seu trabalho de conclusão no “Curso de Informações” promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Espírito Santo (ADESG/ES), versava sobre tal assunto.

Informações sobre estudantes vindos de outros estados eram solicitadas constantemente pela AESI-UFES aos Centros, como se pode verificar em correspondência enviada à Escola de Belas Artes<sup>57</sup>. Nela são inquiridos dados como: nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, residência, última escola/faculdade e curso frequentado, de aluno cujos nomes já eram apontados. Neste caso específico eram os discentes Getúlio Firmo de Paula e José Claret Martins Solomõn, procedentes do estado de Minas Gerais e ingressos na requerida escola em 1972. Todavia, a mesma solicitação, contendo vários nomes de outros alunos, pôde ser localizada nas documentações de outros Centros/Faculdades, o que permite constatar que essa era uma prática recorrente da AESI-UFES para monitorar a possível entrada de alunos de outros estados/países na UFES, visando controlar a infiltração de possíveis “subversivos” na Universidade.

Em resposta do Centro de Belas Artes fica claro que a organicidade da repressão apresentava algumas falhas, uma vez que os dados solicitados não poderiam ser informados pelo Centro, visto que, de acordo com a “nova estrutura” adotada pela Universidade (aderida no contexto da reforma universitária), a matrícula de novos alunos passou a ser realizada pela Diretoria de Admissão e Registro da Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. A mesma resposta para solicitações de igual teor foram encontradas nas correspondências com outros Centros/Faculdades.

Ainda sobre o assunto acima citado, documentos pertencentes ao SNI encontrados no Arquivo Nacional, evidenciam troca de informação entre as AESI's Universitárias. Em ofício<sup>58</sup>, o chefe da AESI-UFES encaminhado à AESI-UFMG, explicita os dados de José Luiz Alves, então estudante de Odontologia matriculado na UFES no ano de 1972, solicitando em caráter de urgência “o que constar” sobre o referido aluno naquele órgão. Em resposta ao pedido de busca da AESI-UFES, o chefe da AESI-UFMG, Márcio Ribeiro Vianna, afirma que “nada consta” em seus arquivos sobre

---

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. Solicitação pessoal de Alberto Monteiro, 15 jun. 1972. Guanabara, 1972.

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. Pedido de Busca nº 12/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. Pedido de Busca nº 39/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.

oestudantesupracitado<sup>59</sup>. Aparentemente a comunicação entre as AESI's era rápida, pois a resposta ao pedido da Assessoria capixaba foi emitida apenas seis dias após sua solicitação.

Outra correspondência entre as duas AESI's trata basicamente do mesmo assunto: troca de informação sobre alunos/servidores que migraram de uma Universidade para outra. Neste caso, as informações requeridas pela AESI-UFES<sup>60</sup> relacionam-se com o Dr. Hernane Mesquita Prata, então Assessor Técnico da representação da Delegacia Regional do MEC em Vitória – ES, levando em consideração que o mesmo havia sido estudante em Belo Horizonte e Ouro Preto. Em resposta<sup>61</sup>, a AESI/UFMG informa que “nada consta” em seus arquivos sobre o funcionário requerido. Neste caso, a resposta à solicitação foi dada num tempo ainda mais curto.

No ano de 1974 a AESI-UFES teve intensa movimentação, além de solicitações, pedidos de buscas, dados, entre outras coisas, com o poder a ela conferido, vários foram os casos em que o Decreto-Lei 477 foi aplicado: a expulsão dos alunos acusados de envolvimento com o PC do B em 1972, a proibição de matrícula dos alunos Gustavo Pereira do Vale Neto e Marcelo Amorim Netto<sup>62</sup>, dentre outros. Constantemente aparecem nas pastas dos Centros Acadêmicos solicitações<sup>63</sup> para que informem à AESI/UFES a matrícula ou requerimento de transferência de determinado aluno, e seu curso, o que evidencia o mau funcionamento do sistema de matrículas, visto que o mesmo ofício por vezes, era enviado para vários Centros diferentes, e as respostas eram sempre “não se matriculou este ano neste centro”, “não encontra-se estudando neste centro”. Em tais ofícios aparecem apenas os nomes dos alunos “procurados”, mas não explicitam o motivo, ou interesse, da AESI/UFES em encontrá-los.

Vale ressaltar, ainda, que a representação estudantil junto aos órgãos colegiados de cada centro também era objeto de análise e aprovação da AESI-UFES. Os próprios Centros, cientes de que essa tarefa já lhes era inerente, solicitavam à Assessoria o “nada consta” sobre os alunos que se candidatavam à representação. Caso algo

---

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 39/1972. AESI/UFMG. Belo Horizonte, 1972.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. Pedido de Busca nº 31/1972. AESI/UFES. Vitória, 1972.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 27/1971. AESI/UFMG. Belo Horizonte, 1972.

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 27/1974. AESI/UFES. Vitória, 1974.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 53/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.

desabonasse a conduta dos discentes, os mesmos não poderiam concorrer ao pleito. Isso pode ser verificado em ofício<sup>64</sup>, no qual a AESI/UFES afirma não constar nada em seus arquivos que desabonasse a conduta do aluno Emílio Mameri Neto, candidato a representante dos órgãos colegiados junto ao Centro de Ciências Biomédicas (CBM) da UFES. Como se pretendesse demonstrar no próximo capítulo, mesmo com todo esse adensamento da repressão política dentro dos campi, o ME da UFES continuou “respirando”.

---

<sup>64</sup> \_\_\_\_\_. Ofício nº 93/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.

### 3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NÃO MORREU

Em todo Brasil o movimento pela redemocratização do país começa a ganhar corpo a partir de 1975, marcado pelo surgimento de uma “nova esquerda”, que buscava se reerguer através da legalidade, encontrando espaço “fértil” entre o ME. É justamente nesse ano que os escritos, que serviram como base para a presente pesquisa, começaram a se avolumar. Tanto a AESI-UFES, quanto o DOPS/ES, produziram muitos documentos a partir de então, evidenciando um controle ainda mais intenso sobre a movimentação dos estudantes da UFES. O motivo era claro: nesse ano, inicia-se, ainda que um tanto quanto incipiente, o movimento de reestruturação das entidades organizativas dos estudantes, principalmente através da reativação dos Diretórios e Centros Acadêmicos. Os estudantes precisavam, portanto, ser “vigiados”.

Recapitulando, os três golpes que o ME-UFES sofreu deixaram graves consequências: a prisão dos principais dirigentes capixabas em Ibiúna em 1968; o fechamento da entidade organizativa máxima dos estudantes da UFES, o DCE, em 1969; e a prisão e, conseqüente, enquadramento no Decreto-Lei 477 dos estudantes e dirigentes do DA de Medicina acusados de ligação com o PCdoB em 1972. Não é de se estranhar que as entidades representativas dos estudantes se encontravam esvaziadas: suas principais lideranças haviam sido presas, torturadas, lançadas à ilegalidade, impedidas de retornarem à Universidade<sup>65</sup>.

As atividades estudantis eram alvos de constante vigilância por parte da AESI-UFES, e qualquer ato de suposta “subversão” era severamente punido. Tal fato pode ser verificado nos depoimentos de ex-estudantes da UFES à CVUfes, nos quais fica explícito o motivo pelo qual elas haviam sido presas e torturadas: sua militância no ME.

[...] a gente fazia manifestações e panfletagens, então a gente fazia um grande movimento [...] e 1972 [...] a eleição para presidente era uma farsa. Então a gente fez muita panfletagem e pichações [...]. Eu e mais três amigos pichamos aquela fábrica inteira numa madrugada. Então essas coisas assim, na verdade eu era uma menina da roça – eu falo uma menina porque eu tinha 20 anos – então era uma coisa assim para mim extremamente amedrontadora, eram escuras, era sempre panfletagem que a gente fazia muito de madrugada [...]. E eu fui me envolvendo com... e principalmente nosso objetivo era melhorar a faculdade e também melhorar a faculdade e lutar contra todas aquelas coisas horríveis que

<sup>65</sup> Como foi o caso dos estudantes enquadrados no Decreto 447, impedidos de matricular-se em qualquer instituição de ensino pelo período de três anos.

aconteciam no país [...]. Então quando foi em dezembro, na verdade foi no dia primeiro de dezembro um amigo nosso não apareceu em casa, Sebastião Nascimento que era da medicina do quarto ano, ele não apareceu e a Auxiliadora que era namorada dele – que hoje é advogada – ela falou pra gente que ele não tinha chegado em casa e que eles estavam preocupados. Aí no dia seguinte a gente ficou sabendo, dia 2 que é no sábado dia 2 de dezembro, que ele e Marcelo tinham sido presos na rua Sete onde eles moravam e que a noite também eles tinham levado o Gustavo, Gustavo Pereira do Vale que também era do quarto ano de medicina, então eles tinham prendido três pessoas do quarto ano de medicina mais a Mírian<sup>66</sup>.

[...] eu acho que a gente encarava aquilo muito como ‘tem que ser’, ‘tem que lutar’, a gente não pode deixar isso, a gente não pode ser conivente com isso, temos que lutar contra isso e a única forma de lutar era para nós, pensar na lógica de hoje, era até muito pouco né... dentro da universidade o quê? Era um jornalzinho dizendo: ‘o país está avançando na ditadura e nós não podemos aceitar isso’, era coisa desse gênero: ‘abaixo a ditadura’ ou ‘estão querendo acabar com a autonomia da universidade’, quero dizer, ‘já acabaram com a autonomia da universidade’, então esse era o espírito da coisa, porque se você pensar hoje não teria nem sentido pensar que teríamos sido presas, fichadas ou coisa do gênero, mas era a realidade da época. E também assim a gente convivia com um medo – vou usar essa expressão – um medo assim: se você juntar cinco pessoas era considerado subversão. Então se você juntasse cinco pessoas você ficava olhando para os lados pra ver se alguma coisa ia acontecer então a gente convivia com um medo<sup>67</sup>.

Nós acordamos seis horas da manhã, viemos para Ufes, com aquele monte de papel e colamos ... estudava, porque naquele horário todo mundo vinha naquele ônibus, então eles tinham que acreditar que a gente estava vindo naquela hora, então foi uma coisa assim de duas horas ou três que a polícia bateu geral em Vitória, prendeu gente e foi aquela coisa toda. Fui embora, quando cheguei em casa já tinha um monte de gente presa, por causa daquela cartinha da UNE que nós colamos. Então era esse trabalho que a gente fazia, pichação, distribuíamos de vez quando, uma carta da UNE ... o congresso da UNE era uma vez por ano. Então eu fui presa em novembro, no último dia de novembro, no dia 30 de novembro de 1972 na minha casa [...]. Quando eu cheguei lá no 38º Batalhão, eu entrei numa salinha e vi todo mundo sentado, o pessoal do PC do B, era todo mundo que eu conhecia [...], estava Vitor Buaiz, estava o Fuedz, todos aqueles meninos, tudo preso. Marcelo e Mírian... ‘não é atoa que eu estou fazendo aqui’. Aí tudo começou, aquela sessão de tortura, porque no começo foi um período mais ou menos assim de trinta dias que a gente ficou [...] colocava um capuz e fazia a gente rodar dentro daquele BI e falava que ia levar a gente para outro órgão para ser torturado, conversavam comigo sem roupa, rasgaram meu vestido e como minha família não sabia onde eu estava eu fiquei mais ou menos quinze dias sem tomar um banho, a Magdalena chegou depois, mas era aquela coisa horrível, e realmente essa coisa de que tinha que juntar... a nossa cela não tinha banheiro, não podia fechar a porta [...], aí passei aquele período todo lá de dezembro e janeiro, no mês de dezembro fiquei nesse negócio de tortura porque ... comigo eles colocaram esse tal de cobra jiboia, eu estava até sem roupa, para mim vocês são ‘tudo’ uns monstros, então para mim não fazia diferença, aí o cara falava “vamos enrolar a cobra nela que ela fala tudo” e eu olhei e falei: ‘com essa jiboia? Pode enrolar ela não morde, pode enrolar!’ Aí ele falou assim: ‘não tem jeito não, essa daí não tem medo mesmo não’, aí eles desistiram, como ela

<sup>66</sup> Depoimento de Maria Magdalena Frechiani à CVUfes.

<sup>67</sup> Depoimento de Elizabete Madeira à CVUfes.

falou, teve ameaça com fuzil, revólver, sem roupa, sem roupa para mim... eles queriam que eu ficasse envergonhada e contasse mas eu não tinha vergonha deles, porque pra mim eles nem eram pessoas eu não via eles com gente<sup>68</sup>.

Em depoimento à CVUfes, Laura Coutinho, então estudante de odontologia que havia sido presa em 1971, afirma que ao regressar à Universidade cerca de dois meses e meio depois, não tendo suas faltas abonadas, sendo forçada, então, a atrasar sua formação por um ano, era “evitada” por outros estudantes que “tinham medo de se comprometer”. Segundo ela: “Era como se tivéssemos uma peste e fôssemos leprosos. A exclusão era tanta, que os próprios amigos e companheiros, quando sentávamos perto deles no Restaurante Universitário, se levantavam com medo de serem comprometidos e associados a gente<sup>69</sup>.”. A repressão que se abateu sobre a UFES foi tamanha que a liberdade de reunião e discussão praticamente não existia na Universidade. Os Diretórios Acadêmicos estavam sobre permanente vigilância pelos órgãos de repressão. O Diretório Central se encontrava fechado desde 1969. Havia, portanto, muito medo, dificuldade e receio por parte dos estudantes, em falar qualquer coisa. Tal fato fica evidente na fala de Lauro Ferreira Pinto Neto, então estudante do curso de Medicina:

Você fazia alguma reunião para se discutir alguma coisa, as pessoas circulavam em volta. Você tinha dúvida se algum estudante, que ficava eventualmente olhando, se era algum policial infiltrado. Era época que você desconfiava, às vezes, de um colega de turma, que era um sargento da aeronáutica, você tinha medo, na verdade, dele ser um policial que estava ali colado pelos agentes da ditadura<sup>70</sup>.

A comunidade de informação cumpria o seu papel: vigiava e “punia pelo exemplo”, tornando cada vez mais escassas as tentativas de mobilização por parte da esquerda que, a partir da segunda metade da década de 1970, empregou a tática do trabalho de mobilização de massas, influenciando de maneira cada vez mais intensa o ME.

Teria então o ME/UFES desaparecido juntamente com sua entidade representativa em 1969 e ressurgido a partir de seu contato com uma esquerda mais

<sup>68</sup> Depoimento de Angela Milanez à CVUfes.

<sup>69</sup> Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

<sup>70</sup> “GERAÇÃO Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Vitória (es): Croma, 2013. (30 min.), Documentário, color. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Lauro Ferreira Pinto Neto.

“democrática<sup>71</sup>” em meados dos anos 1970? Tal hipótese até poderia ser plausível analisando o ME apenas pelos acontecimentos repressivos, ao mencioná-los a impressão que se tem é que de tanto “apanharem”, os estudantes realmente não ousavam a questionar a ordem ditatorial imposta.

Contudo, se isso realmente tivesse acontecido, como explicar a escalada repressiva na UFES a partir de 1971, quando a Universidade passa a ter uma AESI própria, que “cuidava” apenas de assuntos universitários? E o volume de documentos produzidos pelos órgãos de informação pesquisados na primeira metade da década de 1970? Ou ainda, a prisão e tortura de estudantes da UFES, inclusive do presidente do DA de Medicina em 1972, depois de inúmeras atividades culturais e mobilizações reivindicatórias acusados de serem comunistas?

É fato que a repressão, como já foi exposto, dificultou e muito a mobilização estudantil. No entanto, se essa mobilização tivesse “desaparecido”, não haveria motivos – como demonstrado nos diversos exemplos citados – concretos para o aumento do monitoramento das atividades e mobilizações do ME, justamente entre 1971 e 1975.

Confirmando essa tendência, já em 1975 a Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo (CI/SSP/ES), comunicava ao DOPS/ES<sup>72</sup> que o presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (“Heráclito Amâncio Pereira”), José de Anchieta de Setubal, conclamava a presença dos estudantes em suas reuniões, afim de “fortalecer ainda mais a organização”. O mesmo Diretório Acadêmico é alvo da difusão de informações entre os órgãos do aparato repressivo pouco tempo depois<sup>73</sup>, quando seus “descontentamentos” chamam a atenção da repressão, que alertavam que a insatisfação por parte dos alunos da UFES tendia a aumentar a cada dia, uma vez que os estudantes não obtiveram resposta da reitoria no que dizia respeito às suas demandas de “acomodação em classes”, e a “necessidade” de professores nas áreas de Direito e Economia.

<sup>71</sup> No caso da UFES, verificar-se-á a influência da corrente política pecebista, adepta a prática de atos mais “moderados”.

<sup>72</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 03 – DACCJE. Caixa 21. APEES. Encaminhamento nº 014/1975 – CI/SSP/ES.

<sup>73</sup> \_\_\_\_\_. Informação nº 710/1975 – SI/SR/DPF/ES.

Para resolverem o problema da falta de professores, em reunião, deliberaram que determinados alunos seriam contratados pela UFES para ministrarem aulas aos demais alunos, o que já era prática recorrente no curso de Economia. O documento informava, ainda, que “Essas nomeações estão sendo feitas à revelia da reitoria, pois estão em desacordo com a legislação vigente, além de não serem aceitas por alguns alunos<sup>74</sup>”. O não comparecimento e a falta de interesse de alguns professores voltam a ser motivo de troca de informação entre o aparato repressivo pouco tempo depois<sup>75</sup>. Ambos os documentos foram encaminhados inclusive para a AESI-UFES, o real interesse não necessariamente era atender às solicitações dos estudantes, mas sim impedir possíveis atos “subversivos” por parte deles. Percebe-se aqui que as insatisfações com o sistema preocupavam o “próprio sistema”, pois poderia ocasionar a formação de motins por parte dos estudantes.

Nesse mesmo ano, a AESI-UFES continuava monitorando os estudantes, vigiando até mesmo as obras que circulavam pela Universidade. Em ofício<sup>76</sup> encaminhado a vários Centros, Alberto Monteiro relata que o “comunismo internacional” estava distribuindo “farto” material subversivo através da livraria portuguesa Camões, e solicitava ser informado caso isso estivesse ocorrendo dentro da UFES. O controle da literatura que circulava pelos campi universitários evidencia o caráter ideológico da repressão, até mesmo as ideias eram censuradas. O temor da influência estrangeira dentro da universidade era tão grande que a AESI chega a solicitar aos CA’s a relação de professores estrangeiros com seus respectivos dados<sup>77</sup>: nome, nacionalidade, data de nascimento, filiação, data de entrada no país, disciplina que leciona e vigência do contrato de trabalho. O mesmo acontece em relação aos “estudantes-convênio”, ou seja, alunos de outros países que estudavam na UFES através de convênios do Brasil com seu país de origem. Em ofício<sup>78</sup> a AESI/UFES também solicita seus dados.

---

<sup>74</sup> Neste caso, os alunos recusavam-se a assistir aulas ministradas por pessoas que se encontravam em seu mesmo “patamar” acadêmico, ou seja, outros alunos.

<sup>75</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 03 – DACCJE. Caixa 21. APEES. Informação nº 423/1975 – PMES/PM-2.

<sup>76</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Comissão da Verdade. Ofício nº 177/1975. Vitória, 1975.

<sup>77</sup> \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 170/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.

<sup>78</sup> \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 02/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.

O controle em relação a possíveis contatos com comunistas do exterior ocorria através de correspondência, também era realizado pela Assessoria, como verifica-se em um ofício<sup>79</sup> enviado por Alberto Monteiro aos Centros Acadêmicos, no qual solicita ser informado se as suas direções “vem recebendo correspondências vindas do estrangeiro, principalmente da Alemanha, solicitando informações de elementos ideologicamente comunistas, para que possam ajudá-los com remédio e, inclusive, com dinheiro”. Entretanto, recebeu resposta negativa de todos os Centros. Em suma, uma das principais funções da AESI-UFES, entre 1971 e 1975, foi filtrar e monitorar as articulações das entidades estudantis da Universidade.

O controle ideológico “vigiava” também a influência interna. Como já exposto, assim como os alunos, os docentes da Universidade eram acompanhados de perto. Em ofício<sup>80</sup> encaminhado para os Centros pela AESI-UFES, aparece a solicitação de informações sobre conferências realizadas pelos Centros com a participação de pessoas estranhas ao quadro da UFES, sem a devida anuência dos respectivos diretores. É importante mencionar aqui a resposta dada pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), na qual afirmava já ser de conhecimento verbal do chefe da Assessoria que os Departamentos pertencentes àquele Centro, principalmente o de Direito que promovia conferências ou palestras aos alunos, ministradas por pessoas convidadas e supervisionadas pelo docente responsável pela disciplina<sup>81</sup>. A repetição na solicitação da informação evidencia que o sistema de vigilância possuía brechas e que não conseguia abranger a vigilância total da comunidade universitária.

Observa-se que, diferente do que acontecia em outros anos, o número de ofícios expedidos/emitidos pela AESI-UFES e pelos Centros Acadêmicos a partir de 1975 é significativamente alto. Embora tais documentos não tenham sido encontrados em sua totalidade, essa informação pode ser obtida quando se verifica, por exemplo, a numeração dos dois últimos ofícios citados: nº 100/1975 da AESI-UFES, e o nº 419/1975 do CCJE/UFES. Conclui-se, portanto, que a troca de informações tornou-se constante e intensa. Dessa forma, podemos afirmar: embora enfraquecido diante da repressão, principalmente durante os chamados “anos de chumbo”, o ME continuou

---

<sup>79</sup> \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 118/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.

<sup>80</sup> \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 100/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.

<sup>81</sup> \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 419/1975 – CCJE/UFES. Vitória, 1975.

a movimentar-se, adotando novas “estratégias” de atuação, diante ao cenário imposto. O que pode ser verificado também em nível nacional:

[...] O movimento estudantil desempenhou papel importante não só na resistência contra a censura e repressão, mas também como produtor e consumidor de cultura engajada na luta contra o regime. [...] Entretanto, a luta dos estudantes [...] não se restringiu à ação cultural. Ao contrário, as manifestações dos estudantes em defesa do ensino público e gratuito contribuíram para a organização de uma resistência pacífica no seio das universidades brasileiras. [...] Também não se pode negar que as organizações estudantis, ainda que fragmentadas, sobreviveram debaixo do ‘guarda-chuva’ da universidade. É certo também afirmar que os estudantes ‘gravitaram’ [...] em torno de correntes políticas, mas também é preciso lembrar que tais correntes se beneficiaram de suas conquistas e inovações. É possível concluir ainda que, atuando num contexto diferente do que produziu ou justificou a luta armada e que resultou no isolamento dos militantes, o ME pôde continuar agindo quando as condições políticas se modificaram e exigiram a transformação das estratégias e táticas de luta, que incluíam o diálogo e ações conjuntas com outras organizações e movimentos. Além disso, a nova conjuntura provocou a redefinição dos objetivos do movimento que, em última instância, resultou na substituição de uma cultura política revolucionária (nos moldes propostos pelas esquerdas dos anos 1960 e início dos anos 1970) por uma cultura política democrática imposta a partir da necessidade e desejo de abertura política. Finalmente, concluo esse capítulo sustentando a ideia de que o ME nos ‘anos de chumbo’ desempenhou um papel que permitiu propostas de resistência à ditadura (MÜLLER, 2016, p. 86-88).

As novas estratégias adotadas pelo ME-UFES podem ser verificadas em depoimentos de ex-estudantes ao documentário intitulado “Geração Gota D’água”. Segundo Antônio Claudino de Jesus, então estudante de Medicina da turma de 1973, o ME foi se articulando e se mobilizando basicamente centrado em cima de três eixos:

O primeiro deles foram as questões acadêmicas, era um biombo fundamental e era o que nos aproximava e dava identidade com a realidade dos estudantado que não tinha contato político; o segundo foram as reuniões clandestinas, um movimento subterrâneo e subversivo, esse sim político e partidário que impulsionava as questões para se engajarem nas lutas nacionais; e em terceiro momento, foi o movimento cultural que deu rosto e que fez com que este movimento atingisse as grandes massas universitárias. O movimento *cineclubista* sai na frente, mas os diferentes seguimentos do movimento cultural dentro da universidade cresceram e também se juntaram numa grande luta, que fez levar para toda a sociedade capixaba as veias políticas, dados políticos que eram discutidos só internamente na universidade.<sup>82</sup>

É importante ressaltar que o movimento cineclubista foi de vital importância para o processo de construção das políticas estudantis e toda a política cultural não

<sup>82</sup> “GERAÇÃO Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Vitória (es): Croma, 2013. (30 min.), Documentário, color. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Antonio Claudino de Jesus.

somente da Universidade, mas de todo o Espírito Santo, uma vez que foi o primeiro a expandir suas bases e, por consequência, as bases do ME para além da UFES, a partir do momento em que começa a chegar a bairros da Grande Vitória e, aos poucos, vai atingindo municípios do interior do estado. Ao todo foram quatro “Mostras de Teatro” nas quais os Diretórios Acadêmicos apresentavam os seus trabalhos. “Essas peças eram levadas para Brasília, censuradas, retornavam, os ensaios para apresentação eram censurados pela Polícia Federal, mas na apresentação propriamente dita, os estudantes largavam a censura de lado e apresentavam o original<sup>83</sup>”.

A substituição de uma cultura política revolucionária por uma cultura políticademocrática, apontada por Müller (2016), pode ser verificada quando se observam as “novas estratégias” adotadas pelos estudantes da UFES frente ao recrudescimento do regime.

O 477 foi de 1969 a 1979. Então era esse o que atingia direto os estudantes e os funcionários, ou seja, aquele que realmente dizia: ‘aqui vocês não podem se organizar, as liberdades estão limitadas por conta da revolução’. Então você não podia se manifestar porque você estava cometendo um crime. Se fosse estudante, você era suspenso, se você fosse professor, você perdia o emprego. [...] Chegamos à conclusão de que nós tínhamos duas opções para poder mudar a realidade que nos cercava: ou caminhávamos para a luta armada, ou nos organizávamos através de uma instituição que nos desse condição de nos manifestar e fazer com que mudássemos a realidade<sup>84</sup>.

Os estudantes buscaram se aproximar da sociedade, aliando-se à igreja católica e promovendo trabalhos comunitários como consequência se associaram a outros movimentos sociais. Essa proximidade do ME com a “massa” capixaba serviu como fonte de “legitimação” das ações dos estudantes, cujas atividades passaram a ser vistas com certa aprovação entre os moradores, principalmente, da Grande Vitória. É fato que as camadas populares não tinham dimensão do tamanho da repressão que se abatera sobre a UFES, e pouco se importavam com o assunto. Na verdade, preocupavam-se apenas com o atendimento de suas necessidades básicas, como acesso à saúde. Contudo, a presença dos estudantes em seu meio, realizando atividades sociais e culturais, permitiu ao ME ser visto com certa “simpatia” pela

<sup>83</sup> \_\_\_\_\_. Depoimento de Rômulo Augusto Penina.

<sup>84</sup> \_\_\_\_\_. Depoimento de Constantino Colodeti.

população menos favorecida. Tais ações podem ser verificadas no depoimento de Lauro Ferreira Pinto Neto:

O ME se aproximou de outras esferas da sociedade, então naturalmente da igreja, através de Dom Luís, que era bispo auxiliar, do padre Alberto que era coordenador das Comunidades Eclesiais de Base e de frei Beto. Frei Beto que foi assessor de Lula, era frade dominicano, tinha sido perseguido pela ditadura, morava na época em uma favela na ilha de Santa Maria, e auxiliava na organização das CEBE's. Então, os estudantes se aproximaram de frei Beto, se aproximaram de Dom Luís e criamos a Pastoral de Saúde, que fazia trabalho junto a comunidade de orientação de planejamento familiar, de orientação de higiene, saneamento, tratamento de verminoses e, obviamente, ajudava na organização ainda embrionária das comunidades. Também nos aproximamos dos sindicatos: o sindicato dos médicos, sindicato dos jornalistas, sindicato dos bancários, sindicato dos metalúrgicos, na tentativa de organização de um embrião intersindical<sup>85</sup>.

O ME da UFES que estava se reorganizando acabou adotando a cultura política democrática, sendo influenciado diretamente pela corrente política do PCB, como veremos adiante. Essa reorganização ocorreu a partir da retomada das lutas pela reativação dos Diretórios Acadêmicos a partir de 1975 e suas representações na UFES. Esse movimento acabaria culminando na criação da Comissão Pró-DCE e, finalmente, na reabertura da entidade representativa dos estudantes em 1978. Diante do exposto, conclui-se, portanto, que mesmo com espaços de atuação reduzidos e duramente reprimido pelo aparato repressivo que se instalou na UFES, o ME não deixou de existir.

Tal situação evidencia um dos objetivos centrais da presente pesquisa, ou seja, também na UFES, apesar da brutal repressão, as entidades estudantis continuaram atuando. Esse fato pode ser verificado a partir da análise dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão que acompanharam de perto o ME-UFES. Seu monitoramento sobre as ações dos estudantes intensificou-se justamente no período em que, tradicionalmente, o ME é visto como inativo, mais especificamente na primeira metade da década de 1970.

O aumento na produção de documentos dos órgãos da comunidade de informação evidencia a constante preocupação com as atividades estudantis. Também corroboram para essa inferência, os depoimentos dos discentes que estudaram na UFES esse contexto, que, como se pode verificar, versam sobre as “novas formas” de organização/articulação/manifesterção, adotadas por eles frente a exacerbação da

<sup>85</sup> \_\_\_\_\_ .Depoimento de Lauro Ferreira Pinto Neto.

repressão. Assim, como veremos no próximo capítulo, a reabertura do DCE da UFES foi o último marco de uma longa mobilização dos estudantes da Universidade. Essa interpretação vai de encontro à “história oficial” que, mesmo sem intencionalidade, sempre desconsiderou as importantes contribuições do ME da Universidade, sobretudo, os acontecimentos entre 1971 e 1975.

## 4 A MOVIMENTAÇÃO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ATÉ A REABERTURA DO DCE

### 4.1 A ATUAÇÃO DOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DE MAIOR INFLUÊNCIA

#### 4.1.1 O DA Do Centro de Ciências Biomédicas

Como sublinhado anteriormente, apesar do fechamento do DCE-UFES ter acontecido em 1969, alguns Diretórios Acadêmicos continuaram funcionando durante mais alguns anos, mesmo sem sua organização central, como foi o caso do DA do Centro de Biomédicas. Os documentos do Fundo DOPS/ES trazem informações sobre o CBM durante o período de 1977 a 1983. Na análise de tais documentos sobre o DACBM contidos no Dossiê do DOPS/ES sobre o Movimento Educacional capixaba, não é possível precisar a data de fechamento e reabertura do referido DA. Porém, consegue-se inferir que seus estudantes continuaram se movimentando ao realizarem várias denúncias e reivindicações através de um boletim informativo chamado “Questão de Ordem”, cujo alguns exemplares dos anos de 1977 e 1980 puderam ser analisados. Como já descrito anteriormente, o fechamento do DACBM encontra-se dentro da “terceira onda repressiva” que abateu sobre a Universidade. De acordo com o Relatório Final da CVUfes, uma das principais causas para a invasão, fechamento e queima de materiais impressos do Diretório (atos realizados pela PF e liderados por Alberto Monteiro, chefe da AESI-UFES), relaciona-se uma com tentativa de desarticulação do PC do B (nacionalmente e no estado), visto que algumas lideranças estudantis do DACBM eram militantes do partido ou simpatizantes.

Voltando ao ano de 1977, em ofício enviado a vários órgãos de repressão pelo 38º Batalhão de Infantaria<sup>86</sup>, seguia a informação de que líderes estudantis<sup>87</sup> de destaque, chamados de “elementos”, participariam de um Congresso Nacional em Belo Horizonte. As ordens superiores recomendavam que a detenção de tais lideranças fosse evitada. Porém, o deslocamento dos mesmos para a participação

<sup>86</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pág. 01.

<sup>87</sup> São eles: Marli Alves dos Santos (Acadêmica de Medicina), Adauto Emerick Oliveira (Acadêmico de Medicina pertencente ao DACBM) e Antonio Claudino de Jesus (Acadêmico de Medicina pertencente ao DACBM).

em tal evento deveria ser boicotado, sob a utilização de pretextos como a alegação dos policiais de haver irregularidades no veículo ou nos documentos pessoais dos estudantes, impedindo, assim, a sua chegada em tempo hábil para a participação no Congresso. Não foram encontrados dados sobre a participação ou não dos referidos estudantes em tal evento. Todavia, percebem-se aqui os mecanismos utilizados pela ditadura para que a repressão não aparecesse de maneira tão explícita, mesmo os estudantes sabendo que as artimanhas utilizadas pela polícia visavam impedir sua ligação com os demais estudantes brasileiros.

Ainda no ano de 1977, o Boletim Informativo do Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas (DACBM) <sup>88</sup> denunciava a estagnação, as péssimas condições de funcionamento de sua biblioteca, e o prejuízo dos alunos de biomédicas com o corte de verbas. Dessa forma, apoiavam a reforma universitária e faziam também uma série de denúncias e reivindicações, como: um currículo que atendesse às necessidades do curso, a contratação de mais professores, a falta de material de ensino e laboratórios, a necessidade de um hospital-escola, o pouco estímulo à pesquisa científica, a elaboração de projetos de medicina comunitária, a criação e a reabertura de campi avançados, entre outras coisas.

No mesmo boletim os alunos discutiam a importância da participação e fortalecimento das entidades representativas dos estudantes (DAs, CAs, DCE), sempre defendendo a liberdade de reunião e expressão, fazendo oposição à legislação repressiva que impedia a real participação dos estudantes nos acontecimentos que direcionavam o país. Para isso, defendiam uma representação estudantil forte, progressista e séria. Um fato a ser destacado é que ao final do boletim informativo havia a convocação para uma reunião com os interessados nos assuntos tratados, que se realizaria na madrugada de sexta-feira, num “tradicional reduto de Carapina”<sup>89</sup>. Percebe-se aqui um mecanismo de comunicação entre os estudantes que tentavam “camuflar” seus encontros frente à vigilância dos órgãos de repressão. O horário da reunião, a ausência de uma data exata e a designação do

---

<sup>88</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 07 - 12.

<sup>89</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 12.

local, em tese, eram dados que somente seriam compreendidos pelos estudantes e não pela repressão, que por sua vez teria acesso ao Boletim Informativo, mas com dados vagos e imprecisos, não conseguiria, portanto, impedir tal evento de acontecer, muito menos descobrir quais estudantes estavam participando.

Em publicação do seu quinto Boletim Informativo<sup>90</sup>, em setembro de 1977, o DACBM convoca os representantes dos alunos dos cursos de Enfermagem, Odontologia e Medicina para se reunirem na sede do DA com vista a uma melhor interação entre os cursos, alegando que as melhorias só poderiam ser alcançadas com a união de todos. Nesta mesma edição, um quadro do Boletim intitulado “Em busca da liberdade” e assinado pelo pseudônimo “Alceu Amoroso”, tecia uma série de críticas em relação à repressão sofrida pelos alunos da UFES. Porém, não incitava à violência, convocando os estudantes a lutarem através da inteligência, união e perseverança, contra o abuso de força por parte dos que se diziam defensores da chamada “ordem pública”.

O Boletim Informativo ainda continha várias denúncias sobre a falta de professores para as aulas teóricas do curso de Cardiologia e a falta de vagas suficientes no CBM para atender a demanda, criticando a realização de “seleção” dos alunos de acordo com o critério do “coeficiente de rendimento”, o que gerava excedente interno. Sob a alegação de que os estudantes tinham que enfrentar um processo de seleção para ingressar na Universidade e, com o coeficiente interno teriam que enfrentar outro processo de seleção para sair da mesma, reivindicavam mais vagas e denunciavam a precariedade das instalações nas quais os cursos funcionavam, assim como a ausência de material adequado para que as aulas práticas pudessem ser realizadas. Outro fato destacado no mesmo informativo relaciona-se aos estudantes de enfermagem que tinham a intenção de participar do I Congresso de Enfermagem e, para tanto, solicitaram o apoio da coordenadora do curso, Maria Teresa, que, por sua vez, disse aos solicitantes que não deveriam participar de tal evento, pois o mesmo tratava-se de “política”.

---

<sup>90</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 14-31

Já a coordenadora substituta do curso, Ângela (cujo sobrenome não pôde ser identificado), teria dito aos alunos que era proibida a reunião extra aula, e que se isso ocorresse eles poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A posição do DACBM sobre esse assunto foi convocar uma reunião para discutir os problemas do curso de Enfermagem, convidando a coordenadora a participar. Percebe-se, portanto, o medo que permeava não somente os discentes, mas, também, os professores dos cursos que, na maioria das vezes, preferiam coibir a participação dos alunos em determinados eventos que poderiam ser considerados “subversivos”.

No Boletim Informativo de outubro de 1977<sup>91</sup>, consta a convocação para a eleição da nova executiva do DA para o mês de novembro, da qual todos os estudantes matriculados neste Centro deveriam participar, incitando-os:

Como sabemos existem hoje atos e leis repressivos, como o 228 e o 477 que tentam nos impedir de nos organizarmos e nos expressarmos livremente. Sabemos também que essas tentativas atingem hoje não somente aos estudantes, senão a sociedade brasileira como um todo [...]. Contra todos os atos e leis repressivas, pela liberdade de organização e expressão e pelas liberdades democráticas!<sup>92</sup>

As denúncias contra irregularidades também eram presentes, destacando-se uma delas, na qual a diretoria do Hospital das Clínicas estaria deixando o próprio laboratório ser desativado para que um laboratório particular pudesse ser contratado para atender as demandas do referido hospital. O Informativo prossegue com a notícia sobre a criação de um órgão chamado “Conselho de Classe”, criado com a iniciativa de defender os direitos dos alunos e professores e cobrar da UFES os seus deveres como Universidade. Nas reuniões do citado órgão, discutiu-se, inicialmente, as necessidades de cada curso e suas opiniões sobre o currículo e a metodologia de ensino. Essa edição do “Questão de Ordem” termina com a notícia de que o DACBM tinha comprado um mimeógrafo para a impressão do próprio Boletim Informativo, que frequentemente sofria boicotes. As chapas que concorreriam às eleições, “Questão de Ordem” e “Argumento”, puderam apresentar suas propostas nesta edição.

<sup>91</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 32 - 51.

<sup>92</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 50.

Nos documentos contidos no Dossiê do DOPS/ES sobre o DACBM, após outubro de 1977, outra edição do Boletim Informativo “Questão de Ordem” só aparece em setembro de 1980.

Como vimos, as atividades do DACBM eram monitoradas de perto pelos órgãos de repressão, que mantinham contato direto com a reitoria da universidade. Os estudantes em constante clima de vigilância dentro do campus universitário e coagidos por uma legislação repressiva passaram a requerer a autorização desses órgãos para a realização de eventos. Como consta em ofício enviado pelos alunos do curso de Odontologia do DACBM à Polícia Federal<sup>93</sup>, em 28 de outubro de 1978, solicitando autorização para a realização de um evento acadêmico. A Polícia Federal, por sua vez, encaminha o ofício à reitoria da Universidade indagando o reitor se era de seu conhecimento a realização de tal programação acadêmica, visto que no ofício não constava nenhuma autorização de sua parte.

Em oposição à dita passividade dos estudantes, demonstrada acima, em setembro de 1978 os estudantes do Centro Biomédico realizaram uma greve, que foi acompanhada de perto pelos agentes repressores, como consta em relatório enviado pelos agentes policiais ao chefe do Serviço de Investigações e Informações da Superintendência de Investigações Especiais do Espírito Santo (SII/SPI/ES), Waldir Xavier. No presente documento os agentes deixam explícito que estavam no cumprimento de “Ordem de Serviço” ao realizarem a averiguação das possíveis causas da greve estudantil no Centro Biomédico da UFES, apresentando, assim, as suas constatações, e descrevendo com riqueza de detalhes toda a diligência policial realizada:

[...] Fomos ao Centro Biomédico localizado no bairro Eucalipto e encontramos no portão de entrada uma placa com os seguintes dizeres / ‘Estamos em greve’, dentro do Centro Biomédico várias placas com os seguintes dizeres ‘Greve pelo fim do coeficiente de rendimentos’ / ‘Por melhores condições de ensino estamos em greve’ / ‘Estamos em greve assembleia constante’ [...] / por mais verbas para a educação e o seu nível de ensino. Anunciavam para o dia 22 do corrente as 10 horas do dia uma assembleia geral em frente ao pavilhão de aulas da Odontologia. Todo o serviço de atendimento ao público não funcionando / com exceção do pronto socorro, o que significa o não atendimento a uma grande massa visto a Universidade manter convênio de atendimento médico odontológico com o

---

<sup>93</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 53

INAMPS<sup>94</sup>. Deslocamos para o centro da cidade e na Praça Misael Pena onde funciona o restaurante universitário e lá vimos placas com os seguintes dizeres 'Chapa União e Luta apoia a greve do CBM' / 'CCJE apoia a greve do CBM' [...]<sup>95</sup>.

Os agentes ainda prosseguiram o relatório informando que outras reivindicações encontradas se referiam ao Restaurante Universitário (RU), visto que os estudantes exigiam maior rapidez no atendimento, cardápio mais variado e o oferecimento de leite nas refeições do almoço. É salientado, ainda, pelos próprios policiais, que parte dessas exigências já havia sido atendida pela direção do RU. Todo o material encontrado durante o "patrulhamento" havia sido recolhido e integrava o referido relatório. É válido ressaltar que os policiais o assinaram como "1º agente" e "2º agente", impossibilitando a identificação, nos dias de hoje, de seus nomes.

A sintonia entre os órgãos repressivos que atuavam no monitoramento ao ME também pode ser percebida em solicitação feita pela Capitania dos Portos do Espírito Santo (CP-ES), e disseminada a vários órgãos de repressão como o 38º Batalhão de Infantaria, o Departamento de Polícia Federal (DPF), a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e a Delegacia de Ordem Política e Social(DOPS/ES).

Tal solicitação, primeiramente, informava que durante a realização do "I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS", realizado em Londrina – PR, foi encontrado o jornal "Questão de Ordem", do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Biomédicas(DACBM) da UFES. Tal informação, possivelmente, chegou até a CP/ES através do Ministério da Marinha. No jornal continha o nome da comissão executiva do DACBM<sup>96</sup>, cuja "qualificação" e foto dos referidos "elementos" havia sido solicitada, assim como a "orientação política" do DCE. Em resposta ao pedido, o SII/SPI/ES solicitou ao Chefe da ASI/UFES<sup>97</sup>, Alberto Monteiro, os dados sobre os estudantes requeridos. A ASI-UFES, através de sindicâncias, realizou a pesquisa sobre os alunos e encaminhou ao SII/SPI/ES em resposta. Nela constavam todos os dados pessoais da comissão executiva do DACBM (filiação, nascimento, endereço,

<sup>94</sup> Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

<sup>95</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pág. 56.

<sup>96</sup> São eles: Ildebrando Muiz de Almeida (Presidente), Lauro Ferreira Pinto Neto (Vice-presidente), Denise Ribeiro de Carvalho (Secretária-geral), Ludmila de Oliveira (1ª Secretária), Pedro Carlos de Souza Neto (Tesoureiro-geral), Maristela Alves da Silva (Tesoureira-adjunta) e WelingtonCoimbra (Secretário-cultural)

<sup>97</sup> Assessoria de Segurança e Informação que funcionava dentro da UFES.

curso, entre outros)<sup>98</sup>. Durante a pesquisa, nenhuma informação foi obtida sobre alguma sanção que tenha sido feita aos citados estudantes.

#### 4.1.2 O DA do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e o surgimento da imprensa estudantil

O início do monitoramento das atividades do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES, também chamado de “Heráclito Amâncio Pereira”, começa com dados que datam 1968, ano no qual várias manifestações estudantis varreram o mundo, reunindo jovens estudantes na defesa de interesses diversos. Esse ano marca também a promulgação do Ato Institucional nº5, que traz um endurecimento ainda maior do regime militar. Em reportagem do jornal A Tribuna, constata-se um embate tenso entre os alunos da Faculdade de Filosofia e a repressão, como se pode observar no fragmento abaixo:

[...] do prédio da mesma, a fim de lutarem pela libertação dos seus colegas presos, afirmando que não são subversivos, são estudantes aplicados e dignos de respeito. Até a hora que redigimos a presente nota, a situação continuava tensa na Faculdade de Filosofia.<sup>99</sup>

Passado o fato explicitado acima, do qual não se tem muitas informações, o próximo documento do dossiê sobre essa entidade estudantil data de maio de 1969, e versa sobre a mudança da faculdade de Direito para o campus de Goiabeiras. Uma circular<sup>100</sup> emitida pela SDR/ES<sup>101</sup> e difundida entre os aparatos repressivos, dentre eles a 2ª Seção do 38º Batalhão de Infantaria do Exército, que no referido documento aparece com a abreviatura 3º Batalhão de Caçadores, expressão que demonstra claramente a finalidade de tal órgão de repressão, informava que no dia 28 de maio haveria um coquetel de inauguração das novas instalações da Faculdade de Direito. Tal documento alertava que o então presidente do DACCJE,

<sup>98</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Págs. 64-66.

<sup>99</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Jurídicas e Econômicas. Caixa 21. Pág. 487. A Tribuna, 15 de Junho de 1968. “Filosofia em...”

<sup>100</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Jurídicas e Econômicas. Caixa 21. Pág. 430.

<sup>101</sup> Subdelegacia Regional no Estado do Espírito Santo, pertencente ao Departamento de Polícia Federal.

José Amaral, estaria organizando um movimento de protesto que, segundo os informantes, visaria depredar as novas instalações do Direito.

Outra acusação muito séria, presente em tal circular, seria o fato de que o diretor da Faculdade de Direito, Ademar Martins, teria ciência da manifestação/depredação que aconteceria, mas que apoiava o movimento estudantil, visto que sua filha, Jussara Martins<sup>102</sup>, já havia respondido inquérito policial na SDR, enquadrada na Lei de Segurança Nacional, respondendo também ao IPM no 38º Batalhão de Infantaria, por ter sido presa pelo DOPS/GB<sup>103</sup>, encontrando-se recolhida no que chamavam de “depósito de presos” São Judas Tadeu, na Guanabara. É válido ressaltar, ainda, que o estudante José Amaral já havia sido detido e encontrava-se na SDR como medida preventiva.

Muito se fala sobre a perseguição aos estudantes por parte da ditadura em todo Brasil, porém, ainda muito pouco se conhece sobre a forte repressão sofrida pelos estudantes no Espírito Santo, fato que começa a ser mudado pelos trabalhos realizados nos últimos anos. As ocasiões relatadas exemplificam claramente a situação tensa vivida pelos estudantes capixabas, que também se articulavam com o ME nacional, visto que a estudante Jussara Leite encontrava-se detida em outro estado. Na análise do dossiê do DACCJE não se pode averiguar se o então diretor da Faculdade de Direito agiu em favor dos estudantes em represália ao regime que havia detido sua filha. Também não foi possível inferir se o mesmo sofreu alguma sanção por parte da repressão, visto que o depoimento do estudante José Amaral não pôde ser encontrado. Em entrevista à Comissão da Verdade da UFES, a ex-estudante da Universidade Jussara Leite confirmou que se pai, que era um advogado conceituado, defendeu durante muito tempo, ainda que sem aparecer claramente, os interesses dos militantes estudantis perseguidos pelo regime.

Após esse acontecimento de grande significância, os documentos do dossiê reaparecem apenas em meados dos anos 1975, em documento informativo no qual a AESI-UFES informava à CI/SSP<sup>104</sup> que o DACCJE convocava em panfleto todos os

---

<sup>102</sup> Estudante do Curso de Engenharia Civil e militante da AP, entrevistada pela Comissão da Verdade da UFES.

<sup>103</sup> Delegacia de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara.

<sup>104</sup> Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública.

alunos para uma reunião no dia 22 de agosto do corrente ano. Alguns dias depois, em documento emitido pelo SI/DPF<sup>105</sup> encontravam-se detalhados todos os descontentamentos dos alunos expostos na referida reunião. O principal deles era em relação à indicação de alunos para lecionar para outros alunos, devido à falta de professores para as disciplinas, o que já ocorria na área de Economia e passou a acontecer na área de Direito também. No fim do documento, fica claro que as nomeações desses alunos não eram em consenso com a reitoria, muito menos aceita por grande parte dos alunos, visto que essa medida estava em desacordo com a legislação vigente.

Apesar de enfrentarem adversidades em comum, é notável a falta de acordo entre os estudantes, traduzidas pelas várias vertentes políticas presentes no seio do Movimento Estudantil, o que pode ser comprovado em reportagem do jornal “A Gazeta”<sup>106</sup>, na qual fica evidente as divergências entre as chapas que concorriam à presidência do DACCJE no ano de 1976. São elas: “Gota D’água”, “Opção” e “Despertador”. A reportagem trazia para a sociedade uma denúncia de complô para a desmoralização da chapa “Gota D’água” por parte das demais chapas concorrentes. Segundo a chapa que estaria sendo desmoralizada, as críticas sobre a possibilidade de reabertura do DCE-UFES, feitas pelas outras chapas, estavam sendo utilizadas como “arma política”, e que, segundo essas chapas, a reabertura do Diretório Central seria impossível.

Na mesma reportagem os estudantes relembram o fechamento do DCE da UFES em 1969, afirmando que legalmente a entidade representativa dos estudantes continuava aberta, faltando somente à diretoria, que, por sua vez, havia abandonado suas atividades após o fechamento do DCE, já que não existia qualquer ata lavrada que documentasse sua extinção. Em outra reportagem do mesmo jornal<sup>107</sup>, a chapa “Gota D’água” declarava que sua política era de oposição à realizada pelos diretórios nos últimos anos, demonstrando-se revoltada frente ao que considerava

---

<sup>105</sup> Serviço de Informações da Polícia Federal.

<sup>106</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 488. A Gazeta, 02 de outubro de 1976. “‘Gota D’Água’ denuncia complô.”

<sup>107</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 489. A Gazeta, 04 de outubro de 1976. “Gota D’Água quer promover mais os universitários.”

um quase “congelamento” das atividades universitárias. Ainda afirmavam que, se eleitos, iniciariam um movimento objetivando a reabertura do DCE, informando que mantinham contato frequente com ex-integrantes da entidade e com outras universidades do país que ainda possuíam o Diretório Central dos Estudantes funcionando. Embasados nas leis internas da UFES, afirmavam ser possível e viável a reabertura do DCE, incitando os estudantes a ajudá-los à se organizar para pressionar a reitoria. O DCE somente seria reestruturado no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Devido ao engajamento da nova diretoria do DACCJE na busca pelos direitos dos estudantes, a mesma passou a ter suas atividades monitoradas de pertos pelos órgãos de repressão. Em documento emitido pelo SII/DOPS<sup>108</sup>, algumas informações sobre o DACCJE são repassadas. Nele aparece o nome de Joaquim Ferreira da Silva Filho, conhecido como “Kinkas”, e então presidente do DA, informando que o mesmo já esteve preso no DPF-SR/ES pela composição da rádio “Paranóica”, considerada subversiva e desarticulada há anos. Continuava afirmando que o “elemento” havia sido preso recentemente no DPF, acusado de tentar obter informações sobre espionagem industrial, envolvendo a firma “Atlantic Venner do Brasil”, e que teria sido demitido há pouco tempo do jornal “A Tribuna”, juntamente com o vice-presidente do DA, Robson Moreira, do qual algumas informações também foram repassadas, sendo que estas exaltava o fato de o mesmo ter sido colaborador do jornal “Posição”, dessa forma também considerado subversivo.

Outra informação relevante presente no referido documento informava o local exato das reuniões da diretoria do DACCJE e de outros alunos que faziam parte do ME, era o bar e restaurante “Britz”, localizado no centro de Vitória. Além do exposto, o documento ainda divulgava aos repressores que o clube “Saldanha da Gama” estaria sendo também utilizado como ponto de encontro dos estudantes, sob o pretexto de serestas realizadas nas sextas-feiras. Nesse ponto é citado como principal articulador dos encontros o aluno do curso de Engenharia da UFES, conhecido como Gutemberg, do qual aparece o endereço e a descrição física. Percebe-se, portanto, que o acompanhamento era bastante preciso, por parte do aparato repressivo às atividades do DACCJE.

---

<sup>108</sup> Serviço de Investigações e Informação da Delegacia de Ordem Política e Social.

Outro documento presente no dossiê, a Central de Informações da Polícia Federal (CI/PF) informava que o então presidente do DA Heráclito Amâncio Pereira, o “Kinkas”, havia aumentado as atividades no mês de março de 1977, pretendendo realizar palestras na UFES com pessoas consideradas “estranhas” ao quadro da Universidade. Um fato interessante descrito é o monitoramento que foi feito do referido aluno em relação ao contato com quem realizaria uma dessas palestras, evidenciando que o telefone utilizado pelo DA estava “grampeado”. Segue abaixo trecho da narrativa sobre a movimentação do presidente do DACCJE:

[...] O referenciado mandou que o universitário HEITOR MANOEL LOPES DE MORAES, telefonasse para o telefone nº 2226522 do Rio de Janeiro, dia 08/03/1977, às 9,45 horas. O telefonema foi feito para o Sr. Orlando Bonfim, ‘para que ele avisasse a Ziraldo, que topamos o negócio e esperamos ele aqui no dia 4’. Dia 9, houve outro telefonema às 9,40 horas para o mesmo Orlando Bonfim, que respondeu que telefonassem no dia 10 na mesma hora. Mandaram avisar à Ziraldo que também iriam levá-lo na Associação Universitária de Venda Nova – ES. Dia 10, houve outro telefonema, mas o Sr. Orlando Bonfim não estava e ficaram de telefonar dia 11 à mesma hora.<sup>109</sup>

Com o exposto, ficamevidentes os mecanismos de vigilância do regime, assim como os mecanismos de defesa e disfarce dos estudantes, que utilizavam frequentemente de pseudônimos (nesse caso, “Ziraldo”) para tentar despistar a repressão. O ano de 1977 foi marcado por uma intensa repressão e vigilância ao ME da UFES. Vários documentos constantes no dossiê que datam esse período revelam como as atividades de determinados alunos eram acompanhadas de perto pela repressão. Em informe ao Serviço de Informação da Polícia Militar<sup>110</sup> difundido para o 38º BI, com a observação “Fazer Ordem de Serviço”, o aluno Helcias de Almeida Castro, teve o seu comportamento difundido, como consta abaixo:

HELCIAS DE AMLEIDA CASTRO, residente no centro da cidade, aluno do 3º período do curso de Direito da UFES, vem comumente tecendo comentários totalmente contrários aos princípios da Revolução de 1964, tentando exercer influência sobre os seus colegas, criticando o AI 5, o Decreto 477, o Modelo Econômico Brasileiro, sendo contrário a todo e qualquer ato do Governo Federal ou Estadual, defendendo com ardor falsos princípios de Liberdade e de Direitos Humanos.

<sup>109</sup> DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 10.

<sup>110</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 10.

Os órgãos de vigilância também monitoravam através da AESI-UFES (Assessoria Especial de Segurança e Informação) a maioria maciça de panfletos, jornais e congêneres distribuídos nos campi da UFES especialmente no de Goiabeiras. O material distribuído pelos alunos era anexado aos ofícios enviados aos aparatos repressivos. Exemplo disto foi a apreensão de um folheto distribuído pelo DACCJE, encaminhado pelo Serviço de Informações da Polícia Militar ao 38º BI ao Departamento de Polícia Federal e ao DEOPS, responsabilizando o aluno Robson Fagundes Moreira da Silva, então presidente do DACCJE, por sua confecção. Seu conteúdo também segue abaixo:

O Conselho Estudantil, que congrega os Diretórios Acadêmicos e os representantes nos Órgãos Colegiados da Universidade Federal do Espírito Santo, vem convidar todos os estudantes universitários e secundários, professores, profissionais liberais, políticos, jornalistas, representantes de entidades de classes e o público em geral, para O CULTO ECUMÊNICO DE SOLIDARIEDADE, a ser realizado na Catedral Metropolitana, hoje, sexta-feira, às 18h30m, em intensão dos 98 estudantes presos e indiciados em processo na Polícia Federal, por ocasião da tentativa de realização do III Encontro Nacional de Estudantes, no último dia 4 em Belo Horizonte.<sup>111</sup>

A data de difusão pela vigilância do referido documento é 17 de junho de 1977, não ficando evidente, portanto, se o culto ecumênico foi realizado ou impedido pela repressão. Mas nota-se novamente um dos artifícios utilizados pelos estudantes, que anunciavam os eventos no mesmo dia em que aconteceriam para tentar impedir a ação imediata do aparelho repressivo que, como se pode observar através dos documentos encontrados, mantinha uma rede muito sólida, organizada e eficiente de informação e contrainformação.

Como se procurou ressaltar, se o monitoramento das atividades estudantis já era intenso até então, esse acompanhamento foi adensado a partir do jornal estudantil "O Grito". Depois de maio de 1977, o DA do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES passou a confeccionar e divulgar um jornal próprio, chamado "O Grito", do qual várias edições fazem parte do presente dossiê analisado. Sua periodicidade varia, não possibilitando ao certo determinar o fim de suas atividades. O que se pode verificar é a utilização política de tal jornal, que trazia em suas linhas

---

<sup>111</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 14-15.

várias críticas e denúncias à realidade universitária do período, assim como o posicionamento de seus idealizadores em relação ao ME na UFES.

Em sua primeira edição<sup>112</sup>, em meio a várias críticas sobre a política de ensino, destaca-se a tentativa de formação de um chamado “Conselhão”, que reuniria todos os DAs, inicialmente com a realização da “Semana do Calouro”. Todavia, o ato foi frustrado pela Assessoria de Segurança da própria UFES, que não admitia o envolvimento extracurricular dos universitários. Outro fato destacado foi a realização de eleições para os órgãos colegiados coordenados pela reitoria, da qual os redatores ressaltavam a importância da participação de estudantes dispostos a representar sua classe, já bastante perseguida desde 1968. Porém, a universidade deu o prazo de apenas uma semana para que a escolha dos representantes fosse feita.

Mesmo com o curto tempo, realizou-se uma reunião na qual todos os DA's compareceram. Contudo, o estatuto da UFES inviabilizou de diversas maneiras a indicação dos escolhidos (os alunos reprovados ou punidos não poderiam ser representantes estudantis). Na outra semana, depois de nova reunião, os Diretórios Acadêmicos decidiram criar um “Conselho Estudantil”, formado por todos os presidentes dos DA's e representantes nos Conselhos Departamentais. Esse “Conselhão” tinha a função de fiscalizar a política estudantil para a reitoria. Percebe-se, nesse momento, que, embora os vários Diretórios representassem correntes políticas diversas e por vezes opostas, o Movimento Estudantil começa a dar sinais de sua reorganização, que culminaria, posteriormente, com a reativação de sua entidade representativa máxima na UFES, o DCE.

Ainda em maio de 1977, a EAMES (Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo) difunde para os vários órgãos repressivos um panfleto intitulado “O Modelo Econômico e os Direitos Humanos”, que segundo tal órgão havia sido distribuído largamente no campus da UFES<sup>113</sup>. A carta, bastante interessante e ousada, trazia indagações sobre a intensificação das restrições às liberdades democráticas, à

---

<sup>112</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 148-153.

<sup>113</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 17.

organização e à manifestação da população, ao mesmo tempo também questionava toda a legislação repressiva e a violência cometida contra presos políticos. Várias críticas eram tecidas em relação à dependência do país ao capital externo, através de uma política que beneficiava as grandes empresas ao passo que explorava a classe trabalhadora, gerando assim o alargamento das desigualdades sociais. Segundo os autores, para manter essa exploração, várias medidas técnicas, educacionais, culturais e políticas foram tomadas pelo governo, como pode ser observado no fragmento abaixo:

[...] o ensino não tem por que ser inovador e criativo, e pelo contrário, visa acostumar os estudantes a manipular coisas já estabelecidas e acabadas. Além disso, convém logicamente evitar que os setores populares mais prejudicados atinjam o poder do conhecimento, sendo assim melhor elitizar o ensino, tornando-o pago, além de tecnicista, burocrático e acadêmico [...]. É dentro deste quadro que se encontram as dificuldades sofridas por amplos setores, como é o caso de religiosos, parlamentares, jornalistas, artistas e estudantes que assumem de forma mais aberta o enfrentamento desta realidade [...]. É dentro deste mesmo quadro que são realizadas as prisões políticas. E quem são os presos políticos? São justamente aqueles [...] que mais se destacam na luta pela defesa de seus direitos, sem os quais a vida não tem valor nem significado. A violência de que são alvos não se limita à já exorbitante legislação repressiva. As mais diversas arbitrariedades, inteiramente ilegais, têm sido cometidas contra eles: vão desde a incomunicabilidade, maus tratos e torturas até os desaparecimentos.<sup>114</sup>

Dentre os documentos analisados, essa carta é de longe a crítica mais ferrenha e aberta contra o regime militar. Tal carta teria sido escrita após a Semana de Direitos Humanos, realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal Fluminense (UFF) e FEFIEG (Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara), que após a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro em 1975, teve a nomenclatura alterada para FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro em 1975<sup>115</sup>. Todavia, pela intensa troca de documentos dos setores de informação da repressão, pode-se perceber que ela faz parte do dossiê sobre o DACCJE, pois estava sendo divulgada, principalmente, em recinto fechado, pelas Faculdades de Direito e Economia da

<sup>114</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 18-19.

<sup>115</sup>UNIRIO, Escola de Medicina e Cirurgia da. **HISTÓRICO E TRADIÇÃO DA ESCOLA DE MEDICINA E CIRURGIA**. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/escolademedicina/>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

UFES. O escrito ainda enfatizava que o que acontecia nas universidades, acabava afetando o povo de maneira geral, conclamando os alunos a lutarem contra o Estado repressivo no qual viviam e, conseqüentemente, a favor de liberdades democráticas, como a livre organização e expressão, e principalmente pelo fim de todas as legislações repressivas, que por sua vez eram incoerentes à Declaração de Direitos do Homem, da qual o Brasil era signatário, assim como pela anistia geral e liberdade de todos os presos políticos.

O motivo para preocupação do aparato repressivo com toda e qualquer atividade que envolvesse os estudantes, encontra sua explicação nesta carta. O ME era acompanhado de perto, inclusive dentro das próprias Universidades (através das AESI's que funcionavam em vários campi universitários), pois representava a dianteira na luta contra o regime. Sendo a universidade local de ebulição de ideias, os estudantes, ainda que anonimamente, difundiam seus ideais democráticos e posicionavam-se contra o regime ditatorial que cerceava não somente os seus direitos, mas os de toda a nação brasileira.

Com toda a documentação presente no Dossiê ME do DOPS/ES, cuja análise compõe a presente dissertação, pode-se perceber claramente que o Movimento Estudantil capixaba, embora bastante enfraquecido pela repressão, não se estagnou. Ele ainda continuou expressando os anseios dos estudantes, que passaram a adotar “manobras” para driblar a repressão. Se tal marasmo realmente tivesse acontecido, não haveria motivos para o funcionamento de uma AESI dentro da UFES, com atividades constantes durante o período em que funcionou. Toda essa repressão objetivava acompanhar de perto as ações daqueles que viam no ensino uma forma de mudar a realidade pela qual o país passava. E isso, amedrontava o regime.

Os estudantes utilizaram as edições do jornal “O Grito” para expressar seus anseios e revoltas contra a política universitária da UFES. Denunciava em sua segunda edição a exigência de que as palestras ministradas na Semana de Serviço Social de 1977 deveriam ser gravadas, assim como noticiavam a rejeição da presença do reitor na UFES na apresentação de uma peça teatral. Questionavam também o motivo pelo qual todo palestrante que viesse a universidade teria que ter seu nome

informado com oito dias de antecedência. Vale ressaltar ainda que, nesta edição, os estudantes denunciavam a precariedade do funcionamento do seu Diretório Acadêmico que, embora reconhecido pela legislação universitária, havia sido “jogado” em uma sala minúscula, com suas verbas diminuídas e ministradas pelo reitor, ou seja, numa ausência total de infraestrutura e liberdade de funcionamento.

Em sua terceira edição, o jornal “O Grito”<sup>116</sup> trazia a denúncia de complô por parte da diretoria do CCJE para que o então bispo-auxiliar de Vitória, Dom Luiz Gonzaga Fernandes, não realizasse uma palestra para os estudantes do curso de Serviço Social. Tal evento acabou acontecendo, e as frases do bispo reverberaram, revelando assim o seu posicionamento em relação à situação pela qual o país passava. Segundo ele, evangelizar significava anunciar, testemunhar e denunciar, chegando a afirmar que “uma igreja que evangeliza incomoda e é incomodada. Essa passa mal, essa vai para a cadeia. Mas, se fizeram com o mestre, o que não irão fazer com os discípulos?”. Ainda nesta edição, noticiavam que, em palestra no Centro Pedagógico, o então governador do estado do Espírito Santo, Élcio Alvares (1975-1979), declarou que o ensino gratuito não satisfazia à realidade do país, posicionando-se assim a favor do ensino pago, bandeira contra a qual os estudantes sempre lutaram. A censura na Universidade era tamanha, que o jornal informava que até mesmo os informativos de mural, presentes na sala do curso de Comunicação, teriam que ser obrigados a passar pela censura prévia.

Fazendo parte de uma espécie de curso, outro jornal foi criado e se encontrava vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, chamado de jornal-laboratório “Impresso Dois”. Este estaria voltado para os problemas do campus e para os interesses da comunidade universitária. Todavia, sua atividade era mais informativa e percebe-se claramente que seu funcionamento só era permitido através de censura prévia. Dificilmente ele apresentava críticas à universidade ou ao regime ditatorial. A maior parte das reportagens era assinada por quem escrevia, evidenciando que quem o fazia não tinha motivo para o anonimato, ou seja, não contrariava o regime. O jornal também continha vários patrocínios, e era impresso

---

<sup>116</sup>DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pg. 174-185.

em papel de melhor qualidade e mais legível. Informava sobre o processo de matrículas, mas não mencionava os problemas advindo dele; falava sobre os cursos de férias para a comunidade, entretanto não criticava a ausência de gratuidade para os mesmos; divulgava pesquisa com muitos dados científicos sobre o que os alunos achavam sobre o CCJE, mas sequer mencionava os problemas do Centro.

Os estudantes prosseguiram com suas críticas durante as edições posteriores do jornal “O Grito”, sempre no mesmo tom: a luta pelas liberdades democráticas e por um ensino gratuito e de qualidade. Afirmavam que as verbas que antes eram direcionadas para as atividades dos Diretórios Acadêmicos, passaram (desde 1968) a fomentar atividades esportivas que, por sua vez, recebiam amplo apoio da universidade e das autoridades, pois eram “úteis ao sistema”.

#### 4.2 – O PROCESSO DE REABERTURA DO DCE DA UFES

Como apontado anteriormente, apesar de desativado o DCE oficialmente em 1969, alguns DA's continuaram funcionando e sendo monitorados pela AESI-UFES. Dentro das correntes políticas que viam o ainda incipiente ME como potencial *lócus* no qual suas ideias pudessem ser absorvidas, encontrava-se o MDB que, conforme correspondência enviada aos DA's<sup>117</sup> expunha o seu “programa de ação no plano político”. Todavia, nenhum retorno dos Diretórios em relação ao apoio ao MDB pode ser encontrado.

Alguns desses DA's, como o da Escola Politécnica e da Faculdade Federal de Medicina, mantinham ligações e eram influenciados por Centros Estudantis da UFBA e da Faculdade de São Carlos – SP. Prova disto é o fato de que ambos os Diretórios da UFES citados, receberam cópias de documentos elaborados pelo DCE da UFBA e pela Faculdade de São Carlos, endereçados ao Ministério da Educação, relativos a reivindicações elaboradas por ambos os DCE's<sup>118</sup>, em 1976. A remessa desses documentos aos DA's da UFES pressupõe a existência da tentativa de unificação dos estudantes a um movimento de âmbito nacional.

---

<sup>117</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. P. 01.

<sup>118</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. P. 02.

De acordo com os documentos analisados e as entrevistas concedidas por ex-alunos da UFES, pode-se constatar que o redirecionamento do ME e seu consequente fortalecimento, que acabou por culminar na reabertura de sua entidade representativa máxima, o DCE, ocorreu a partir de 1975, inicialmente com o fortalecimento dos Diretórios Acadêmicos, que à época eram: o DA “Dido Fontes”, presidido por Antônio José Oliveira dos Santos, que reunia cerca de 1200 estudantes do CT; o DA do CCJE<sup>119</sup>, presidido por Joaquim Silva, contando com aproximadamente 2000 alunos, estudantes de sete cursos; o DA “Professor José Leão Nunes”, do Centro de Estudos Gerais, que aglomerava um total de 3000 estudantes oriundos de sete cursos, ressaltando ser esse o DA com diretoria exclusivamente feminina, tendo Mariana Siqueira Faria como presidente e Fabíola Gouveia Limeira como vice<sup>120</sup>; o DA de Pedagogia, fundado nesse mesmo ano, contando com 300 alunos do curso e presidido por Maria de Lourdes Andrade; o DA “Carlos Cavalcante”, do Centro de Artes, presidido desde 1975 por Marcia Braga Capovilla, contando com cerca de 980 estudantes; o DA do CBM, que havia sido fechado no início dos anos 1970 (após prisão de parte de sua diretoria em 1972, acusada de envolvimento com o PCdoB), e reaberto no segundo semestre de 1975, presidido por Aloísio Falchetto (SANTORO, 2008, p. 23).

Mesmo na falta de um órgão que representasse efetivamente todos os estudantes da Universidade, em reportagem do Jornal A Gazeta de 1975<sup>121</sup>, fica evidente a preocupação dos estudantes com a reorganização de sua representatividade. Segundo os mesmos, para que a reabertura do DCE pudesse ser efetivada, seria

<sup>119</sup>Que segundo SANTORO (2008, p. 23), foi considerado como “reduto” das maiores lideranças políticas do ME que viriam se tornar, tempos mais tarde, as maiores lideranças políticas do Espírito Santo: Paulo Hartung, Neivaldo Bragato, Stan Stein e José de Arimathéa Campos Gomes. Em tal fala, o autor negligencia a participação e a importância de outros Diretórios Acadêmicos, corroborando para a apropriação de uma “memória de resistência”, da qual partícipes do grupo citado recorreram para chegar ao poder político no estado, como veremos adiante.

<sup>120</sup>A participação feminina no ME/UFES, também, é o objetivo de alguns estudos que apontam uma segregação entre homens e mulheres dentro do próprio ME. Tal fato pode ser verificado na fala da então estudante de Economia Irene Leia Bossoi, no documentário Gota D’Água (cuja transcrição se encontra anexada), que afirma a existência de muitas mulheres que participavam de diversas formas do ME, mas que a função de liderança era, inevitavelmente, ocupada pelos “rapazes”. Enfatizando mais uma vez que a barreira de participação política precisava ser “quebrada”, pois esse ainda era um “território” masculino. Para mais consultar: LIMA, Gabriela Rodrigues de. **Memória, gênero e política**: a militância das estudantes da UFES contra a Ditadura Militar (1969-1972). Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

<sup>121</sup>DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 2. Pág. 513. A Gazeta, 05 de dezembro de 1975. “UFES tem 6 Diretórios quase vazios”.

necessária a liberdade de ação na UFES, uma vez que o órgão representativo não deveria ser simplesmente reaberto, mas, sim, atuante, promovendo intercâmbio com outras faculdades, realizando atividades sociais, culturais, esportivas e artísticas, promovendo assim maior integração no meio universitário. Segundo a opinião do aluno Antônio Oliveira Santos, membro da direção do DA “Dido Fontes”, do Centro Tecnológico, a reabertura do DCE seria muito importante, mas antes seria necessária a integração entre os Diretórios existentes na UFES. Para ele, o DCE só poderia surgir depois que os DA’s estivessem estruturados e os alunos conscientizados do que é um Diretório. Assim, o DCE controlaria os DA’s que se encontravam completamente desorganizados, pois não havia integração entre os alunos. De acordo com o Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967, que regulava a ação dos DA’s, estes teriam como principal meta defender os interesses dos estudantes. Tachado como “subversivo”, o DCE demoraria ainda algum tempo para se reorganizar.

Com pouca representatividade, os alunos da UFES reclamavam frente à desorganização da Universidade, como consta em reportagem do Jornal A Gazeta, também, de 1975<sup>122</sup>, segundo a qual as reclamações referiam-se, principalmente, aos horários das disciplinas ministradas, à falta de professores e ao surgimento de excedente interno de alunos por falta de planejamento e de organização.

Ainda sobre a falta de organização e péssimas condições de funcionamento, alguns DA’s da UFES, como o DA do Centro Biomédico e o DA do Centro Pedagógico, encaminharam em setembro de 1977 uma carta aberta ao Ministro da Educação e Cultura, na qual discorriam sobre a importância da Universidade no processo de desenvolvimento da sociedade e suas preocupações em relação ao não cumprimento desse papel por parte da mesma. Afirmavam ainda que a Reforma Universitária (Lei 5.540/1968) não atendia aos seus anseios, pois reduzia o tempo em que eram ministrados os cursos, impossibilitando uma prática correta dos professores, afastando os alunos dos livros, dentre outras coisas. Reclamavam, também: da péssima remuneração de professores e de funcionários, que acabava

---

<sup>122</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 2. Pág. 512. A Gazeta, 20 de agosto de 1975. “Alunos da UFES reclamam de desorganização”.

refletindo no ensino; das instalações do Restaurante Universitário; do preço da comida; da inexistência de assistência médico-odontológica para os alunos. Afirmavam, ainda, que o direito assegurado pela Constituição de organização e expressão livre lhes foi tomado através de Decretos-Lei coercitivos e repressivos como o 228 (que reformulou a organização estudantil) e o 477 (considerado o AI-5 das Universidades), assim como, pela Lei de Segurança Nacional e a constante invasão policial nos campi universitários, que coibia o desenvolvimento pleno das atividades estudantis.

No ano de 1978, depois de diversos encontros entre os membros de vários DA's da UFES, acontecidos desde novembro de 1977, foi criada em 31 de agosto a Comissão Pró-DCE, com vistas à formação de um órgão central com maiores poderes para a reivindicação de melhorias. De caráter provisório, esta Comissão foi formada em Assembleia e composta por quatorze universitários da UFES, dois deles pertencentes à Faculdade de Agronomia de Alegre. Segundo seus integrantes, a finalidade da Comissão era divulgar o DCE, promover atividades culturais e substituir as reuniões entre os Diretórios Acadêmicos, facilitando o trabalho em conjunto e intensificando a reabertura do DCE da UFES. Entre os dias 12 e 15 de setembro os trabalhos dessa Comissão começaram a ser realizados através do ciclo de palestras intitulado "Realidades Brasileiras", com a participação de vários conferencistas, mas que contou apenas com a presença maciça de universitários. Tais informações puderam ser obtidas por meio do Informe nº 1230/78, emitido pela SI/SR/DPF/ES<sup>123</sup> e difundido para diversos órgãos do aparato repressivo.

No encarte da programação do referido evento, existiam críticas à política de "abertura" do governo, que segundo os estudantes oprimia os trabalhadores nas suas iniciativas de organização, e dentro da universidade demitia os professores, expulsava os alunos e cerceava o debate aberto. Além disso, conclamava a todos os setores atingidos a lutar contra essa política, buscando terminar com a exploração e apoiando às deliberações da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), protestando contra o desemprego, a Lei de Segurança Nacional e pelo fim de todos os aparatos de repressão. Essa reunião para a criação da Comissão Pró-DCE foi pauta de reportagem do jornal A Gazeta, de 10 de setembro de 1978,

---

<sup>123</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 2. P. 06-07.

cujos nomes dos estudantes envolvidos foram destacados. Sendo eles: Luiz Rabello Arantes e Evandro Alceu Braga, do Centro Tecnológico; Maria Angela Coser do Centro de Estudos Gerais; Lauro Ferreira Pinto Neto e Wellington Coimbra do Centro Biomédico; Paulo César Hartung Gomes e Neivaldo Bragatto do centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

A Comissão Pró-DCE criou um boletim informativo, amplamente divulgado na universidade, tanto que foi confiscado. Posteriormente, esse boletim foi encaminhado pelo DOPS/ES ao Superintendente de Investigação Especial, cujo conteúdo tecia críticas ao regime, à repressão e à violação dos Direitos Humanos<sup>124</sup>. Além de apresentarem informações aos demais estudantes sobre a composição e a atuação da Comissão, reforçavam as reivindicações presentes em outros jornais apreendidos pela repressão na UFES: gratuidade dos cursos de verão, fim do coeficiente de rendimento como pré-requisito para se conseguir vagas, construção imediata de um RU no campus de Goiabeiras, melhor iluminação do campus, melhores condições de ensino, trabalho e pesquisa, liberdade de organização, expressão e manifestação, entre outras coisas. Informava também o local de funcionamento da Comissão, que seria no pavilhão CT-1, pertencente à Engenharia. Esses dados explícitos demonstram que, mesmo diante da vigilância constante dentro e fora da universidade, o ME já não temia represálias diretas por parte do sistema, até mesmo por se encontrarem em meio ao processo de reabertura.

De acordo com registros do SNI<sup>125</sup>, depois de diversas atividades produzidas pela Comissão Pró-DCE, houve eleições para a reabertura do Diretório em 09 de dezembro de 1978. Depois de ter sido fechado pela repressão em 1969, o DCE da UFES foi reaberto através de eleição livre e direta, com a participação de cerca de 70% dos estudantes (que no citado momento chegavam aos nove mil alunos). As chapas concorrentes ao pleito eram: “Construção”, “Ação Popular Estudantil”, “Liberdade e Anistia”, “Retornando”, “Frente de Libertação Estudantil” e “Reconstrução”. É importante ressaltar aqui a falha do SNI, que confundiu o nome das chapas concorrentes à presidência do DCE com as tendências políticas do ME capixaba (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2017, p. 142).

---

<sup>124</sup> \_\_\_\_\_, Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 2. P. 368-388.

<sup>125</sup> ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. AC-ACE – 056/79.

No pleito, a chapa eleita com maioria absoluta dos votos foi a “Construção”, tendo como presidente o então estudante de Economia Paulo César Hartung Gomes, vice-presidente Fernando Pignaton, estudante de Medicina. Sendo os demais cargos ocupados por Neivaldo Bragato, Paulo Perdigão, Ildeberto Muniz, Hélio Castro e Evandro Brozeghini. Analisando a diretoria percebe-se o predomínio de alunos dos dois Diretórios de maior destaque: o DACCJE e o DACBM, cujas atividades já foram descritas anteriormente.

A chapa eleita tinha a proposta de intensificar a parceria do DCE com outras entidades, buscando unidade na luta pela democracia. Em seu primeiro folheto informativo de 1979, o DCE comunica sua participação na XI reunião da Comissão Nacional Pró-UNE, realizada em Brasília, entre 26 e 28 de março, tendo como pauta a luta contra o ensino pago, a anistia ampla, geral e irrestrita, a luta contra a entrega da Amazônia às multinacionais, entre outros. Em reportagem do Jornal A Gazeta de 08 de novembro de 1979<sup>126</sup>, o então presidente do DCE-UFES, Paulo Hartung Gomes, anuncia greve dos alunos, tendo como motivo principal a negativa que os estudantes universitários receberam do Conselho de Ensino e Pesquisa, que não atendeu a uma série de reivindicações ligadas à parte acadêmica, como a gratuidade dos chamados “cursos de verão” (terceiro período letivo), liberação dos exames finais para aqueles alunos que haviam obtido média sete durante o semestre letivo, a retirada dos históricos escolares do “R” de reprovação e o fim do índice de coeficiente de rendimento para matrícula em disciplinas, o que acabava gerando excedente interno de alunos, lutando por melhores condições de ensino e democracia, o DCE passou a tentar estabelecer parcerias com os DA’s da Universidade, e apoiar outros movimentos da sociedade, chegando, até mesmo, a promover um show para angariar fundo de greve para os operários da construção civil. Isso, torna-se evidente na fala de Neivaldo Bragato:

A reabertura do DCE em 1978, ela veio coroar todo um trabalho que vinha sendo feito desde 1976. Eu acho que a reabertura do DCE foi a peça fundamental para ligar os alunos, o movimento, a sociedade. Isso fez com que tivesse uma ligação maior com o partido, com as igrejas, nas campanhas sociais, e permitiu que os DA’s tivessem um papel mais

---

<sup>126</sup> \_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 2. Pág. 518. A Gazeta, 08 de novembro de 1979. “DCE mobiliza alunos da UFES para greve geral na quarta-feira”.

acadêmico, deixando para o DCE essa parte mais politizada, mais inserção social, mais movimentação com a sociedade como um todo<sup>127</sup>.

Mesmo após a concretização da eleição e, finalmente, a reabertura do DCE, através de material produzido pela AESI-UFES, percebe-se que suas ações eram acompanhadas de perto pelos órgãos de vigilância. Muitos jornais informativos do Diretório eram recolhidos e enviados para a comunidade de segurança. Sendo a reabertura do DCE um marco na forma de organização política do ME-UFES, o medo da repressão continuava existindo. Nesse contexto, é válido ressaltar também que durante o ano de 1978, vários assaltos aconteceram na Universidade, e alguns jornais denunciavam a falta de segurança e iluminação no campus. Todavia, justamente pela repressão, os estudantes rejeitavam a ideia de vigilância por parte dos policiais no campus, solicitando apenas maior iluminação.

#### 4.3 A APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA DE RESISTÊNCIA E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS POLÍTICAS

É fato que o controle sobre o passado é um dos mais importantes objetivos dos grupos políticos no poder. Os chamados “usos políticos do passado” são uma das mais destacadas ferramentas políticas na manutenção do controle. Segundo o conceito de Le Goff, a memória coletiva possui papel preponderante nas lutas das forças sociais pelo poder (LE GOFF, 1990). Nesse sentido, Nora afirma que dependendo da correlação de forças, o presente pode evocar e, até mesmo, modificar uma memória já posta, ou seja, “cristalizada” (NORA, 1993). Em meio à análise de fontes documentais (materiais e orais) sobre o ME-UFES realizada no decorrer dessa pesquisa, percebe-se ser muito evidente a predominância de um determinado grupo que, por diversas vezes, conclama para si a exclusividade da memória da resistência contra a ditadura realizada pelo ME dentro da Universidade.

É importante ressaltar que tal grupo teve, sim, um papel preponderante na reestruturação do movimento. Todavia, afirmar que apenas aqueles que se

---

<sup>127</sup>GERAÇÃO Gota D'água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Vitória (es): Croma, 2013. (30 min.), Documentário, color. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Neivaldo Bragato.

autointitularam “geração gota d’água” foram responsáveis por tal feito, significa, necessariamente, renegar tudo aquilo que foi realizado por gerações anteriores e, portanto, ir de encontro ao que foi apresentado sobre a atuação do ME-UFES até aqui, principalmente, entre 1971 e 1975. Pelas falas de tal “geração”, constatar-se-ia que o ME havia desaparecido, após a segunda “onda repressiva” ocorrida na Universidade, e ressurgido das “cinzas” através do movimento de reabertura dos DA’s e, conseqüentemente, do DCE, a partir de 1975.

Nós surgimos depois de dois ou três anos de medo, apatia e falta de participação dos estudantes. Então nós tínhamos propostas, nós tínhamos propostas para os Diretórios Acadêmicos, nós tínhamos propostas culturais, nós tínhamos propostas de enfrentamento do regime militar, nós pensávamos no socialismo, mas havia uma ideia generosa por detrás de tudo isso. Então eu acho que contribuiu decisivamente, porque rompeu com esse silêncio que havia sido imposto aqui na UFES. Foi a primeira força que emerge depois da grande repressão que houve ao PC do B em 1971<sup>128</sup>

Contudo, a presente dissertação defende outra perspectiva de análise história, ou seja, através de inúmeras e variadas fontes podemos afirmar que: ainda que duramente sufocado pela repressão que instalou na UFES, em especial entre 1971 e 1975, o ME continuou sobrevivendo através de subterfúgios criados para que “driblar” a repressão, como já exposto.

Como destacado, a chamada “geração gota d’água” originou nas disputas pelo controle do DA do CCJE, através da formação de uma chapa que concorreria nas eleições de 1976. Em tal pleito encontravam-se as chapas “Gota D’Água”, “Opção” e “Despertador”<sup>129</sup>. A vencedora foi a chapa “Gota D’Água”, para um mandato de um ano. A partir das atividades realizadas pelo DA do CCJE, sua diretoria passou a ter contato com outros DA’s que, também, estavam se reestruturando. Nasce então uma junção de força entre os Diretórios mais atuantes (do CCJE e do CBM) para a formação de uma chapa que concorreria à presidência do DCE em sua primeira eleição, em 1978.

<sup>128</sup>“Geração Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Documentário. Vitória, 2013. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Fernando Luiz Herkenhoff Vireira, no qual enfatiza a suposta “inexistência” do ME-UFES, após a segunda onda repressiva e o ressurgimento a partir do movimento realizado pela chapa, da qual ele fazia parte, e que concorria à primeira eleição do DCE após seu fechamento em 1969.

<sup>129</sup>DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Caixa 21. Pág. 488.

Formando chapas, que se dividiam de acordo com suas propostas, estes estudantes foram dando corpo ao Movimento Estudantil. Uma dessas chapas chamava-se “Construção”, e em seu programa defendia a luta pelas liberdades democráticas, fundada na unidade dos setores democráticos, assim como as reivindicações de cunho estudantil. Alinhava-se, portanto, com os ideários defendidos pelo Partido Comunista Brasileiro, que já em 1978 contava com um Comitê Universitário (CU-UFES), formado por várias “Células” de estudo espalhadas pelos cursos, tornando-se a “tendência política” de maior destaque dentro da universidade.

A chapa que rivalizava com a Construção era a Ação Popular Estudantil, cuja campanha embasava-se na defesa da união entre estudantes e os movimentos operário e camponês. Assim, enquanto a Construção defendia a reconstrução de um DCE vinculado diretamente à UFES, podendo, portanto, receber verbas e recursos da universidade, a Ação Popular Estudantil, intercedia pela formação de um DCE-Livre, a exemplo do que estava acontecendo em outras universidades do país, sem qualquer vínculo institucional com a UFES.

Dentre outras tendências políticas que marcaram o ME da UFES destaca-se a atuação do PCdoB, MR-8, Libelu e AP, que funcionavam com denominações diferentes, conforme aponta Cancian (2009, p. 66):

Os estudantes engajados no movimento estudantil concebiam as tendências estudantis mais propriamente como sendo as ‘faces legais’ das organizações clandestinas de esquerda. Para sobreviverem naquele contexto ditatorial e burlar o sistema repressivo policial, todas as entidades estudantis adotavam denominações distintas dos grupos, organizações e partidos políticos de origem. Entretanto, era prática comum de militantes pertencentes a uma mesma tendência estudantil, mas que atuavam em outras escolas e/ou universidades, adotar outras denominações.

Assim,

Reconstruído o DCE, o movimento estudantil consolidou-se como uma das principais forças políticas no movimento social nos anos de 1978/79. Profunda sensibilidade, poder de mobilização e capacidade de intervenção na realidade transformaram-no em importante polo de referência para todas as forças sociais e políticas organizadas (BELING NETO, 1996, p.159-160).

Ainda em seu estudo sobre o ME capixaba, Baptista (2016) descreve importantes mobilizações sociais que tinha o DCE da UFES como centro de apoio, principalmente nas lutas pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, chegando ao ponto

de ser a base de mobilização do Comitê Brasileiro de Anistia no Espírito Santo. Assim, torna-se notório que o Movimento Estudantil no Espírito Santo, possuiu o caráter de um movimento de massas, que ultrapassou os limites da universidade, sendo reconhecido pela sociedade e legitimando publicamente as reivindicações estudantis.

A narrativa sobre essa junção dos principais DA's, descrita pelos partícipes do movimento corrobora para a interpretação da tentativa de tal grupo em “instrumentalizar” o passado e, portanto, acabou por apresentar uma versão idealizada do movimento. Inicialmente as diretorias de ambos os Diretórios haviam entrado em conflito quando a Medicina divulgou uma carta aberta denunciando as condições de ensino na UFES, quando da visita do então ministro da Educação, Ney Braga, à Universidade. Essa atitude foi repudiada pelo CCJE, visto já haver uma disputa entre os dois Diretórios. Nos relatos aparece, então, a figura “conciliadora” de Paulo César Hartung Gomes<sup>130</sup>, visto como liderança na Economia e na Atlética.

Os representantes do DACBM foram até a casa do então estudante de Economia, num movimento descrito como “disputa” e, até mesmo, “briga”. Contudo, após um diálogo “proveitoso”, iniciou-se uma convivência “frutífera” entre os representantes dos citados Diretórios, que acabou por criar o que foi descrito como “embrião do que depois seria o Diretório Central dos Estudantes”<sup>131</sup>. Tal leitura, um tanto quanto messiânica em nossa opinião, desconsidera todas as mobilizações e atividades anteriores dos militantes da UFES, especialmente, as ações que ocorreram antes do surgimento da chamada “Geração D’água”.

Mas o fato é que o DACBM e o DACCJE se uniram, formando a chapa “Construção” que, como visto anteriormente, venceu as primeiras eleições para o DCE com a maioria maciça dos votos. Rodrigo Santoro (SANTORO, 2008), em sua dissertação de Mestrado intitulada *“O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito*

---

<sup>130</sup>Paulo Hartung (seu nome político), de todos os envolvidos na reabertura do DCE, foi aquele que, na carreira política desencadeada após a sua participação nos movimentos da Universidade, mais se destacou, tornando-se três vezes governador do estado, como veremos mais adiante.

<sup>131</sup>“Geração Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Documentário. Vitória, 2013. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Lauro Ferreira Pinto Neto. A mesma descrição do fato também aparece em: SANTORO, 2008, p. 27-28.

*Santo: a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)*”, trata do fortalecimento do ME-UFES, mas narra de forma explícita a trajetória política de Paulo Hartung. De todos os envolvidos no processo de reconstrução do DCE, ele destaca a participação do que chamou de “grupo ligado à Hartung”, do qual ele mesmo fez parte por 14 anos, a partir de 1989. Na falta de material disponível para a pesquisa na época<sup>132</sup>, Santoro baseou sua narrativa sobre o ME-UFES, a partir de fontes orais. Para isso, recorreu àqueles que considerou como “membros-chave” do processo, descrevendo, inclusive, os cargos políticos galgados por eles:

**Paulo Cesar Hartung Gomes** – nascido no município de Guaçuí, formou-se em economista, pela Ufes. Foi líder do grupo e presidente do DCE após sua reabertura, em 1978. Atualmente, Hartung está governador do estado do Espírito Santo.

**Neivaldo Bragato** – nascido em Colatina, Bragato é economista formado na Ufes. Nunca atuou ou concorreu a cargos eletivos, permanecendo sempre como articulador e homem de confiança de Paulo Hartung. Ocupou cargo de primeiro escalão na administração de Hartung, na prefeitura de Vitória, bem como na administração que se seguiu (com Luiz Paulo Velloso Lucas). Atualmente, é secretário de Estado.

**Estanislau Kostka Stein (Stan Stein)** – Economista e advogado formado na Ufes. Stan foi presidente do DCE em 1980, elegeu-se vereador em Vitória por quatro mandatos consecutivos, na década de 80, e início da década de 90. Em 1992, foi para a prefeitura de Vitória como secretário de Administração e atualmente trabalha para o Governo do Estado prestando serviços na área jurídica, além de exercer a advocacia autonomamente.

**Anselmo Tose** – nascido em Castelo, é médico formado pela Ufes. Anselmo destacou-se na política municipal de Vitória ao permanecer como secretário de saúde durante duas administrações consecutivas (Paulo Hartung e Luiz Paulo Velloso Lucas). Em sua primeira empreitada para cargos eletivos, Anselmo elegeu-se para deputado estadual, em 1002, pelo PPS. Atualmente está à frente da Secretaria Estadual de Saúde.

**Wellington Coimbra (Lelo Coimbra)** – formado em medicina pela Ufes, Lelo, assim como Neivaldo Bragato, sempre atuou como articulador e homem de confiança de Hartung. Foi deputado estadual e, logo em seguida, candidato a vice-governador na chapa de Hartung, em sua primeira eleição para o governo do Estado. Após o primeiro mandato de Hartung, Lelo elegeu-se deputado federal.

**Robson Leite** – advogado, formado pela Ufes, atualmente é médico concursado da Prefeitura Municipal de Vila Velha e proprietário de uma empresa de pesquisa (Fenix). Foi vice-presidente de Paulo Hartung no DCE. Teve participação efetiva dentro do PCB.

---

<sup>132</sup>É importante ressaltar que a partir da criação da Comissão da Verdade da UFES, através da Portaria 478, de 27 de fevereiro de 2013, é que a busca por documentos (materiais) relacionados às violações realizadas pela ditadura na Universidade, começaram a ganhar corpo, sendo organizada e sistematizada por tal Comissão.

**Fernando Herkenhoff** – médico, formado pela Ufes, atualmente é professor concursado da mesma instituição. Membro de destaque no PCB capixaba.

**Rosa Helena Stein** – assistente social, formada pela Ufes, irmã de Stan Stein, participou de todo o processo, tendo atuado ativamente no grupo político em questão. Foi secretária de Estado no governo Max Mauro. Atualmente é doutora em Sociologia e professora do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB).

**Ildeberto Muniz (Paraíba)** – médico, formado pela Ufes. Atuou como articulador do movimento estudantil, tendo sido presidente do DA de Medicina e um dos principais conselheiros de Paulo Hartung. Atualmente, é professor universitário em Botucatu, São Paulo.

**Kátia Moura** – médica formada pela Ufes. Participou ativamente no grupo e no DCE. mais tarde, foi candidata a vice-governadora pelo Partido dos Trabalhadores. Atualmente, exerce a medicina como pediatra.

**Lauro Ferreira Pinto Neto** – médico, formado pela Ufes. Sempre atuou como articulador e formulador dentro do grupo. Também teve forte participação dentro do PCB, sendo um de seus dirigentes à época. Até hoje é um dos principais conselheiros de Paulo Hartung, além de seu médico particular. (SANTORO, 2008, p. 18-20)

Na escolha das entrevistas e descrição dos entrevistados por Santoro, fica evidente a ascensão política do grupo que venceu a primeira eleição do DCE após o seu fechamento, em 1978. Nitidamente nota-se, também, que Hartung é o centro, não somente das pesquisas de Santoro, mas, também, e, principalmente, das ações dos demais membros do ME-UFES mencionados. Cabe ressaltar aqui que Paulo Hartung foi governador do Espírito Santo por dois mandatos consecutivos (de 2003 a 2010) elegendo o candidato que apoiou como sucessor, Renato Casagrande (que governou o estado de 2011 a 2015), com o qual rompeu ligações no do último pleito eleitoral estadual, no qual foi candidato de oposição, vencendo a eleição. Atualmente é governador do estado capixaba. Contudo, suas ações de hoje pouco lembram os ideais que ele dizia defender quando era estudante<sup>133</sup>.

O grupo capitaneado por Hartung foi tão coeso que:

Fica nítido como a experiência adquirida pelo grupo efetivamente influenciou em suas atitudes mais tarde, ao sair para a política partidária. Em todas as eleições que Hartung participou, sobretudo naquelas para cargos executivos, houve composições de modo a contemplar também os seus apoiadores(SANTORO, 2008, p. 37).

<sup>133</sup>Uma rápida pesquisa na internet permite observar a posição do atual governador frente ao movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas capixabas, que manifestavam contra a PEC 241, realizada pelo Governo Federal de maneira unilateral e contraditória, em 2016. Para mais: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/11/sete-escolas-sao-desocupadas-no-es-apos-decisao-da-justica.html>>. Acesso em: 01 maio 2017.

Segundo Celso Castro (2002), as identidades podem ser construídas ou desconstruídas de acordo com os interesses do momento. A identidade política de Hartung e seu “grupo” foi forjada na sua atitude de resistência frente à ditadura, como se pode perceber em sua fala:

É nesse processo histórico que foi se construindo essa militância, essa geração e esse pensamento político que acabou abraçando a democracia como valor e abraçou os valores da república, os valores republicanos, a ideia de que governo, o espaço público, pertence aos seus ocupantes, pertence à sociedade, ao cidadão, ao contribuinte. Muitos elementos de minha formação tem a ver com aquela militância, com aquele tempo com que a gente podia brincar como ‘Geração Gota D’Água’, como o Zuenir brinca com a geração de 68, ne?! E eu acho que os elementos de uma grande sensibilidade social, quer dizer, essa obstinação pela emancipação humana tem a ver com esse período, tem a ver com essa militância.<sup>134</sup>

Para Michael Pollak (1989) no conflito entre as várias memórias existentes, muitas delas, tornam-se subterrâneas enquanto outras se tornam dominantes. Isso explica a forma com que Hartung conseguiu aclamar para si e seu “grupo” a dianteira na resistência contra o regime militar no Espírito Santo, em geral, e no interior da UFES, em especial. Esse fato foi fundamental para alavancar a carreira de político profissional de Hartung. Haja vista, que sua primeira eleição ocorreu em 1982, para o cargo de deputado estadual pelo PMDB. Nesse pleito, seu passado recente de líder estudantil foi um elemento decisivo para sua eleição.

Deve-se reconhecer que esse grupo político foi o “herdeiro” de todas as lutas estudantis na UFES. Apesar da atuação do grupo “hartunguista” acontecer num contexto de repressão à universidade muito diferente daquele enfrentado pelas gerações anteriores.

E também apesar de terem sido vigiados de perto pela comunidade de informação, contra a geração de 1978 não se abateu as represálias sofridas pelas gerações antecessoras. Ao passo que a, então, estudante de Odontologia Laura Coutinho sequer sentia-se à vontade em tocar no assunto de sua prisão por ser militante do ME-UFES, vindo a falar mais amplamente sobre o ocorrido em sua oitava para a CV-

---

<sup>134</sup>“Geração Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Documentário. Vitória, 2013. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Paulo Cesar Hartung Gomes.

UFES<sup>135</sup>. Em contrapartida, sobre a experiência estudantil de Paulo Hartung foi elaborada uma grande quantidade de materiais, como dissertações, documentários, reportagens de jornais.

O “grupo” de Hartung saiu da Universidade e adentrou na vida política. Todavia, o mesmo não pode ser observado nas gerações do ME-UFES anteriores (com algumas exceções). Uma das explicações para tal fato é dada até mesmo por Santoro (SANTORO, 2008, p. 37), ao afirmar que a ascensão política dos partícipes do ME-UFES de 1978, deu-se por eles adotarem medidas de combatividade diferentes daquelas utilizadas pela geração de 1968<sup>136</sup>, primando pela realização do jogo de “resistência x acomodação”, e não de uma ruptura “bruta” com o sistema. Essa estratégia torna-senítida na fala de Hartung:

Nós tivemos muitos fatos extremamente marcantes da retomada do ME. O primeiro deles, era assim como o primeiro beijo, foi a primeira passeata dessa retomada. Quero dizer, a gente organizou com muito zelo, queríamos ter a população ao nosso lado, então nós não ocupamos a Jerônimo Monteiro toda, ocupamos uma faixa.<sup>137</sup>

Esse talvez seja um dos pontos “cinzentos”, utilizando a expressão no sentido do termo de Pierre Laborie. Em outras palavras, em vários estados do país existem diferentes personagens políticos que iniciaram sua vida política-institucional utilizando como principal mote de campanha o fato de terem pertencido à chamada “geração de 1968” ou mesmo de terem como “berço político” as lutas estudantis contra a ditadura. Entre os casos mais conhecidos podemos citar José Serra, Aloísio Nunes, Aldo Arantes, José Dirceu, Vladimir Palmeira, Aldo Arantes, Fernando Gabeira, entre outros.

Entretanto, no estado do Espírito Santo o saldo político das mobilizações estudantis do período da ditadura foi apropriado pelo grupo “Hartunguista”. Mesmo considerando que Vitor Buaz, médico e professor da UFES, tenha posteriormente sido eleito deputado federal (1986-1988), prefeito de Vitória (1989-1992) e

---

<sup>135</sup> Segundo ela, isso ocorreu devido ao trauma sofrido em sua prisão, e o estigma de “subversiva” que carregara durante muito tempo. Sua memória tornou-se, portanto, nos termos de Le Goff (1990), “subterrânea”.

<sup>136</sup> Como já dito, momento de efervescências revolucionárias no mundo inteiro.

<sup>137</sup> “Geração Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Documentário. Vitória, 2013. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Paulo Cesar Hartung Gomes.

governador do Espírito Santo (1995-1998), essas eleições foram motivadas por sua imagem de “bom administrador”.

O fato é que, mesmo não sendo o objetivo central da pesquisa, podemos afirmar que a memória da resistência estudantil da UFES foi ressignificada, instrumentalizada e serviu como plataforma de lançamento do grupo “hartunguista” iniciar sua jornada político-parlamentar. Uma carreira que iniciou logo depois Hartung deixar a direção do DCE-UFES, com seu primeiro mandato de deputado estadual (1983-1986). Posteriormente, foi eleito deputado federal (1991-1992), prefeito de Vitória (1993-1996), Senador (1999-2002) e governador do Espírito Santo (2003-2008), cargo que exerce pela segunda vez atualmente.

#### 4.3.1 A influência do PCB no ME

Ainda tentando compreender como esses “usos políticos do passado” foram apropriados pelo chamado grupo “hartunguista”, considera-se fundamental apresentar a trajetória da organização política em que a maioria dos integrantes do grupo foi formada: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Segundo Jacob Gorender (GORENDER, 1987), o PCB (fundado em 1922) foi durante décadas a “matriz” do pensamento de esquerda no Brasil. Contudo, no início dos anos 1960 sofreu fortes críticas em relação ao seu posicionamento político, que primava por uma revolução socialista mais pacifista. Essas críticas acabaram acarretando a formação de dissidências, cujas orientações políticas divergiam do partido originário, com propostas alternativas. Dentre essas formações independentes, destacam-se: o PC do B, o POR (de orientação Trotskista), a ORM, a AP, dentre outras. Suas orientações variavam de acordo com o setor social que representavam.

Sobre o ME, segundo Renato Cancian (CANCIAN, 2009), o núcleo de conflito entre a ditadura e o Movimento era a militância política das lideranças estudantis. Nacionalmente o ME da década de 1970 expressava várias correntes do pensamento de esquerda marxista, através de grupos, organizações e partidos

políticos clandestinos, através das chamadas “tendências estudantis”. Ainda de acordo com o autor, a história do ME deixa evidente a importância e a influência da militância política na reestruturação do ME na década de 1970. Assim, devido à fusão entre militância política e militância estudantil, o ME vai ganhando forças para se reorganizar.

Por outro lado, o surgimento das tendências estudantis possibilitou aos estudantes em geral tomar maior conhecimento dos respectivos posicionamentos políticos que se expressavam nas propostas e plataformas programáticas. À medida em que as tendências estudantis foram se constituindo formalmente, passaram a expressar de forma cada vez mais organizada suas ideias para enfrentar o problema relacionado com o ‘vazio’ de direção do ME e de como ele deveria ser conduzido. Foi uma fase muito rica e importante da retomada do ME, marcada pela realização de assembleias estudantis. (CANCIAN, 2009, p. 68)

Sobre as chamadas “tendências”, Angélica Müller (2016) aponta para o fato de que, assim como em outros movimentos que estavam ressurgindo no momento em questão, as correntes políticas de esquerda aproveitaram esse “campo fértil” do ME para colocar em prática programas políticos que objetivavam a volta do Estado democrático. Com isso:

Cabe ressaltar ainda que as tendências também serviam para marcar ‘campo’ no interior do ME com as outras organizações políticas. E elas podem ser entendidas como mecanismos dos partidos para sua atuação em determinadas frentes. Nesse caso, as tendências podem existir não somente em uma situação de ilegalidade. Elas tampouco existiram e existem apenas no ME. As tendências continuaram existindo, mesmo depois do fim do regime ditatorial, como, por exemplo, no movimento sindical. (MÜLLER, 2016, p. 103)

Cancian, ainda, afirma que no início dos anos 1970 não havia ME organizado nacionalmente, nem mesmo regionalmente, tendo a ação dos militantes estudantis reduzidas às Universidades. “A partir da segunda metade da década de 1970, começa a se definir com mais clareza a dinâmica de retomada do movimento estudantil.” (CANCIAN, 2009, p. 33). Tal dinâmica tem um relacionamento intrínseco, como veremos adiante, com as correntes políticas.

Ainda, segundo Müller (2016, p. 103),

A historiografia ainda não dispõe de um trabalho mais aprofundado e sistematizado sobre as correntes políticas que despontaram a partir de meados da década de 1970, como já foi realizado em relação à década anterior. Mas alguns estudos indicam, ao menos, as

principais tendências que atuaram no movimento de resistência à ditadura.

Se nacionalmente os mecanismos de atuação das correntes políticas pós 1970 ainda não são conhecidos em sua totalidade, no Espírito Santo tal fato não se faz diferente. Sabe-se que em 1971, a Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, tinha certa influência na UFES, pois quando aconteceu a prisão de seus principais dirigentes nacionais, foi revelada a participação de um grupo de estudantes da Universidade: João Amorim Coutinho e Edson Hilário de Freitas, estudantes do curso de Geografia, José Fernando dos Santos, estudante de Engenharia e Laura Maria da Silva Coutinho, do curso de Odontologia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2016, p. 77).

De acordo com o Relatório Final da CVUfes, “o ponto alto da repressão imposta pela ditadura nos *campi* da UFES foram as prisões e torturas de professores e estudantes relacionados ao PCdoB, ocorridas a partir de dezembro de 1972.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, 2016, p. 91). Ao todo foram presas 18 pessoas ligadas à Universidade; tal fato foi descrito, anteriormente, quando abordada à terceira “onda repressiva” sobre a UFES. O que foi descrito evidencia o desmantelamento do PCdoB no estado, fato que, obviamente, resvalou no ME-UFES.

A partir de 1974, segundo depoimento de Cláudio Luiz Zanotelli, o PCB começa a ter forças dentro da Universidade:

Havia diferentes tendências e diferentes posições políticas que surgiam na cena política aqui na universidade, no Brasil e no Espírito Santo, particularmente. E daí, o Partido Comunista tinha um certo monopólio, digamos assim, entre aspas, dessas representatividade política. Então começa a surgir colado um pouco nos movimentos do ABC, do sindicalismo autêntico, etc, novas propostas de pensar-se politicamente, novas ações e tal. E aí haviam os trotskistas, os maoístas, todos os outros ‘istas’, ne?! Que adotavam a perspectiva diferente do Partido Comunista e quem em geral, eram tendências, partidos ainda clandestinos apesar de se estar numa época de abertura e que tinham seus reflexos, seus representantes dentro da universidade.<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup>“Geração Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Documentário. Vitória, 2013. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017. Depoimento de Cláudio Luiz Zanotelli.

O fato descrito por Zanotelli sobre a influência do PCB no ME-UFES, não coaduna com a representatividade do partido no Brasil, conforme podemos observar na declaração de Müller:

O PCB, até praticamente a derrota da luta armada, não tinha sido alvo da repressão. No entanto, entre 1974 e 1976, foi vítima da Operação Jacarta, que investiu contra seus militantes. Alguns foram mortos, outros presos e outros ainda tiveram que partir para o exílio: entre os presos e exilados havia estudantes, o que contribuiu para o enfraquecimento do PCB no ME (MÜLLER, 2016, p. 114).

Todavia, a mesma autora aponta que mesmo diante da repressão sofrida, o PCB ainda era a tendência mais forte e organizada em algumas universidades, como a UFF, a PUC-RJ (1978), na Bahia (com a tendência chamada “Sangue Novo”) e, finalmente, no Espírito Santo, quando através da chapa “Construção” vence a eleição para o DCE-UFES em 1978, assim como foi descrita anteriormente.

Analisando os dossiês do fundo DOPS/ES sobre o ME capixaba, nota-se uma influencia muito expressiva do PCB nos estudantes do Centro de Ciências Biomédicas. Num trabalho recente, Leonardo Baptista, em sua dissertação de mestrado afirma que a reconstrução do PCB no Espírito Santo se dá a partir do ME na segunda metade da década de 1970

A partir dos documentos analisados, identificamos a reorganização do PCB capixaba como um processo dividido em duas fases. Primeiramente, percebemos que, entre 1974 e 1977, desenvolveu-se uma *aproximação* e a formação de um *primeiro grupo* de jovens estudantes da Ufes que passaram a se identificar e a tomar contato com o ideário e a teoria partidária, se, no entanto, haver uma organização institucional formal. Assim, o que vemos inicialmente, é o desenvolvimento de um agrupamento político entre jovens estudantes no seio das lutas do movimento estudantil, onde a experiência dessa militância começa a se cruzar com a influência teórica e política pecebista (BAPTISTA, 2016, p. 138).

O primeiro contato do PCB com o ME-UFES ocorre a partir da reorganização do DACBM e de suas posteriores mobilizações que, como já sabemos, redundaram num contato cada vez mais estreito com o DACCJE. Segundo Baptista, a responsável em transmitir a ideologia pecebista na UFES era a, então, estudante de Medicina, Merli Alves dos Santos que, mesmo sem o apoio do partido nacionalmente, iniciou suas articulações com o Rio de Janeiro através do, então, estudante de engenharia da UFRJ, o capixaba Luiz Paulo Vellozo Lucas. Este último teria recebido a tarefa de fomentar a formação da nova militância capixaba do partido, a partir de sua experiência marxista.

Como visto, o PCB começa capitaneando o movimento de reabertura dos DA's de maior expressão, CBM e CCJE. Posteriormente, esses diretórios se unem e lançam a chapa "Construção" que vence o primeiro pleito eleitoral que culminou com a reabertura do DCE-UFES em 1978.

Primando pela defesa da democracia por meio da via moderada, o PCB conseguiu atrair os jovens universitários, que pertencendo a uma geração posterior não encontravam mais perspectivas de sucesso na luta armada. É válido ressaltar que a tática política de "agitação" e "mobilização", conforme orientação do próprio PCB, era definida a partir de demandas imediatas e específicas do campo de atuação de seus militantes. (BAPTISTA, 2016, p. 157). Assim, buscando resolver as necessidades mais imediatas dos estudantes, como ensino gratuito e de qualidade, transporte, alimentação, as bases da reorganização do ME-UFES encontravam entremeadas pela reconstrução da própria credibilidade do PCB no estado.

Tendo o ME-UFES ultrapassado os "muros" da Universidade, achegando-se aos movimentos sociais de maneira ativa, o PCB, tendo a gênese de sua reconstrução no seio do próprio ME, também caminha nesse sentido. Os militantes da geração que fez parte do processo de reconstrução do ME-UFES, que se lançaram à vida política, o fizeram a partir dos caminhos abertos em sua militância no "Partidão".

Como dito anteriormente, entre esses militantes estudantis que atuaram no "Partidão" na UFES estavam os elementos que posteriormente iriam formar o "núcleo duro" do grupo político "hartunguista", dentre os quais podemos citar: Neivaldo Bragato, Estanislau Kostka Stein (Stan Stein), Anselmo Tose, Welington Coimbra (Lelo Coimbra), Robson Leite, Fernando Herkenhoff, Ideberto Muniz (Paraíba) e Lauro Ferreira Pinto Neto. Assim, na memória do ME capixaba – como ocorrido em diversos outros estados do país – houve um processo de "silenciamento" sobre as mobilizações estudantis na primeira metade da década de 1970.

Nos anos seguintes, todo esse "acúmulo" político dos militantes estudantis, inclusive adquirido a partir das mobilizações ocorridas entre 1971 e 1976, somada a força organizativa do PCB no ME da UFES, foram canalizados num único sentido: destacar o "carisma" político de Paulo Hartung. Assim sendo, houve uma apropriação dessa mesma memória no sentido de privilegiar apenas um grupo

político que, como demonstrado, participou apenas da última fase das ações que permitiram a “reconstrução” do DCE e do ME da UFES.

## CONCLUSÕES

O golpe civil-militar deflagrado em 1964 e legitimado, com base na necessidade imperativa de manutenção da ordem vigente, cuja consequência foi uma ditadura que perpetrou perseguições, prisões, torturas e mortes de opositores, deixou marcas que, ainda, não puderam ser superadas por uma grande parcela da população.

Inicialmente, a intensão da presente pesquisa foi abordar apenas a temática da repressão realizada pela ditadura no estado do Espírito Santo. Todavia, um novo rumo foi tomado a partir do contato com documentos, até então desconhecidos, que passaram a fazer parte do acervo da então recém-criada Comissão da Verdade da UFES, cujos objetivos eram recuperar tais documentos e memórias da ditadura militar que arrolaram a comunidade universitária. Desde então, a pesquisa orientou-se no sentido de esclarecer o comportamento da parcela mais singular de toda essa comunidade, os estudantes.

Aqui, observou-se que, assim como outros setores, os estudantes foram alvos de constante vigilância e repressão pela ditadura militar. A repressão que se abateu sobre o ME a partir de 1964 com as várias tentativas de inviabilizar o funcionamento da UNE, e que se intensificou na medida em que o regime recrudescia, também pôde ser verificada no estado do Espírito Santo. Nesse sentido, é válido ressaltar que, após o fechamento da UEE/ES em 1964, a UFES setornou o *lócus* da resistência estudantil, capitaneando o ME, considerado como a dianteira dos movimentos de resistência contra o regime.

Resistir significa incomodar. Por serem locais de produção, construção, difusão de ideais, as universidades e seus estudantes foram vigiadas de perto pelo aparato repressivo, que se utilizou de instrumentos criados especificamente para punir os estudantes considerados subversivos, como o Decreto-Lei nº 477/69 e a criação de órgãos de vigilância que atuavam dentro do campus universitário, as AESI's.

Foi possível verificar que a UFES também incomodou. Prova disto, são as “ondas repressivas” lançadas pela ditadura sobre a Universidade, na intenção de inviabilizar qualquer atitude considerada subversiva. Ao todo foram quatro, que impuseram à comunidade universitária as mais graves violações dos direitos humanos: prisões

arbitrárias, torturas físicas e psicológicas, censura, vigilância, controle, perseguições, demissões, impossibilidade de matrículas, fechamento de entidades representativas dos estudantes, impedimento de expressão ou organização política, entre outros. Ao todo, o ME sofreu três consideráveis golpes: a prisão de seus principais dirigentes em Ibiúna em 1968, o fechamento de sua entidade representativa máxima (DCE) em 1969 e a prisão dos estudantes acusados de ligação com o PCdoB em 1972.

A AESI-UFES foi criada em meados de 1971, com a intenção de monitorar e controlar as atividades da Universidade em todos os aspectos, contribuindo, assim, para o aumento da repressão: a literatura dos cursos era monitorada e “guiada”, afastando dos alunos as obras consideradas “subversivas”; a liberdade de organização dos estudantes era cerceada, desativando seus Diretórios Acadêmicos e infiltrando agentes no campus; a contratação de professores era “direcionada”; as cerimônias de colação de grau eram “policiadas”. Ou seja, tudo deveria passar pelo crivo da AESI, presidida durante todo o seu funcionamento (1971-1986) por Alberto Monteiro, servidor da própria Universidade que se encarregara de ser os “olhos” da ditadura na UFES, recebendo formações específicas dos órgãos de repressão para isso. Enfim, a vigilância era constante e permitia alicerçar as investidas da repressão contra os estudantes considerados “subversivos”.

Diante dos poucos estudos produzidos sobre a temática no estado, pairou-se, durante muito tempo, a tese de que o ME-UFES teria se desmantelado completamente quando o fechamento de seu DCE, em 1969. Corroboraram, para isso, os estudos produzidos com base do testemunho de determinado grupo, que atribuiu para si a reativação do movimento, a partir de 1976. É importante dizer que a participação dessas pessoas que se autodenominaram “Geração Gota D’Água”, foi decisiva para a rearticulação do ME. Todavia, afirmar que apenas eles resistiram na UFES significaria negar a importância de outros estudantes que, também, resistiram.

Quanto ao objetivo principal da dissertação, buscou-se estabelecer um paralelo entre as ações dos estudantes ao longo da repressão que possibilitaram a reestruturação do ME a partir de 1976. Como explicar a escalada da repressão na UFES no início da década de 1970 se o ME estivesse “desaparecido”? Dessa forma, chegou-se à conclusão de que, ainda que enfraquecido, o movimento continuou

existindo, porém, adotando novas estratégias de manifestação, condizentes com o momento em que viviam, ou seja, praticavam o que Müller (2016) chamou de “microrresistências”: realizavam panfletagens e reuniões clandestinas, cuja pauta era as demandas acadêmicas; participavam dos chamados “encontros por área”, nos quais, além de suas necessidades estudantis, também debatiam a conjuntura política pela qual passava o país e traçavam as estratégias que deveriam utilizar para se manifestarem; aproximaram-se de outros setores sociais, como sindicatos e igreja, no intuito de somar forças; utilizaram-se da arte, mais especificamente, através do movimento *cineclubista*, para levar à população de fora da Grande Vitória as inquietações referentes à ditadura, entre outras atividades.

Na esteira dessas atividades, o ME da UFES começou a se fortalecer e a retomar sua representatividade. Assim, os Diretórios Acadêmicos puderam ser reativados a partir de 1975, sendo constatada a decisiva influência de dois deles: o do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e o do Centro de Ciências Biomédicas. Ambos os Diretórios, após um processo de aproximação, fomentaram a criação da comissão Pró-DCE, em 1978. Permeados pelos ideais pecebistas (contrário do que acontecia na maioria das outras universidades do país no momento, nas quais as táticas “pacifistas” do PCB não eram bem vistas), criaram a chapa “Construção”, vencedora do primeiro pleito para a presidência do DCE em 1978.

Pode-se afirmar, portanto, que, sem a atuação das gerações anteriores, que sofreram com severas punições pelos seus atos contra o regime, como descrito na pesquisa, dificilmente os ME-UFES teria se reorganizado de maneira legítima e atuante no final dos anos 1970. Prova disto foi a opção pela formação de uma frente democrática, formada por diversos setores, como estratégia para combater o regime ditatorial e reestabelecer seus direitos. Haviam percebido que o enfrentamento direto contra o sistema, sem o apoio da sociedade não fora bem sucedido. As “microrresistências” tiveram papel fundamental nesse processo. Adaptaram-se ao momento de reabertura e constataram que através do diálogo e da contestação poderiam alcançar maiores vitórias do que as gerações anteriores.

Torna-se imperativo, ainda, destacar que, através das oitivas realizadas pela CVUfes, pôde-se concluir que a tradição “conciliatória” brasileira não possibilitou um

“acerto de contas” com o passado. A memória de alguns militantes do ME foram resgatadas. Todavia, muitas continuam “subterrâneas”. É necessário, sobretudo, enfatizar que a memória do ME de forma alguma pode continuar “subterrânea”. Por fim a eventos traumáticos, como a ditadura militar, através de leis que não permitem a punibilidade dos responsáveis, como a Lei de Anistia de 1979, na finalidade de “esquecer” as graves violações dos Direitos Humanos e estabelecer um novo paradigma democrático, infelizmente no caso brasileiro, não resolvem os traumas do passado recente, cujas marcas até na atualidade podem ser sentidas. Acredita-se que no caso brasileiro, anistiar não poderia ter sido sinônimo de esquecimento.

A intenção da presente pesquisa é justamente essa, fomentar o debate sobre um passado de violações que, ainda, se fazem presente. Pois somente por meio do conhecimento das mazelas sofridas no período da ditadura é que podemos inibir que regimes ou propostas de excepcionalidade de Estado sejam impostos de força unilateral à população.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O Estado de Exceção como Paradigma de Governo. In: **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 9-51.

ALONSO, José Antônio M. *Dicionário de história do mundo contemporâneo*. Vitória: UFES, 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Luta armada no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2009.

AQUINO, Rubens Santos Leão de et al. **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memória estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARNS, Paulo Evaristo; SOBEL, Henry; WRIGHT, Jaime. **Brasil nunca mais**. 4. ed. Petropolis (rj): Vozes, 1985.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. AC-ACE – 056/79.

BAPTISTA, Leonardo. **Entre a legalidade e a luta institucional: a atuação do PCB do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (es), 2016.

BELING NETO, Roberto A. **Movimento Estudantil: os anos 70-80**. Escritos de Vitória. Vitória: PMV/Secretaria de Cultura e Turismo, 1996.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília (Org.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Fgv, 2009.

BORGO, Ivantir Antônio. *UFES: 40 anos de história*. 2. ed. – Vitória: EDUFES, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder: Castelo Branco**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

\_\_\_\_\_. **Os militares no poder: o ato 5**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Os militares no poder: o baile das solteironas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

BRASIL. Constituição (1935). Lei nº 38, de 1935. **Define Crimes Contra A Ordem Política e Social**. Rio de Janeiro, 1935.

\_\_\_\_\_. Constituição (1964). Lei nº 4341, de 1964. **Cria O Serviço Nacional de Informações**. Brasília, 1964. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de agosto de 1965. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1967). Lei nº 200, de 1967. **Dispõe Sobre A Organização da Administração Federal, Estabelece Diretrizes Para A Reforma Administrativa e Dá Outras Providências**. Brasília, 1967. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1968). Lei nº 63577, de 1968. **Fixa A Nova Estrutura da Universidade Federal do Espírito Santo**. Brasília, 1968. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=177189&norma=194427>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1969). Lei nº 477, de 1969. **Define Infrações Disciplinares Praticadas Por Professôres, Alunos, Funcionários Ou Empregados de Estabelecimentos de Ensino Público Ou Particulares, e Dá Outras Providências.** Brasília, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1970). Lei nº 66732, de 1970. **Aprova O Plano Nacional de Informações e Dá Outras Providências.** Brasília, 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1979). Lei nº 6683, de 1979. **Concede Anistia e Dá Outras Providências.** Brasília, 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (2011). Lei nº 12.528, de 2011. **Cria A Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Ofício-Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC.

CAETANO, Alexandre. **Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969:** da ditadura militar à reestruturação da UFES. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CANCIAN, Renato. **Movimento Estudantil e repressão política:** o ato público na Pontifícia Universidade de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (Tese de Doutorado), 2008.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 –Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro (rj): Fgv, 2002.

COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. **Memória viva do regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. Pág. 525-526. Jornal A Gazeta, sem data. “Movimento Estudantil, de onde vem, para onde vai.”

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Dossiê Diretório Central dos Estudantes. Caixa 21. Pág. 05.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03 – DACCJE. Caixa 21. APEES. Boletim Informativo “O Grito” – Edição nº 11.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Jurídicas e Econômicas. Caixa 21. Jornal “O Grito”, Edição nº. 11.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Dossiê Diretório Central dos Estudantes. Caixa 21. Jornal do DCE, edição nº 8.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03 – DACCJE. Caixa 21. APEES. Encaminhamento nº 014/1975 – CI/SSP/ES.

\_\_\_\_\_. Informação nº 710/1975 – SI/SR/DPF/ES.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03 – DACCJE. Caixa 21. APEES. Informação nº 423/1975 – PMES/PM-2.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pág. 01.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pág. 07 a 12.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pág. 56.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Págs. 64-66.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Jurídicas e Econômicas. Caixa 21. Pág. 487. A Tribuna, 15 de Junho de 1968. “Filosofia em...”

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Jurídicas e Econômicas. Caixa 21. Pág. 430.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 488. A Gazeta, 02 de outubro de 1976. “Gota D’Água’ denuncia complô.”

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 489. A Gazeta, 04 de outubro de 1976. “Gota D’Água quer promover mais os universitários.”

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pág. 01.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 10.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. P. 12.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 02. Dossiê Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas. Caixa 21. Pgs. 174-185.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. Pág. 01.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. Pág. Pág. 02.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 2. Pág. 513. A Gazeta, 05 de dezembro de 1975. “UFES tem 6 Diretórios quase vazios”.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 2. Pág. 518. A Gazeta, 08 de novembro de 1979. “DCE mobiliza alunos da UFES para greve geral na quarta-feira”.

\_\_\_\_\_. Dossiê Movimento Educacional nº 03. Caixa 21. Pág. 488.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI-5.** Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da repressão política no estado do Espírito Santo (1930-1985).** Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **Memórias silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. DOPS/ES (1930-1985).** Vitória: GM Editora/APEES, 2012.

\_\_\_\_\_. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p.295-3316, jun./dez. 2013.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de (Org.). **O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória, ES: GM, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras,

2004.

\_\_\_\_\_. **Cultura em trânsito:** da repressão a abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

“GERAÇÃO Gota D’água” – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Vitória (es): Croma, 2013. (30 min.), Documentário, color. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)>. Acesso em: 02 jan. 2017.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** das ilusões perdidas à luta armada. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: *presentismo e experiências do tempo.*** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Heloísa; PEREIRA, Carlos Alberto M. **Patrulhas ideológicas:** arte e engajamento em debate. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

LABORIE, Pierre. **Les Français de sanné estroubles. De laguerre d’Espagne à la Libération**. Paris: Seuil, 2003.

LEGIÃO DA INFANTARIA DO CEARÁ. **BREVE HISTÓRICO DO 38º BATALHÃO DE INFANTARIA (38º BI)**. Disponível em:

<[http://www.legiaodainfantariadoceara.org/leginf\\_38bi\\_index.html](http://www.legiaodainfantariadoceara.org/leginf_38bi_index.html)>. Acesso em: 17 abr. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Gabriela Rodrigues de. **Memória, gênero e política: a militância das estudantes da UFES contra a Ditadura Militar (1969-1972)**. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papyrus, 1995.

MARTINS, Edgard de Almeida. **Clandestino**. 2012. Disponível em: <<http://clandestinoedgard.blogspot.com.br/2012>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

\_\_\_\_\_. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias**. Acervo (Rio de Janeiro), v. 16, p.44.

MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

\_\_\_\_\_. “Você me prende vivo e eu escapo morto”: a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº. 61, p. 167-184 – 2011.

\_\_\_\_\_. “A História como arma”: a memória histórica como objeto da resistência estudantil contra a ditadura no final dos anos 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** . São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. **Dimensões**, n. 32, p. 128-147, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. n. 10, 1993.

OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª Ed. Vitória: APES, 2008.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira; BAPTISTA, Leonardo. *Ditadura militar e a Universidade Federal do Espírito Santo: a atuação repressora da AESI/UFES entre os anos de 1974 e 1975*. In: ENCONTROS INTERNACIONAIS UFES/PARIS-EST, 2015. **Anais...**v. 5, n. 5, 2015.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. **Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (Dissertação de Mestrado), 2016.

PELLICCIOTTA, Mirza. **Uma aventura a política: as movimentações estudantis dos anos 70**. Capinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado), 1997.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIGNATON, Fernando João. **Participação popular na elaboração de orçamentos públicos municipais: a experiência do Espírito Santo (1983 a 1994)**. Vitória-ES: Edufes, 2014.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989

PORTILHO, Aline dos Santos. O projeto Memória do Movimento Estudantil e a institucionalização da memória como capital político da União Nacional dos Estudantes. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1 - 12.

RABELO FILHO, José Valdenir. História, memória e historiografia: o mito da resistência e os desafios para o estudo da ditadura civil-militar no Brasil. In: Congresso Internacional de Historia, 6, 2013. **Anais eletrônicos...** , 2013.

REIS, Daniel Aarão (org.). **Versões e ficções. O sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Reitor inaugura nova obra. **O Diário**, p. 1, 02 mar. 1968.

Veemência (com disciplina) em protesto de estudantes. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 04 abr. 1968.

REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

RICOEUR, Paul Ricoeur. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.

ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n], 2000.

ROLLEMBERG, Denie. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise et al. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ROLLEMBERG, Denise. História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROUSSO, Henry. **Vichy, um passé que não passa. (Avec Éric Conan)**. Paris: Fayard, 1994.

SANTANA, Cristiane Soares de. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA: A PRESENÇA DO MAOÍSMO NA ESQUERDA BRASILEIRA. In: V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANUH-BA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS, LUGARES, FRONTEIRAS, FAZERES E POLÍTICAS, 2., 2010, Salvador (ba). **Anais...** . Salvador (ba): Anpuh-ba, 2010. p. 1 - 8. Disponível em: <[http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/C/Cristiane\\_Soares\\_de\\_Santana.pdf](http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/C/Cristiane_Soares_de_Santana.pdf)> . Acesso em: 20 abr. 2017.

SANTORO, Renato Heitor. **O Movimento Estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SILVA, Erilaine Ribeiro da. Considerações sobre a atuação dos bispos católicos do estado do Espírito Santo sob a visão dos agentes da DOPS/ES (1970-1985). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de

(Org.). **O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória, ES: GM, 2014. P. 172-195.

SILVEIRA, ÊNIO. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. P.231-269.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOSNOWSKI, Saul; SCHWARTZ, Jorge (Org.). **Brasil: O trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994.

UNIRIO, Escola de Medicina e Cirurgia da. **HISTÓRICO E TRADIÇÃO DA ESCOLA DE MEDICINA E CIRURGIA**. Disponível em:

<<http://www4.unirio.br/escolademedicina/>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Comissão da Verdade. Ofício Circular (sem data)

\_\_\_\_\_. Comissão da verdade. Ofício nº 06/1971 – AESI/UFES. Vitória, 1971.

\_\_\_\_\_. Comissão da verdade. Ofício nº 026/1971 – AESI/UFES. Vitória, 1971.

\_\_\_\_\_. Comissão da verdade. Pedido de Busca nº 22/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 60/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.

- \_\_\_\_\_. Ofício nº 02/1972 – Faculdade de Medicina/UFES. Vitória, 1972.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 21/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.
- \_\_\_\_\_. Solicitação pessoal de Alberto Monteiro, 15 jun. 1972. Guanabara, 1972.
- \_\_\_\_\_. Pedido de Busca nº 12/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.
- \_\_\_\_\_. Pedido de Busca nº 39/1972 – AESI/UFES. Vitória, 1972.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 39/1972. AESI/UFMG. Belo Horizonte, 1972.
- \_\_\_\_\_. Pedido de Busca nº 31/1972. AESI/UFES. Vitória, 1972.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 27/1971. AESI/UFMG. Belo Horizonte, 1972.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 27/1974. AESI/UFES. Vitória, 1974.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 53/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 93/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 127/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.
- \_\_\_\_\_. Ofício nº 236/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.
- \_\_\_\_\_. Comissão da verdade. Ofício nº 80/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.
- \_\_\_\_\_. Comissão da verdade. Ofício nº 217/1974 – AESI/UFES. Vitória, 1974.
- \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 170/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.
- \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 177/1975. Vitória, 1975.
- \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 02/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.
- \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 118/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.
- \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 100/1975 – AESI/UFES. Vitória, 1975.
- \_\_\_\_\_. Comissão da Verdade. Ofício nº 419/1975 – CCJE/UFES. Vitória, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Comissão da Verdade. **Relatório Final da Comissão da Verdade**. Vitória (es): Ufes/supecc, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro Comissão da Verdade web.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20web.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2017

VALLE, Maria Ribeiro do. **1964-2014:Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VALLE, Maria Ribeiro do et al. **Tenho algo a dizer: Memórias da UNESP na ditadura civil-militar (1964-1985)**.São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

**ANEXO I**  
**Oitiva com ex-estudantes da UFES**  
**CV/UFES**  
**Vitória, 2014**

Transcrição da oitiva realizada pela Comissão da Verdade da UFES em outubro de 2014 com as ex-estudantes militantes do Movimento Estudantil da UFES, Elizabete Madeira, Ângela Milanez e Magdalena Frechiani.

Duração: 1h13 min (73 minutos)

Link: <http://webconf2.rnp.br/p4myevnucyz/>

Transcrição: Nathália Santos

Legenda: \_\_\_\_\_ incompreensão da fala

(?) Dúvida em relação aos nomes citados

**Orador (abertura da audiência):** - Senhoras e senhores boa tarde. A Universidade Federal do Espírito Santo tem a honra de receber os \_\_\_\_\_ de abertura da Terceira Audiência Pública da Comissão da Verdade da Ufes na qual será realizada a entrevista das três estudantes da nossa universidade as senhoras: AngelaMilanez, Elizabete Madeira e Maria Magdalena Frechiani. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Espírito Santo tem como objetivo resgatar a memória dos acontecimentos relacionados a repressão política do período de 1964 a 1985, ocorridos na Ufes ou com elo diretamente relacionados. Em particular as graves violações dos direitos humanos cometidas contra membros da comunidade universitária. Solicitamos a todos em respeito mútuo que desliguem seus celulares ou os coloquem no modo silencioso agradecemos a compreensão. Registramos e agradecemos as presenças das autoridades acadêmicas \_\_\_\_\_ seletivas da Ufes bem como as presenças de servidores docentes e de servidores técnico-administrativos em educação, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e estudantes de graduação da Ufes e demais convidados. Para compor a mesa de honra convidamos a excelentíssima vice-reitora da Ufes a professora Ethel Leonor Noia Maciel e o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes professor Pedro Ernesto Fagundes. Para sua saudação passamos a palavra ao coordenador da Comissão da Verdade da Ufes professor Pedro Ernesto Fagundes.

**Professor Pedro:** - Boa tarde, boa tarde a professora Ethel vice-reitora da Ufes, a todos os demais integrantes da Comissão da Verdade da Ufes o professor \_\_\_\_\_, aos representantes da Comissão Estadual da Verdade, aos professores que estão aqui, cumprimentamos a professora Brunela e cumprimentamos todos os outros professores, aos alunos de pós-graduação, de graduação e demais integrantes do corpo administrativo da Ufes, agradecemos a presença de todos vocês em mais essa audiência. É a terceira audiência que a Comissão da Verdade da Ufes realiza, nós já totalizamos, ou passaremos a totalizar a partir de hoje 16 (dezesesseis) depoimentos de pessoas que estiveram aqui na Universidade principalmente entre os anos de 1964 e 1974. Nós nos concentramos nesse período até agora porque são, é exatamente o período que nós já identificamos hoje, nós pretendemos comprovar e confirmar que é o período que aconteceram graves violações contra os estudantes dessa universidade, sobretudo tortura, principalmente no local que também já é uma das conclusões que podemos adiantar, nosso relatório só vai ser entregue no ano de 2015, mas já podemos adiantar que uma das nossas conclusões é que o 38º BI (Batalhão da Infantaria) ali em Vila Velha funcionou como um centro de tortura durante a ditadura militar. Então essas já são as questões que nós temos que o relatório irá apontar, mas para que a gente possa o mais rápido possível receber as nossas convidadas, quero agradecer de maneira especial e com muita atenção as senhoras Elizabete Madeira, Maria Magdalena Frechiani e AngelaMilanez, pela presença, pela discussão, pela coragem e sobretudo destacar que nesse momento histórico que nós vivemos que marca os 50 anos do Golpe, momento que estamos as vésperas da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade que será amanhã, amanhã também que comemora 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, então é um momento propício é um momento perfeito para que como vocês podem ver, como eu falei com vocês por telefone, como nós temos muito jovens aqui, como é importante com a finalidade didática, nosso objetivo didático é exatamente esse: os mais jovens, aqueles que na grande maioria, tem algo em torno de 20 e 25 anos, que já nasceram no país que tinha uma Constituição, que já nasceram no país que já havia voltado a eleger diretamente seu presidente da república, ou seja, um país que já estava plenamente redemocratizado, que não sabem e que felizmente não tem a menor ideia do que foi a ditadura militar porque não vivenciaram esse período como é importante que

esses jovens ouçam daqueles que estavam aqui como eles, estudantes da Ufes. Iniciando a sua carreira acadêmica, projetando seus projetos e suas expectativas profissionais, acadêmicas, enfim, vividas por essas pessoas da mesma idade da maioria deles que estão aqui hoje, foram tratados ou foram atingidos pela repressão política que se abateu no Brasil e também se manifestou aqui no Espírito Santo. O mais importante de tudo é destacar isso: que o Espírito Santo, infelizmente como se acredita, não foi uma ilha da fantasia, não foi um espaço que ficou alheio a repressão política que ocorria a nível nacional. No Espírito Santo também nós tivemos centros de tortura, nós tivemos tortura, nós tivemos repressão política, nós tivemos estudantes que foram expulsos dessa Universidade, nós tivemos professores que foram exonerados dessa Universidade por conta da sua participação política. Então nesse momento histórico eu quero antecipadamente agradecer a disponibilidade das três estarem aqui falando para esses jovens, muito obrigado.

**Orador (abertura da audiência):** - Para sua saudação passamos a palavra a vice-reitora da Ufes a professora Ethel Leonor Noia Maciel.

**Vice-reitora e professora Ethel:** - Boa tarde a todos, eu quero cumprimentá-los e dizer que hoje a maior parte dos nossos pró reitores, secretários e reitores estão no gabinete itinerante em São Mateus, então não puderam estar aqui hoje, eles tem acompanhado essas \_\_\_\_ que tem sido feitos na nossa Universidade, quero cumprimentar todos os membros da Comissão da Verdade por essa iniciativa que tem sido muito importante nessa terceira que vou acompanhar e quero agradecer em especial a Elizabete, a Madalena e a Angela por estarem aqui hoje e por nos brindarem com essa tarde que certamente vai nos ensinar muito. Eu quero dizer que vocês são exemplos e são exemplos não só pelo que fizeram no passado mas pela vida que vocês construíram nesse pós-tudo que aconteceram com vocês. Então é muito importante que os nossos estudantes escutem de vocês e ouçam a verdade que aconteceu e mais importante vocês são o testemunho vivo do que é possível fazer para mudar o país. Então tenho que agradecer a presença de vocês aqui hoje. Obrigada.

**Orador:** -Agradecemos a vice-reitora e professora Ethel Leonor Noia Maciel que prestigiou a Abertura da terceira audiência pública da Comissão da Verdade da Ufes, tal qual a mesa de honra, e a convidamos para ocupar seu lugar na plenária

para que essa audiência tenha prosseguimento. Solicitamos gentilmente que o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes o professor Pedro Ernesto Fagundes que permaneça a mesa de honra para conduzir os trabalhos a partir de agora.

**Professor Pedro:** - Então, dando sequência a abertura da terceira da audiência, gostaria de convidar as três estudantes da Ufes. Para quem não sabe as três eram estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo na década de 1970. Em 1972 teve início a uma operação comandada pelo \_\_\_\_ Destacamento de Ordem Internado Centro de Defesa Interna do Primeiro Exército do Rio de Janeiro que veio ao Espírito Santo num movimento para tentar dismantelar todo o PC do B a organização política clandestina que existia a nível nacional. E aí prenderam e algo em torno de 20 pessoas, a maioria eram estudantes da Universidade. Essas foram levadas – isso foi a partir de dezembro de 1972 até fevereiro de 1973 – essas pessoas em diferentes momentos foram presas, foram levadas até as dependências do 38° BI e cada uma teve uma experiência, digamos assim particular. Mas de um modo geral nós podemos falar que todos/todas foram torturados de alguma maneira, passaram mais ou menos tempo presas, algumas pessoas ficaram um ano presas entre 38° BI e vila militar no Rio de Janeiro, algumas dessas pessoas \_\_\_\_ estudantes que foram presos, foram expulsos da Universidade, foram enquadrados no decreto chamado: Decreto 1477/69 que permitia que esses alunos fossem expulsos e impedidos de se matricularem em qualquer Instituição de ensino no Brasil durante três anos, esse é o caso da AngelaMilanez que foi enquadrada no decreto 1477, outras estudantes foram torturadas elas vão contar melhor do que eu o que aconteceu. Recentemente a jornalista Míriam Leitão para quem não sabe ela \_\_\_\_ em Minas Gerais mas veio estudar \_\_\_\_ em Vitória na Ufes, era estudante da FAFI daqui da Ufes foi presa junto com elas, então esse período que elas passaram no 38° BI, cada passou por uma experiência particular mas tendo como um ponto incomum a repressão política é o que elas vão relatar hoje aqui nessa \_\_\_\_ para que todos vocês conheçam um pouco mais. Então sem mais delongas gostaria de convidar a Dra. Elizabete Madeira, a Dra. Maria Magdalena Frechiani e a AngelaMilanez que vocês venham até aqui por favor.

**Dra. Maria Magdalena Frechiani:**- Eu nasci no interior, fiz o segundo grau \_\_\_\_ o terceiro ano aqui em Vitória, e passei no vestibular de medicina no segundo ano de

medicina, no primeiro ano \_\_\_\_ no segundo ano eu comecei a me envolver muito com os problemas da faculdade, a gente tinha muito problema e tinha sido fechado o nosso pronto socorro, então meu o primeiro contato com repressão na verdade foi em função da briga pelo pronto socorro, dos \_\_\_\_ que tinham sido fechados então a gente começou a fazer muita manifestação a respeito para tentar reabrir o pronto socorro que é um lugar importante para a medicina e acho que a primeira vez assim que tive contato com a polícia federal foi que a gente fez uma... a gente foi para câmara dos vereadores que era ali no antigo cine glória \_\_\_\_ e a gente foi todos de jaleco todos de branco para pressionar para votarem em favor da reabertura do pronto socorro, teve participação da prefeitura alguma coisa assim, bem a partir daí a polícia federal chegou lá \_\_\_\_ todo mundo com armas, e aí como diziam né, você é fichado: vão lá tira seu retratinho, suas digitais, seu nome, seu endereço e tudo e fica no arquivinho da polícia federal. E aí depois eu comecei a me envolver como diretora, \_\_\_\_\_ PC do B. Fundamentalmente \_\_\_\_\_ Brasil a gente fazia manifestações e panfletagens, então a gente fazia um grande movimento \_\_\_\_ e 1972, aquilo era uma farsa aquela eleição, a eleição para presidente era uma farsa. Então a gente fez muita panfletagem e pichações, \_\_\_\_\_ eu e mais três amigos pichamos aquela fábrica inteira numa madrugada. Então essas coisas assim, na verdade eu era uma menina da roça – eu falo uma menina porque eu tinha 20 anos – então era uma coisa assim para mim extremamente amedrontadora, eram escuras, era sempre panfletagem que a gente fazia muito de madrugada, tipo uma hora da manhã, tinham acabado de \_\_\_\_\_. E eu fui me envolvendo com... e principalmente nosso objetivo era melhorar a faculdade e também melhorar a faculdade e lutar contra todas aquelas coisas horríveis que aconteciam no país. Hoje eu falo: as pessoas falam o que querem, e falam “.. ah vocês e.... não isso realmente .. vocês queriam implantar o comunismo e o comunismo é uma porcaria...” aí ... mas uma pessoa fala o que bem entende numa rede social, mas eu falo: para você falar isso, escrever isso a gente teve que passar por isso aqui, porque isso não era permitido. Ter mais do que duas pessoas já era reunião subversiva, dentro da própria universidade existiam pessoas que eram da... que faziam parte da repressão e que vigiavam os estudantes eram pessoas ruins. Então essa coisa da indignação para mim foi uma coisa normal porque dentro da família minha mãe era uma pessoa de esquerda – como diriam – eu cresci ouvindo rádio espanhol assim rádio tirana e

tudo porque minha mãe ouvia essas coisas de madrugada. Então quando foi em dezembro, na verdade foi no dia primeiro de dezembro um amigo nosso não apareceu em casa Sebastião (?) Nascimento que era da medicina do quarto ano, ele não apareceu e a Auxiliadora que era namorada dele – que hoje é advogada – ela falou pra gente que ele não tinha chegado em casa e que eles estavam preocupados. Aí no dia seguinte a gente ficou sabendo, dia 2 que é no sábado dia 2 de dezembro, que ele e Marcelo tinham sido presos na rua Sete onde eles moravam e que a noite também eles tinham levado o Gustavo, Gustavo Pereira do Vale (?) que também era do quarto ano de medicina, então eles tinham prendido três pessoas do quarto ano de medicina mais a Míriam. Eu tinha saído para estudar com a Bete porque era período de prova assim... e a gente ficou sabendo disso e ficamos tentando localizar porque outras pessoas moravam nessa república que o Gustavo morava, porque eram três meninos da nossa turma que era: Luzimar Pereira Dias (?), Marcos \_\_\_\_ que morava perto e estava sempre lá e Luis Carlos (?) então eles eram do segundo ano como a gente e também era dessa república Guilherme Lara Leite que depois veio a ser meu marido o pai das minhas filhas. E por um acaso a gente encontrou o Guilherme e \_\_\_\_\_ que também morava lá \_\_\_\_\_ PC do B, na rodoviária de Vitória que eles sabiam que tinham sido presos, porque quando eles levaram o Gustavinho eles estavam lá, mas eles só procuraram pelo Gustavo porque a pessoa que tinha entregue – as pessoas né – a pessoa que delatou a gente, ele tinha dito só o nome do Gustavo então eles foram lá e pegaram o Gustavo, e eles saíram dormiram na praça Costa Pereira ficaram a noite toda lá e no outro dia foi quando a gente se encontrou. E a gente .... ficamos umas horas ... uma amiga nossa tinha uma casa lá em Cariacica, a gente foi pra lá e ela falou que ia tentar arrumar um lugar pra gente ficar: a Elizabete, eu e o Guilherme. Aí a gente foi para a Barra do Jucu na casa dessa amiga: Maria Graças Ruy que na época era do sexto ano da faculdade \_\_\_\_ o marido dela \_\_\_\_ que era \_\_\_\_ e encontrou \_\_\_\_\_ eles que ficaram um pouco com a nossa segurança. E aí a gente foi para a Barra do Jucu numa casa lá, pensando... tentando sair do país, é... o quê que a gente poderia fazer né... porque a gente saiu sem nada, sem dinheiro, sem uma roupa só com a roupa do corpo, não tinha como voltar em casa, lá em casa não tinha telefone mas também não poderia ligar tinha uma vizinha que tinha telefone mas eu sei que o telefone dela foi grampeado, é... a gente sumiu no dia 2 e bem minha mãe e a

família da Bete só ficou sabendo da gente mais de um mês depois, porque não tinha como se comunicar a gente sabia por exemplo que a minha família estava muito pressionada \_\_\_\_ . Bem a gente ficou nessa casa e era uma coisa totalmente paranoica, era uma coisa super difícil porque a noite a gente escutava qualquer barulho a gente \_\_\_\_\_ dormia \_\_\_\_\_ que tinha assim no mato e ficava... uma coisa \_\_\_\_\_ porque a gente sabia que tinha jornal na época que estava sendo procurado, na própria universidade \_\_\_\_ essas pessoas acabavam informando a gente do que estava acontecendo, que a gente não deveria sair de jeito nenhum porque o pessoal do CENIMAR estava aqui \_\_\_\_\_ que eles estavam sendo barbaramente torturados e que a gente tinha que tentar sair do país ou pelo menos dar um tempo, eu estava grávida na época da minha primeira filha bem e de lá a gente ficou um dia numa casa que tinha mais pessoas da universidade lá e a gente ficou com muito e medo e eles mandaram embora, fomos andando por um caminho por uma estrada de chão que dava em \_\_\_\_ e pegamos uma carona de \_\_\_\_\_ fomos até Cachoeiro e lá outro cara do sexto ano que se chamava Mauro Madureira, a gente procurou ele, ele trabalhava no posto de saúde alguma coisa assim – Mauro Madureira que morreu \_\_\_\_\_ muitos anos depois, ele pegou a gente, arrumou dinheiro e nos levou de carro até depois de Campos e Campos a gente foi para a casa de uns parentes do Guilherme e de lá somos para o sul de Minas e fomos tentando ... a Bete ficou com um conhecido dela um parente dela... e a gente ficou tentando conseguir sair do país mas era bastante difícil isso, não tinha a menor estrutura financeira para esse tipo de coisa e nem tinha vínculo com outro país, filho ou qualquer outro país \_\_\_\_ a gente era muito complicado e aí a gente acabou sendo orientado a ser entregue lá no CENIMAR da Marinha, a gente foi pra lá, a gente foi ouvido lá... foi uma coisa muito... \_\_\_\_\_ eu fiquei quieta numa sala, me deixaram cinco horas numa sala sentada, começaram interrogando o Guilherme – que era meu namorado na época – eles fizeram uma coisa horrível com ele porque eles levaram o pai dele que era de uma tradicional família mineira \_\_\_\_ para ouvir o interrogatório, então ele tinha muita.. era muito difícil para ele enfrentar o pai e os militares, e fora que eu fiquei muito mal \_\_\_\_\_ então quando ele saiu de lá eu tive a impressão de que eles tivessem batido muito nele porque ele estava com olho totalmente roxo acabado parece que tinha cinquenta anos. E de lá fomos para \_\_\_\_\_ porque eles falaram: “não.. não vai acontecer nada”. \_\_\_\_\_ primeiro ficamos numa sala nós duas e ele

separado, depois eu fiquei e a Bete foi ouvida e eu fiquei e depois fui eu. \_\_\_\_\_ eles perguntavam sempre a mesma coisa: dez vezes, vinte vezes, trinta vezes e assim era uma coisa um pouco sádica porque eles sabiam que nesse grupo – exceto Ryan(?) marido da Angela que tinha fugido – todas as pessoas já estavam presas, eles já sabiam de tudo, não tinha mais ninguém para entregar alguma coisa assim. Depois disso a gente foi levado para uma sala com as outras meninas que já estavam presas: Míriam, Dora, Angela, Vilma/Dilma(?) \_\_\_\_\_ e aí a gente ficou nessa sala, era uma sala sem banheiro e tudo, toda vez que queria ir no banheiro vinha dois caras policiais/militares com armas pesadas e cachorros... dois cachorros. Eu demorei muito tempo para entender o que eles falavam para o cachorro mas era terrorista era a palavrinha mágica, na mesma hora \_\_\_\_\_ o cachorro... ele pulava... a gente descia por uma porta e descia e ele falava essa palavrinha e o cachorro botava as duas patas assim... bem assim no nosso ombro contra a parede e o cachorro assim... ficava babando, a baba dele até caía na gente e ficava ali...ficava ali por um tempo... eu não sei quanto... para ir no banheiro era isso, toda vez que a gente tinha que sair... todo dia a gente ia para a audiência todo dia... era isso ... era complicado.... e a comida também era muito difícil a gente suportava porque... todos os dias era feijão cheio de bichos, aqueles bichos branquinhos \_\_\_\_ pretos, \_\_\_\_ coró \_\_\_\_\_ tinha a fase de larva e a fase adulto \_\_\_\_\_ e uma carne seca muito dura \_\_\_\_\_ e a gente quase não comia porque era bastante ruim comer \_\_\_\_\_ vocês deveriam comer, vocês não se acham muito duras de um partido e tal. Bem a gente ficou lá e um dia passei mal e estava preso na época também do dr. Vitor Buaziz ele foi preso – mas na verdade ele não era do partido ele foi considerado simpatizante – daí eu passei mal e não tinha medico e me levaram até ele e eu disse que estava grávida, \_\_\_\_\_ em função da gravidez provavelmente, eu achei bom porque \_\_\_\_\_ e aí eu acredito que tenha falado para os militares porque \_\_\_\_\_ eles ficavam fazendo essa tortura psicológica de falar que eu deveria abortar porque com certeza minha filha... eu ia ser presa provavelmente por muitos anos e que minha filha também ia ficar presa, eu acreditava que eu era a pessoa que estava sendo processada e tal mas minha filha não que ela era vítima lá e quando nascesse minha família ia pegá-la e levá-la e foi mais ou menos isso. A gente saiu em janeiro, no final de janeiro – o ano novo a gente passou lá também – e assim eu acho .... bem depois de um tempo que eu estava lá que eu não lembro exatamente quando eu recebi a visita da minha

mãe a família foi visitar a gente. Daí eu acho que talvez aconteceu a coisa mais boita na minha vida porque hoje depois que eu tive filhos e netos eu imagino a dor que a minha mãe teve de não saber se eu filho estava vivo ou morto e minha família foi muito pressionada, praticamente todos os dias tinha polícia na casa da minha mãe, falavam que iam levar minha mãe, minha irmã mais nova, minha outra irmã. Minha mãe queimou todas as minhas coisas, tudo que eu tinha... qualquer livro, jornal, revista, porque ela ficava com medo de que alguma coisa que me incriminasse então ela ficava a noite inteira queimando coisas \_\_\_\_ então antes da minha mãe me visitar foi minha irmã, e minha irmã me deu um bom esculacho, falou que eu era uma destrambelhada, o que eu tinha a ver com isso com aquilo, que minha mãe não merecia aquilo, como eu saía de noite quando não podia, que eu ia estudar na casa de fulano quando eu saía pichar e falei: “você queria que eu falasse o quê? Que eu vou pichar.. que eu panfletar”... e aí quando minha mãe chegou foi uma coisa assim...a gente sempre era ouvido numa sala que tinha uma fotografia bem grande Médici – a gente foi presa no governo Médici – então na hora que ela chegou eu fiquei com medo de que ela falasse alguma coisa porque minha mãe convivia muito com essas pessoas \_\_\_\_ eu fiquei com medo de que ela falasse alguma coisa que incriminasse alguém assim.... e eu fiz assim para ela (nesse momento a dr. Magdalena coloca o dedo indicador nos lábios indicando para a mãe dela não falar) e ela me abraçou e falou: “eu queria que seu avô estivesse vivo porque se ele estivesse vivo você seria o maior orgulho dele” .... eu falei tudo valeu... porque eu tomei consciência da dimensão disso depois que tive filho porque eles falavam assim vou chegar meia-noite e chegava meia-noite e meia eu estava subindo pelas paredes e eu aprendi com ela assim... quando minhas filhas chegavam tarde eu nunca brigava eu abraçava e falava que bom que você está viva foi o que minha mãe me falou: “que bom que você está viva” .... Bem a gente saiu e depois a gente teve que por muito tempo tinha que se apresentar no Rio....e a gente teve o 407(?), que foi um caso ... um julgamento, uma audiência \_\_\_\_ é lá que a gente foi ouvido e foi absolvido então a gente não foi expulso da universidade Marcelo, Gustavo, Angela .... Ryan(?), Rosimar.. \_\_\_\_\_ eles pegaram 407(?) e a gente não \_\_\_\_\_ e depois teve o julgamento que também era uma farsa todo mundo sabia só que você tinha que contratar um advogado super caro eram todos militares \_\_\_\_\_ cada palavra \_\_\_\_ eles ganhavam bastante dinheiro.... e foi isso.

**Professor Pedro:** - Gostaria e agradecer e passar a palavra para Bete Madeira.

**Dra. Elizabete Madeira:** - Gostaria antes assim ... de falar um pouquinho do que foi... já que a gente está na Ufes... com estudantes da Ufes... eu queria falar um pouquinho sobre a Ufes da época que eu cheguei aqui na faculdade... aqui não.. lá...no centro de Biomédicas. Eu vim de Alegre e em Alegre o máximo que eu tinha ouvido falar de ditadura no país que havia Francisco \_\_\_\_ que havia negócio lá em \_\_\_\_que havia discurso de pessoas das pessoas que chegavam... uma coisa assim pegava um caixotinho e subia e fazia um discurso e com isso mobilizava todo mundo.. mas eu tinha o quê? 17 anos de idade.. 16 né em Alegre era o que eu ouvia mais ou menos isso, mas ouvia também em Alegre todo um movimento ... outra situação que existia no país mas aquilo era alguma coisa que eu apenas ouvia não tinha participação de nada. Fui para Vitória, entrei na faculdade e cheguei aqui na Ufes achando tudo maravilhoso, era muito gente, era um diretório acadêmico que funcionava e agitava no seguinte sentido: eu lembro de briga por questão do restaurante, eu lembro de briga por questão contra o acordo médico \_\_\_\_\_ porque na época tirava a autonomia da universidade, era os Estados Unidos mandando aqui dentro, então eu lembro de movimentação nesse sentido e ao mesmo tempo todo o movimento a favor da melhoria do ensino, Magdalena colocou aqui por exemplo a questão do pronto socorro eu acho que a questão do pronto socorro foi um marco maior porque toda a escola inteira se mobilizou....\_\_\_\_\_ eu lembro inclusive que foi um movimento que saiu a noticiuzinha no Jornal do Brasil escrito assim: “É uma luz que se acende no fundo do túnel”. Não sei se vocês se lembram disso... tinha uma notinha no jornal... e também Jornal do Brasil, Folha não dava muito notícia né... era muita coisa que era censurada... eu lembro que não sei se era o Jornal do Brasil quando a notícia era censurada eles colocavam uma receita, outro colocava um poema alguma coisa assim.... Não sei como aquela notícia saiu ... falando... e a gente ficava orgulhosa de ver aquela notícia... mas assim se eu comparar um pouquinho com hoje – acho que Magdalena vai lembrar disso – lá no curso de medicina, por exemplo, quando eu entrei tinha o trote e eu fiquei encantada era uma época que eu gostava muito de ler, então eu fiquei encantada porque o trote.... tinha um diretório e o diretório tinha uma sala imensa cheia de livros de literatura e o trote era uma lista que eu tinha que escolher um livro para doar esse era o trote eu tinha que doar um livro para aquela biblioteca imensa e os alunos iam e pegavam o livro

emprestado e eu via muito essa efervescência cultural do ensino época na escola eu não sei o resto da Ufes mas na medicina era uma efervescência muito grande .... era uma situação maravilhosa. Do ponto de vista do ensino eu lembro que a gente fez um movimento e colocamos um professor inclusive pra fora... porque era um professor que não era considerado como professor, não contribuía para o ensino dos alunos, então teve um movimento contra esse professor e assim foi curioso... depois teve o movimento do pronto socorro que também foi curioso, mas isso a medicina estava – vamos dizer assim – crescendo demais... imagina a faculdade inteira... porque todo mundo se uniu. O diretório tinha coisas assim – que talvez hoje não funcionasse – mas o diretório tinha um jornalzinho a gente tinha um aluno que era da própria escola... colocava uma pilha de jornal assim e colocava do lado uma caixinha e o valor do jornal, todo mundo pegava o jornal e punha o dinheiro na caixinha no final você podia contabilizar que ninguém tinha levado o jornal sem pagar então assim tinha uma situação aqui que era muito rica, era muito importante pra gente que tinha 17, 18, 19 anos então era uma situação rica. Mas evidentemente tinha toda uma luta também em relação a questão do movimento em relação a ditadura que estava instalada no país, a questão de ter que lutar contra a ditadura, não adiantava só brigar dentro da escola os acordos estavam feitos ali para \_\_\_\_\_ não tinha autonomia universitária, então não bastava você ficar no movimento contra o professor, contra isso, contra o pronto socorro havia a necessidade de se ampliar mais essa luta vamos dizer assim. E na verdade foi o que a gente fez, então na época a organização que existia dentro da medicina era o PC do B, ou melhor dentro da universidade, porque não era só dentro da medicina o que existia dentro da universidade era o PC do B, eu posso até dizer hoje – olhando pra gente naquela época – que se tivesse o \_\_\_\_\_ teria sido se tivesse o \_\_\_\_\_ teria sido eu acho que naquele momento era o curto canal possível ali pra gente está lutando contra a situação que estava instalada no país, e eu acho que a gente encarava aquilo muito como “tem que ser”, “tem que lutar”, a gente não pode deixar isso, a gente não pode ser conivente com isso, temos que lutar contra isso e a única forma de lutar era para nós pensar na lógica de hoje era até muito pouco né... dentro da universidade o quê? Era um jornalzinho dizendo: “o país está avançando na ditadura e nós não podemos aceitar isso”, era coisa desse gênero: “abaixo a ditadura” ou “estão querendo acabar com a autonomia da universidade” quero dizer “já acabaram com a

autonomia da universidade” então esse era o espírito da coisa porque se você pensar hoje não teria nem sentido pensar que teríamos sido presas, fichada ou coisa do gênero mas era a realidade da época. E também assim a gente convivia com um medo – vou usar essa expressão – um medo assim: se você juntar cinco pessoas era considerado subversão. Então se você juntasse cinco pessoas você ficava olhando para os lados pra ver se alguma coisa ia acontecer então a gente convivia com um medo. Mas após o movimento do pronto socorro que a faculdade inteira se mobilizou – estou vendo aqui Dora e Mariana que na época era da faculdade e que deve ter participado de todos os movimentos lá da época – e que a gente fechou mesmo a escola, vivemos numa greve geral com manifestação na rua, fomos para a câmara de vereador... depois disso tudo conseguimos não fechar o pronto socorro ao mesmo tempo também a medicina tinha produzido um pouco na cidade de Vitória a área cultural também... hoje eu penso assim \_\_\_\_\_ nós trouxemos \_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Clementina de Jesus nós trouxemos vários autores da \_\_\_\_, nacionais e que a gente fazia todo esse movimento aqui então era tudo muito intenso e eu só tinha 18, 19 anos era de uma intensidade total aquele negócio. Bom depois dessa situação toda – assim se eu lembrar de alguém – eu lembro de um movimento contra ... junto a câmara de vereadores eu lembro que um aliado nosso nesse movimento foi o Cléber Falcão que era um vereador da época nem sei se alguém já ouviu falar em Cléber Falcão mas existia o Cléber Falcão que na época apoiou o movimento da medicina ... e eu lembro também como repressão dentro da escola era \_\_\_\_ Abreu que era o professor \_\_\_\_ Abreu mas que era um fonte de repressão ali dentro, ele ia no diretório, ele reunia todo mundo ele dizia que ia fazer e acontecer e não sei o quê... e existia a figura sempre citada de \_\_\_\_ Monteiro também me recordo desses nomes da época como os nomes mais tenebrosos... vamos dizer assim... Bom depois passado um tempo dessalutra do pronto socorro coloca aí uns dois meses não muito tempo eu estava em casa num sábado um colega – que é até médico aqui hoje que é o amigo César Nascimento – foi na minha casa e me disse que tinha sido preso o Marcelo e Míriam na rua Sete. Eu no auge dos meus 19 anos nem achei que aquilo ia atingir uma pessoa que só disse “abaixo a ditadura” ... assim existia essa possibilidade mas achei que afinal de contas a gente não tinha feito tanto assim... Mas mesmo assim fui atrás da Magdalena e falei pra ela inclusive achei que o Guilherme tivesse sido preso também porque estava no mesmo lugar que as

peessoas haviam sido presas e saímos para estudar... pra ver que coisa né saímos para estudar.... e saímos para estudar e vimos na rodoviária – porque eu morava perto da rodoviária – um colega da faculdade e fomos até ele que disse que tinha visto Guilherme e daí começamos a fugir e daí compreendemos um pouco mais... porque demorou um pouco para entender a extensão do negócio... e fomos fugir... fomos para Cariacica como ela falou, voltamos porque não tinha o que fazer em Cariacica, não tinha dinheiro, roupa do corpo, não tinha como voltar em casa então começamos ali a fugir... Pedimos ajuda – não tem jeito vamos ter que pedir ajuda a alguém \_\_\_\_ vamos também ser presa – nisso a informação era que todas as saídas de Vitória estavam fechadas, tinha uma lista com nossos nomes que paravam todos os ônibus que passavam, em tudo quanto era canto estava tudo fechado e que era melhor nem tentar sair aí como ela falou a Graça Ruy \_\_\_\_ nós fomos para uma casa na Barra do Jucu, ficamos nesse local na Barra do Jucu porque era uma situação meio início... vamos dizer assim então a gente não sabia que horas que chegaria alguém, se chegaria, se não chegaria, se seríamos presas, se não seríamos presas então naquela insegurança absoluta até encontrarmos infelizmente cinco meninos dentro de um carro da escola que estavam matando aula que foram para praia na Barra do Jucu. Então consideramos que era um lugar arriscado porque confiar em cinco pessoas – apesar deles terem dito que sabiam do risco e que não contariam para ninguém – a gente achou que era arriscado em confiar em mais cinco pessoas e saímos pelas ruas \_\_\_\_\_ e fomos parar em Cachoeiro..pelas ruas não, pelas estradas fomos parar em Cachoeiro... e em Cachoeiro como a Magdalena falou Mauro Madureira ajudou, fomos até Campos e de Campos fomos até o Rio aí também a gente não sabia para onde ir, daí foi assim que conheci o Rio de Janeiro, fiquei tão alegre de conhecer o Rio de Janeiro, eu me recordo que quando eu desci no Rio essa daqui me abraçou e disse: “Bete o Rio de Janeiro nos salvou” menos de uma hora depois estávamos dentro de um quartel militar, menos de uma hora depois \_\_\_\_\_ total mesmo né... Foi essa estória mesmo que ela falou, fomos parar no Cenimar pra você ver isso tem mais de 40 anos, eu conheço a Magdalena desde a época da faculdade e até hoje convivo com ela regularmente, com a Angela eu convivo menos tempo, minha filha um período mais outro menos mas também convivemos com todas as outras pessoas e nesses 40 anos eu nunca ouvi Magdalena falar o que ela passou, eu nunca ouvi Angela falar o que ela passou,

por alguma razão nós nunca mais falamos uma com a outra sobre o período que passamos aqui, não sei dizer o porquê na verdade mas aconteceu isso. Então nós tivemos experiências totalmente diferentes sob alguns aspectos, por exemplo, quando chegamos no Cenimar Magdalena falou “eles me deixaram sentada” comigo já foi diferente, eles me interrogaram muito e foi bastante agressivos inclusive, mas por uma questão \_\_\_\_\_ existia uma pessoa chamada Eliane Madeira – pelo que eu entendi era uma militante da AP(?) – então Eliane Madeira e Elizabete Madeira no mínimo só podia ser parente ou ..... tinha que ser parente então eles me pressionaram muito e perguntaram muito no Cenimar sobre essa pessoa que realmente eu nunca tinha ouvido falar na vida. Passada aquela fase ali que não foi fácil porque tudo girava em torno de assustar porque as salas eram escuras, os ambientes eram horríveis e as pessoas idem, o que me interrogou era horroroso também então tudo conjugava pra pressionar... sei lá infringir sofrimento. Bom dali nos deixaram vir até Vitória e nós viemos para p 38° BI e quando chegamos no 38° BI me interrogaram muito sobre as questões daqui – como Magdalena disse desnecessariamente – porque quando nós fugimos... quando voltamos tudo já tinha sido dito.. o Fued(?) já tinha inclusive – que foi que entregou todo mundo – ele já tinha dito tudo as outras pessoas nem precisaram falar nada porque ele já entregou tudo que podia ser entregue e como – porque eu e Magdalena, por exemplo, não tínhamos como entregar tudo nós éramos recém-chegadas naquela situação – mas ele não, ele era uma pessoa mais de direção, ele era o capeta vamos dizer assim... se o capeta entregou tudo o que duas meninas de 19 anos podiam entregar... foram desnecessário até tanto no interrogatório, quanto na petição, quanto no \_\_\_\_\_ era desnecessário isso... mas fizeram questão de fazer e no meu caso ainda pegaram essa estória da Eliana Madeira e me pressionaram bastante em relação a isso. Eu me lembro dessas situações do cachorro, da situação de me pegar sacudir e jogar longe felizmente longe era me jogar no sofá que tinha perto da parede e não contra a parede porque muita gente foi contra a parede mas no lugar que me interrogaram tinha esse sofazinho de dois lugares e era ali que me jogavam, eu me lembro de horas e horas parada naquela sala, me lembro de coisas que na minha cabeça eram totalmente ridículas não dava para me atingir, era horas a fio com uma pessoa que abria a porta e fazia: “bluablublula”, abria e fechava aquilo por horas a fio e eu pensava: meu Deus será que isso é um método de tortura? Se for está bom eu

aguento, se for só isso daí eu aguento, está tudo tranquilo. No período da fuga a .... como aconteceu... e Magdalena relatou aqui, na minha casa eu morava com as minhas irmãs, meus pais moravam em Alegre ainda e vieram por causa do meu sumiço, tinha um camburão que ficava... não era camburão era aqueles veraneios, veraneios era o carro típico da polícia... o veraneio ficava em frente da minha casa direto, tinha o capitão – pelo menos disse que era capitão – que entrava na minha casa e ficava lá direto, na verdade eu considero que eles pressionaram muito meus pais também uma coisa desnecessária inclusive no ponto de vista de dizer que eu era muito jovem, que era uma garota e eles não se preocupavam com o que estava acontecendo comigo porque eles tinham deixado vir para Vitória sozinha sem pais uma garota na idade que tinha... fora isso eles levaram coisas minhas, revistaram minha casa, levaram \_\_\_ que quiseram levar, teve situação de espalhar roupa da minha família toda pela rua, então umas coisas assim que eu poderia dizer desnecessária hoje mas que na época era o que funcionava. Tive pressão do gênero também de .. aquela arma maior não sei se era carabina, não sei como eu chamo aquilo, uma arma mais comprida...

- Fuzil

... de fuzil apontado, aquela situação também vai atirar ou não vai atirar, vou ou não vou morrer então essa era a situação que a gente viveu lá dentro. Magdalena falou aí \_\_\_\_\_, não tinha banho de sol, minha família ia lá e sabia que eu tinha chegado lá, tinha certeza que eu tinha chegado lá mas faziam questão de dizer que eu não estava lá “não sei, não está aqui”, também infringia sofrimento na família que não ia contribuir em nada para eles mas faziam questão de fazer isso também. Nós passamos o primeiro período... quando nós chegamos as meninas que chegaram primeiro já estavam numa determinada sala... essa sala sem banheiro, eu lembro que para ir ao banheiro como Magdalena falou tinha que ir conduzida, tinha que ir junto ao banheiro não podia ir toda hora para fazer xixi em horário diferente, eu lembro dessas situações... então foi mais ou menos por aí que a gente passou por isso tudo, depois passamos para uma cela menor, nesse lugar a gente tinha banheiro graças a Deus, era de frente pra pedra do Convento da Penha e eles faziam uma situação assim... chamavam para o interrogatório e depois devolvia, passava um dia achando que acabou tudo e depois voltava e outra vez, e acabou tudo e voltava outra vez, então era mesmo uma situação de pressão e não tinha

mais nada para saber então era pressão mesmo para fazer as pessoas se arrependem... “prestem atenção vocês se arrependam disso”. Mais o quê que eu posso dizer... quando nós chegamos a famosa cobra \_\_\_\_\_ porque a cobra era carioca e já tinha ido embora... eu lembro também do capitão Guilherme não sei sobrenome só sei que era capitão Guilherme ... ele se colocava como capitão Guilherme e também dessa forma aconteciam umas coisas que até hoje não consigo compreender bem, por exemplo, capitão Guilherme chamava \_\_\_\_\_ em determinada situação dando a gritar com a gente “que mulher presa pra mim é homem” quero dizer eu pensava \_\_\_\_\_ pelo amor de Deus... ele gritava isso histericamente aos berros .. eu não conseguia muito entender o quê que queria dizer isso.... o capitão Guilherme era o malzinho mas tinha o major – nem lembro mais o nome do major – tinha um major que fazia o papel de bonzinho, naquela época com 19 anos e acreditava que ele era o bonzinho, no primeiro momento ele fazia o papel de bonzinho então ele era bonzinho mas evidentemente eu conheci um pouco mais.... mandaram o capitão e que major bonzinho é esse.... na verdade ele era o maior de todos do 38° BI são coisas desse gênero que mais ou lembro... Comigo os interrogatórios também tinha uma pessoa que agia como bonzinho e e o outro agia como malzinho. O bonzinho dizia que estava lá para me ajudar, que meu pai que tinha mandado então fazia esse tipo de jogo, então era para contar tudo o que sabia para ele porque a partir disso ele ia tentar ver o que poderia fazer e comigo tinha esse bonzinho o malzinho era o outro que me jogava de um lado para o outro... então esse era o malzinho então... eutô lembrando aqui mais ou menos isso.... Depois saímos e respondemos ao inquérito policial militar foi sediado no Rio na .... \_\_\_\_\_ do exército..um negócio assim... nós tínhamos que ir lá regularmente, tinha que depôr até ter o julgamento, respondemos ao 477 e como Magdalena falou foi na Fafi com Alberto Monteiro(?), também \_\_\_\_\_ tudo naquela Fafi nem parecia a Faculdade de Filosofia de antes, os ambientes eram todos escuros, as janelas que tinham estavam fechadas a intensão era o clima mesmo... o Alberto eu lembro muito de soco na mesa e coisas assim depois saímos respondendo a essas coisas... Um belo dia eu já estava praticamente .. no sexto ano.. formando ... isso tudo acabou vamos dizer assim do ponto de vista do inquérito, saiu o resultado do inquérito e gente recebeu na época para trabalhar uma carta de busca e antecedentes, um nada consta e aí atrás estava escrito assim: “sim consta”. Tinha que ter um negócio

assim para trabalhar e não ter isso era mais uma preocupação..como ia fazer.. já ter recebido... mas saiu essa tal dessa carta... depois quando foi... eu trabalhei na A Gazeta um período e foi tudo bem, não tive um problema na A Gazeta.

**Dra. Maria Magdalena Frechiani:** -Acho que na verdade o que aconteceu foi que quando a gente saiu da cadeia, a gente não conseguia trabalhar em lugar nenhum por ter sido considerado subversivo, a gente estava mais ligada em dar aulas essas coisas, depois todo mundo foi para A Gazeta e eu fui para A Tribuna.

**Dra. Elizabete Madeira (continuação):** - \_\_\_\_\_ imprensa, eu trabalhei na A Gazeta e não tive nenhum problema em trabalhar na A Gazeta depois eu entrei para o Estado. Na primeira fase quando trabalhei no estado eu não tive problema, até entrar no governo do Eurico, quando entrou no governo do Eurico Resende, entrou um secretário chamado Rogélio (?) Faria, aí no governo Rogélio Faria começou \_\_\_\_\_ entrou com processo contra minha pessoa, ele me tirou de trabalhar como médica e me colocou num setor de engenharia. Não, primeiro ele me demitiu, só que ele descobriu que eu tinha estabilidade no emprego, então ele teve que desfazer o ato (a demissão), nem pode me demitir. Aí foi e me jogou para o setor de engenharia, colocou para a chefia lá que eu não podia fazer nada, não podia chegar atrasada, não podia sair para jantar, eu tinha que ficar lá sem fazer nada o dia inteiro, na verdade ele queria me forçar a demissão. Então realmente aí foi um drama, porque eu ia sair e as pessoas diziam: “não, você não pode sair, é um direito seu, você tem que ficar, você tem que aguentar é mais uma provação” \_\_\_\_ agora \_\_\_\_\_ posso chorar porque já se passaram 40 anos. Bom de qualquer forma, eu fui como se fosse assim, como é que falo, a vaca de presépio deles. Ele era anticomunista, antissubversivo, então ele tinha um troféu para mostrar, no caso era minha pessoa. Então eu via algumas pessoas lá as vezes, pessoas do ministério da saúde, pessoas de fora, ele fazia questão de mostrar um dossiê como eu era um gênero de quanto pior melhor , era isso que ele dizia para todo mundo, o quanto eu era perigosa isso e aquilo e mostrava isso para as pessoas. Então era um negócio estranho, um monte de gente tinha medo de mim e ao mesmo tempo pessoas que faziam questão de deixar passar o horário para o secretário sair, aí me chamavam lá no último andar e me diziam: “cuidado, está acontecendo isso, isso e isso e pode acontecer isso, isso e isso”. Aí para aguentar essa situação entrei num curso a noite, aí consegui... nunca fiz um curso tão bem, fazia o curso a noite e no meu horário de

trabalho estudava, aí estudava, estudava, estudava até dizer chega no horário de trabalho, aí foi um mecanismo que consegui superar tudo isso. Nesse período do Eurico, se vocês pararem para pensar, já era um período de iniciar a reabertura, e mesmo assim eu estava numa situação sendo perseguida por uma pessoa que era um anticomunista ferrenho na época. Eu acho que é isso, se alguém quiser fazer alguma pergunta.

**AngelaMilanez:** - Meu nome é AngelaMilanez, eu era estudante na época da Ufes, aqui no curso de geografia, na época aqui na Ufes só tinham três pessoas só quando que participava do secretariado estudantil. Eu não vou falar \_\_\_\_\_ aqui porque Magdalena e Bete já falaram tudo. Uma coisa que eu nem lembrava mais eu acho que eu tenho um pouquinho de trauma do feijão, que na época o feijão era cheio de bicho né Magdalena? E quando eu como feijão em casa e vejo um estranho eu vou lá e tiro, agora que ela me lembrou é por causa desse feijão, então tudo que ela falou ali foi o que a gente passou realmente... Então eu vou falar para vocês da época da minha prisão, o que eu passei, \_\_\_\_\_ Nós acordamos cedinho para vir para faculdade, você não estudava aqui, \_\_\_\_\_ Nós acordamos seis horas da manhã, viemos para Ufes, com aquele monte de papel e colamos ... e voltamos para o centro da cidade cada um pegou um ônibus junto com a turma que a gente estudava, porque naquele horário todo mundo vinha naquele ônibus, então eles tinham que acreditar que a gente estava vindo naquela hora, então foi uma coisa assim de duas horas ou três que a polícia bateu geral em Vitória, \_\_\_\_\_ prendeu gente e foi aquela coisa toda, \_\_\_\_\_ fui embora, quando cheguei em casa já tinha um monte de gente presa, por causa daquela cartinha da UNE que nós colamos. Então era esse trabalho que a gente fazia, pichação, distribuíamos \_\_\_\_\_ de vez quando, uma carta da UNE ... o congresso da UNE era uma vez por ano. Então eu fui presa em novembro, no último dia de novembro, no dia 30 de novembro de 1972 na minha casa, meu ex marido tinha viajado para pegar esse atestado que vocês falaram aí, o nada consta porque ele também era da medicina, ele também ia se formar, ia formar no dia 8 de dezembro, ele viajou de manhã cedinho. Bateu uma pessoa na minha porta, minha porta tinha aquela janelinha que abre assim... aí bateu uma pessoa na minha casa, eu abri e o cara apresentou um documento "Polícia Federal" aí eu me assustei né, eu abri e ele disse: "é porque a gente está precisando conversar com Angela e Ryan(?)" eu falei Ryan não está e eu sou a

Angela, “ a senhora pode nos seguir para prestar uns esclarecimentos”, e eu falei posso né... e meu irmão “eu vou junto, eu vou junto”, e eu falei pelo amor de Deus fica aqui \_\_\_\_\_. Eu peguei e fui lá para Vila Velha mas eles não foram inteligentes na época, porque minha família falou o Ryan/Iran(?) está viajando e ele vai chegar daqui a pouquinho, eles ao invés de um ficar, eles estavam em três, ao invés de me colocar com dois e colocar um na porta, foram os três embora. E nesse período que foram os três comigo o Ryan(?) chega aí minha família falou “pelo amor de Deus, some, some” e Ryan não foi preso nessa época, ele conseguiu ficar na clandestinidade, nós ficamos muitos anos clandestinos, inclusive ele não formou e nós dois fomos para a clandestinidade, nós fugimos lá para o Pará, lá tinha a guerrilha e fomos morar lá, fomos ver se encontrava a guerrilha mas não encontramos não, fomos morar no meio da mata, pescamos peixe pra comer, fizemos uma casinha de estuque e tudo mais... Aí nesse 30 de novembro de 1972 esse policial me levou e quando eu cheguei lá no 38º Batalhão, eu entrei numa salinha e vi todo mundo sentado, o pessoal do PC do B, era todo mundo que eu conhecia, inclusive \_\_\_\_\_ está ali, estava Vitor Buaiz, estava o Fuedz \_\_\_\_\_ todos aqueles meninos tudo preso. Marcelo e Míriam....não é atoa que eu estou fazendo aqui... Aí tudo começou, aquela sessão de tortura, porque no começo foi um período mais ou menos assim de trinta dias que a gente ficou \_\_\_\_\_ colocava um capuz e fazia a gente rodar dentro daquele BI e falava que ia levar a gente para outro órgão para ser torturado, conversavam comigo sem roupa, rasgaram meu vestido e como minha família não sabia onde eu estava eu fiquei mais ou menos quinze dias sem tomar um banho \_\_\_\_\_ a Magdalena chegou depois, mas era aquela coisa horrível, e realmente essa coisa de que tinha que juntar... a nossa cela não tinha banheiro, \_\_\_\_\_ não podia fechar a porta, eles tinham que ficar vendo, parece que eles tinham medo da gente se matar com alguma faca, sei lá eles tinha medo da gente ir lá para o boxe e se enforcar... sei lá... aí passei aquele período todo lá de dezembro e janeiro, no mês de dezembro fiquei nesse negócio de tortura porque ... comigo eles colocaram esse tal de cobra jiboia, eu estava até sem roupa \_\_\_\_\_ para mim vocês são tudo uns monstros, então para mim não fazia diferença, aí o cara falava “vamos enrolar a cobra nela que ela fala tudo” e eu olhei e falei “com essa jiboia? Pode enrolar ela não morde.. pode enrolar” aí ele falou assim “não tem jeito não, essa daí não tem medo mesmo não” \_\_\_\_\_ aí eles desistiram, como ela

falou teve ameaça com fuzil, revólver, sem roupa, sem roupa para mim... eles queriam que eu ficasse envergonhada e contasse mas eu não tinha vergonha deles, porque pra mim eles nem eram pessoas eu não via eles com gente e na época eu era até bonitinha e falei “ah...”, aí isso foi a parte do interrogatório foi sempre assim comigo e teve uma época que eles me levaram para a solitária era uma coisa a parte, tinha uma solitária lá e ele me mandavam ficar sem roupa, eles já mandavam e eu tirava, mas eles me deixavam ficar de calcinha e sutiã .... aí eles pegavam aquele cobertor \_\_\_\_\_ era pleno verão em pleno dezembro em Vila Velha e eles falavam “tem que ficar enrolada nessa capa” tá bom eu enrolo e a gente suava... e ficava interrogando querendo saber das coisas, coisas, coisa e eu não falei nada fiquei mais ou menos uns 20 dias sem falar nada... e no final sobrou eu Miriam e Marcelo, e Miriam era do meu secretariado aí quando eu entrei para falar com Miriam, Marcelo estava acabado parecia que estava... aí eu olhei assim ... e Marcelo falou “Darcy eu acho que a gente pode falar porque eles já sabem de tudo”, “você acha mesmo”, “eu acho”, “então vamos falar”, então vamos confirmar aqui o que eles pedindo, aí chamei o cara e falei “o que é que vocês estão querendo saber” e já estava tudo desenhado já... tá bom eu sou a Darcy, e a Miriam falou eu sou a Mary, e Marcelo era Mateus, só tinha nós três pra falar. Aí eles mandaram fazer um depoimento de próprio punho \_\_\_\_\_ e daí daquele momento em diante nós fomos para a cela \_\_\_\_\_ aí elas chegaram depois \_\_\_\_\_ aí passei por essa tortura. Saímos de lá...um dia eles ligaram para minha mãe e falaram assim “olha minha sogra aqui é o Ryan que está falando” e minha mãe falou “some daqui, some daqui que eles estão atrás de você” e nesse dia que eles ligaram de manhã e eles convidaram minha mãe para ir lá... Aí quando cheguei lá mamãe estava numa sala escura, no meio chorando eu cheguei “o que é isso? O que está acontecendo?” “eles estão aqui me pressionando para falar que o Ryan me ligou hoje de manhã”. Mamãe não ligou \_\_\_\_\_ se alguém ligou para você foram eles. Eles fazem isso aqui de dentro...

## **Entrevista concedida à CV/UFES pela ex-estudante e militante da UFES, Laura Coutinho**

Transcrição: Fabíola Pereira Costa e Nathalia Alves dos Santos

Data: 09/10/2014

Tempo: 1h 43min

Link:

<http://webconf2.rnp.br/p8milb718nr/?launcher=false&fcsContent=true&pbMode=normal>

**Oradora:** Senhora e senhores boa tarde! A Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da Comissão da Verdade da Ufes, tem a honra de recebê-los para a solenidade de abertura da primeira audiência pública da Comissão da Verdade da Ufes, na qual será realizada a eletiva da senhora Laura Coutinho. A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo tem como objetivo resgatar a memória dos acontecimentos relacionados à repressão política no período de 1964 a 1985 ocorridos na Ufes ou com ela diretamente relacionados. Observamos a seguir os convidados da primeira audiência pública da Comissão da Verdade da Ufes, na qual será realizada a eletiva da senhora Laura Coutinho e passamos a palavra para o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes o professor Pedro Ernesto.

**Prof. Pedro Ernesto:** Boa tarde a todos e todas. \_\_\_\_\_ o reitor o professor Reinaldo, a viceretora a professora Ethel, a representante aqui da Comissão Nacional de Anistia, a todas as autoridades presentes e aproveitando para citar também que está presente aqui o presidente da Comissão Estadual da Verdade o doutor Agesandro da Costa Pereira, uma pessoa que \_\_\_\_\_ é alguém que antes de mais nada é objeto de estudo para aqueles que querem pesquisar a História recente do Espírito Santo, a luta e a defesa dos direitos humanos e a luta pela liberdade democrática do Espírito Santo, então não poderia deixar de citar essa presença ilustre aqui nessa audiência. Para iniciar os trabalhos eu gostaria de dizer que a Comissão da Verdade da Ufes foi instaurada pela atual reitoria em março de 2013, nós somos dez representantes que de certa maneira coordena todo o segmento da universidade, existem professores, existem técnicos, existem representantes da Adufes, existem representantes do Sindiupes, existe um representante do DCE,

então a ideia de compor essa Comissão da Verdade atual se deu exatamente por conta de uma demanda representada pela própria Comissão Nacional da Verdade no sentido de que cada universidade brasileira realizasse um trabalho de levantamento interno nos seus arquivos, entre os seus membros sejam eles estudantes, professores e funcionários das graves violações que ocorreram durante o período entre 1964 e 145 1985. Então por iniciativa do professor Reinaldo foi composta essa Comissão e ela tem se debruçado sobre duas questões essenciais desse último período. Uma é o levantamento do acervo documental de órgãos de repressão e de informação que atuaram no Espírito Santo e mais especificamente aqui dentro da Universidade Federal do Espírito Santo, a gente teve um levantamento significativo de documentação do órgão de informação chamado “Assessoria de Segurança e Informação” que funcionou aqui na Ufes de 1971 a 1986 segundos os relatos que nós conseguimos levantar até agora. Outra frente do trabalho é essa que vocês vão pela primeira vez visualizar hoje, nós realizamos paralelo a esse trabalho de levantamento documental, nós temos realizados depoimentos de ex-estudantes, ex-professores aqui da Universidade, nós \_\_\_\_\_ único de entrevistas de pessoas que passaram por aqui num determinado período da História da Ufes durante a ditadura militar, e por uma recomendação de um grupo da Comissão da Verdade que vem se reunindo no último ano, sob o acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade, nós resolvemos fazer uma audiência pública em relação aos casos emblemáticos de graves violações dos direitos humanos. Quando a Laura Coutinho for falar vocês vão entender o porquê dela ter sido a primeira a falar publicamente, porque o caso dela realmente é algo que infelizmente serve para demonstrar qual era a forma, como agiam as pessoas que tomaram o poder a partir de 1964 no Brasil e implantaram a ditadura militar. Então nosso objetivo hoje é esse: objetivo didático, pedagógico e falar, sobretudo, para as novas gerações para que elas tomem conhecimento, para que futuramente não só o depoimento da Laura Coutinho mas todos os outros depoimentos que nós fizermos, esses depoimentos vão se tornar públicos, o vídeo que está sendo feito hoje pela equipe do EAD, em breve estará na internet acessível a todo mundo, o princípio da cultura do acesso que é o quê baseia, o quê fundamenta a Lei de Acesso à Informação, da mesma maneira a transcrição da entrevista dela também, quando apresentar o relatório final, a ideia é que essa transcrição se torne acessível

publicamente na íntegra, para que todo mundo conheça, para que todo mundo escute e compreenda um pouco desse período marcado por lutas políticas, mas, ao mesmo tempo, também marcado pela repressão política no Brasil e especialmente no Espírito Santo. E no Espírito Santo sempre destacando o fato de que a Ufes foi um dos palcos que mais resistiu à repressão política e também conseqüentemente por conta dessa luta pela democracia dentro da Universidade, os integrantes da Universidade foram os que mais sofreram as conseqüências da repressão política durante esse período aqui no Espírito Santo. Com essa abertura as palavras iniciais passaremos aos outros membros da mesa e depois sim vamos 146 escutar o depoimento da Laura Coutinho. Muito obrigado a todos e espero que vocês fiquem até o final para ouvir o relato da Laura.

**Oradora:** Passamos a palavra agora para a vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a senhora Sueli Aparecida Bellato.

**Vice-Presidente da Comissão de Anistia sra. Sueli Bellato:** Boa tarde a todos e todas! É uma satisfação muito grande está presente neste ato, numa abertura de uma audiência pública, eu me dirijo a mesa, cumprimento os membros da mesa e cumprimento a todos os outros membros presentes. Eu tenho muito carinho pelo Espírito Santo, já venho de muito tempo \_\_\_\_\_ Cláudio, \_\_\_\_\_ cumprimentar a todos vocês aqui presentes, somos da velha guarda da Pastoral da Juventude, então, já há muitos anos a gente se conhece, o Perly, pessoas que estão aqui presentes, agradeço o apoio do professor Paulo nos deu para chegar até esse momento e a todos os demais. Antes de tudo queria dizer que era um desejo esse momento de resgate da História, a orientação que a Comissão Nacional da Verdade fez: que as universidades também conceda como seu resgate de conhecimento, é muito oportuno, que isso se transforme no conhecimento, numa recomendação de comportamento para todas as gerações, eu acho que seja essa \_\_\_\_\_ ainda que tenha passado tantos anos, parece que é tarde mas não é, nenhum fruto cai fora de hora, se o nosso momento é agora que façamos bom uso desse fruto que nós estamos colhendo. Eu queria dizer que a iniciativa da Universidade, assim como também, a \_\_\_\_\_ aqui do Espírito Santo, ela antecede propriamente esse momento \_\_\_\_\_ porque nós já estabelecemos, algum tempo atrás, convênios que buscasse na Comissão de Anistia quais as informações que poderia favorecer essa construção aqui do Espírito Santo do resgate da verdade. E quero lhes dizer que é

uma responsabilidade nossa de buscar informações, eu não sei explicar talvez a academia nos ajude, porque existe um número baixo de requerimento de anistia em determinados estados no nosso país perante a Comissão de Anistia. Nós sabemos que a repressão se deu de uma forma maciça em todo o país, no entanto, nem todas as pessoas conhecem o direito que elas tem de reparação dos prejuízos que lhes foram causados, nem todos sabem que essa estória deve ser contada de geração em geração para que ela não mais se repita e nesse sentido o Espírito Santo está dentro desse estágio de situação que apresenta um baixo número de requerimentos. E com a instalação da Comissão eu quero acreditar que vamos ter um novo resultado e nós vamos poder conhecer quem foram os outros perseguidos políticos que não sabiam como expressar por uma lei de licenciamento ou a lei da \_\_\_\_\_ fez com que a gente não contasse essa História, qual é a lei da 147 imposição do silêncio que impediu que as nossas gerações estivessem falando da mesma forma que outros falaram. E se isso acontece em centros urbanos imagine nas populações rurais, como ainda é bem mais difícil de reportar, eu tenho ouvido algumas experiências dos povos indígenas ali é uma outra fase desse ocultamento, da falta de informações que nós precisamos vencer para que amanhã não se tenha a repetição dos erros praticados no passado. Então eu gostaria que nesse momento pedir a licença aos senhores para entregar o relatório do que foi possível construir com a Comissão de Anistia e \_\_\_\_\_ Nações Unidas que favorece o financiamento dessas pesquisas, é uma pesquisa que nós recebemos num conjunto de informações que nos foi fornecido pela Escola de Magistratura daqui do Espírito Santo e da Universidade e nós fizemos um cruzamento de informações como o que existe lá em Brasília, infelizmente, devo lhes dizer que foi baixo o resultado de informações, que aquela relação que vocês mandaram foram pouco os casos que nós encontramos e que foi possível então fazer levantamento de dados e estatísticas. Fica então o estímulo, para que isso seja o início de uma grande jornada, que nós devemos nos empenhar todos como sociedade para buscar onde estão as outras informações independente do requerente querer entrar com processo \_\_\_\_\_, há pessoas que não querem entrar, entendem que é uma situação \_\_\_\_\_. Nós temos tido na Comissão uma posição de incentivo as pessoas, que elas entrem com o requerimento independente se elas querem reparação econômica, isso é um outro passo. Mas nós sabemos que o Estado

brasileiro deve um pedido de desculpas a essas pessoas e isso deve ser feito \_\_\_\_\_ a própria vítima não deveria abrir mão de que Estado reconhecesse os erros que praticou. Esse é um desafio que está dado a todos nós, então quero dizer que é incipiente mas foi feito com muito carinho o registro que foi pela Andreia, inclusive uma colega nossa que já tinha trabalhado na \_\_\_\_\_ hoje é professora do ensino médio de Brasília e que se empenhou com muito carinho no cruzamento das informações pesquisando nos arquivos da Comissão. Eu faço essa entrega e queria convidar também os representantes, se me permitem da Escola de Magistratura para fazer a entrega do relatório deles. ... É um ensaio para ficar melhor.

**Vice-Reitora Prof.<sup>a</sup>Ethel Leonor Maciel:** Boa tarde a todos e todas! Não vou fazer uma fala institucional mas uma fala mais pessoal, eu quero agradecer ao nosso reitor, a Sueli, a todos os membros da Comissão da Verdade eu queria especialmente agradecer a Laura, acho que como mulher não é simples chegar na frente de tantas pessoas e dizer coisas que aconteceram como ela vai dizer, então eu quero parabenizar e agradecer a Laura pela coragem de se colocar diante de todos nós e dizer as coisas que aconteceram. Eu acho isso muito importante e nós só vamos conseguir desvendar o que realmente aconteceu se as pessoas tiverem 148 coragem de se colocar e dizer. Acho esse momento ímpar e importantíssimo e também quero dizer que essa sala é muito emblemática para nós porque também por iniciativa da Comissão da Verdade nós fizemos uma troca da placa, de uma placa simbólica que existia anteriormente nessa sala, e que dava o título Doutor Honoris Causa para um dos nossos ditadores, vamos dizer assim, e substituímos a placa por aquela homenagem a todos que lutaram, muitos deles sentados nessa sala hoje, nessa luta de redemocratização do nosso país. Então esse momento é histórico, esse lugar é histórico e eu quero agradecer a presença de todos e especialmente da Laura. Obrigada.

**Oradora:** Gostaria de registrar e agradecer a presença do ouvidor geral da Ufes, senhor Ricardo Roberto Behr. Passamos agora a palavra para excelentíssima deputada federal IrinyLpoes. Exmo.

**Sra. Deputada Iriny Lopes:** Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar a todos e todas em nome da Sueli e dizer da importância dessa Comissão no nosso país, é muito difícil numa sociedade conservadora e com todas as brutalidades políticas e humanas que vivenciamos no último período da ditadura. Nós

acompanhamos outros países uma constituição das suas Comissões no direito a verdade, nas Comissões de Anistia e direito a verdade, porque todos os povos tem que construir e edificar sua nação de acordo com a realidade da sua História. É muito ruim se nós cruzarmos os braços e deixarmos que a História real se perca e que prevaleça sempre a versão dos vencedores. Então muita coisa foi dita em chamar de “revanchismo”, “não vamos reabrir as chagas do passado” mas quem vivenciou aquele período não teve as suas chagas fechadas, quem sabe agora possamos de fato fechar as chagas do Brasil fazendo o reconhecimento devido a todas as pessoas que entregaram a sua vida de alguma forma para salvar a democracia no Brasil. Muito obrigada.

**Oradora:** Passamos a palavra agora para o reitor da Ufes o professor Reinaldo Centoducatte. **Reitor Prof. Reinaldo Centoducatte:** Boa tarde! Quero em primeiro lugar saudar a Laurinha e saudar a todos aqueles que enfrentaram com energia e disposição necessária a ditadura que se abateu nesse país. É certo que aquele momento uma batalha foi perdida mas por vocês e todos aqueles que permaneceram a luta nós ganhamos a guerra, a guerra foi ganha, o Brasil hoje \_\_\_\_\_ consolida o Estado de Direito Democrático e isso muito se deve a pessoas como você que enfrentou a ditadura militar. E novamente mostra essa coragem, essa fibra, ao externar em depoimentos públicos o que se passou com você, que se passou com amigos e amigas naquela época de terror que foi implantado aqui nesse país. Muito obrigado, muito obrigado mesmo por você ser uma resistente, uma batalhadora, uma guerreira no momento que foi necessário essas atitudes, aqui tem você, tem Perly que são exemplos e pode ter certeza vocês iluminaram um caminho, com exemplo, com luta, com determinação de muitos que vieram depois de você, uma geração com um pouquinho de diferença que veio com uma outra fase, com outras disposições e em outros momentos que por vocês e com vocês a sociedade brasileira conquistou o Estado de Direito Democrático. Eu quero saudar aqui a professora Ethel nossa vice-reitora, a deputada Iriny Lopes minha amiga e também uma defensora importante dos direitos humanos, a nossa Sueli Aparecida Bellato vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, muito obrigado inclusive pela contribuição documentada que a senhora nos entregou, ao Pedro Ernesto e a todos os membros da nossa Comissão que tem trabalhado com muita dedicação, muito rigor, muita disposição e muita competência para trazer a verdade,

a luz daquele do que aconteceu nos anos 60 a 80. A nossa Universidade não poderia se omitir em hipótese alguma nessa fase da conduta nacional em que a História vai ser .... os momentos históricos vão ser pesquisados, vão ser desvendados e servirão de modelo, de exemplo para que nós não permitamos que fatos como ocorreram na década 60 tornem a acontecer, acho que o amadurecimento na nossa sociedade, a tomada da consciência da cidadania ela pressupõe e faz com que a maioria da população brasileira resista a qualquer tipo de ação que atente contra a democracia \_\_\_\_\_ representa para todos nós um enfrentamento, um exemplo de pessoa que sempre esteve a frente das movimentações, das lutas através da sua representação, na OAB, como também um auxílio, um exemplo a ser seguido então dr. Torezani muito obrigado também pela sua presença nesse momento de extrema importância para nossa Universidade. Eu espero que o depoimento da Laurinha e o consequente trabalho da nossa Comissão se junte aos demais trabalhos das demais Comissões espalhados por esse Brasil afora e ofereça a possibilidade dessa História ser escrita a partir dos fatos relatados e comprovados por cada um de vocês, essa é a História que permitirá que o passado de opressão seja banido de uma vez por toda do nosso país, muito obrigado a todos vocês.

**Prof. Pedro Ernesto:** Então dando início a parte eletiva do depoimento, foi passado para a Laura Coutinho para que ela iniciasse para que ela falasse um pouco da entrada dela na Universidade, qual curso que ela fez, o que aconteceu com ela, quais os problemas que ela teve aqui a partir do momento da prisão dela, tudo o que ela passou durante esse período da prisão aqui no Espírito Santo, em São Paulo e também que ela falasse o que aconteceu com ela quando ela voltou para o Espírito Santo e quando ela reingressou na Universidade.

**Sra. Laura Coutinho:** Boa tarde a todos, eu agradeço a oportunidade que essa Comissão da Verdade a Universidade Federal do Espírito Santo nos permite relatar, registrar do período crítico da História desse país, e que nós tivemos a oportunidade de vivenciar a duras penas e que na maioria das vezes nós não tivemos a oportunidade de estar relatando muitas vezes porque nós não nos sentimos aptos e ainda preparados para fazer esse registro, não obstante, estivéssemos tido a oportunidade há uns cinco anos atrás na gestão do Presidente da Assembleia Legislativa Claudio Vereza, foi a primeira pessoa que oportunizou que nós pudéssemos relatar as nossas vivências e as nossas experiências, mais que isso,

desabafar e posicionar como realmente vítimas de um processo histórico quando a gente era visto como vilões da História. Então nessa oportunidade da Assembleia Legislativa na gestão do deputado Claudio Vereza a quem eu quero publicamente agradecer e que iniciou esse processo de resgate do que realmente aconteceu no Brasil e aqui no Espírito Santo. Merecidas honrarias a quem \_\_\_\_\_ deu a oportunidade de já nem tão jovens pudessem ter essa oportunidade de relatar o que realmente ocorreu e que inclusive virou documento, o primeiro documento do estado que “As Ditaduras não são Eternas”, e que nós aguardamos deputado ainda a nova versão, nós sabemos do seu interesse, da sua luta, de tentar levar para maiores espaços esses registros para que as pessoas nunca se esqueçam e que a ditadura nunca mais aconteça nesse país, nesse estado. Continuando com a minha história, eu sou de uma família de classe média, filha de um viajante comercial na época cacheiro viajante e de uma professora primária de quem herdei os princípios da democracia, minha mãe professora do advogado Homero Mafra que tive a oportunidade, numa reunião, ele dizer que a velha mestra formou homens de mentalidade verdadeiramente democrática, então na minha família a gente tinha noções de justiça social, de democracia internamente mas eu tinha dezenove anos de idade eu ingressei a Universidade Federal do Espírito Santo no curso de odontologia. Em 1969 vivíamos do período autoritário, em 1971 no segundo ano da Universidade Federal do Espírito Santo, o curso de odontologia na época funcionava na ladeira São Bento no centro da cidade, eu namorava o estudante de geografia João Amorim Coutinho que estudava na Fafi também na Universidade Federal na avenida Jerônimo Monteiro e nós trabalhávamos no projeto – por ironia do destino – um projeto chamado “Projeto Assismo(?)” que era integração do exército e comunidade, onde a gente trabalhava num bairro chamado Porto de Santana ali em Cariacica. A gente costumava dizer “Porto de Santana onde a miséria acordou e a felicidade abortou”, a gente sentia – numa visão meio poética – mas a gente sentia nitidamente as injustiças sociais, as discrepâncias sociais naquele bairro onde aquela população, a maioria dela vindo do interior na época do êxodo rural, envolvidas, estimuladas pelos grandes projetos desenvolvimentistas deste Estado, vinham para cá em busca de emprego mas não tinham mão de obra especializada, eles acabam entregue a própria sorte excluídos de todos os direitos sociais da época permitido. Então a gente começou a perceber que aquilo não era uma coisa

que a gente poderia aceitar e baseado naqueles princípios democráticos da nossa origem, a gente começou a insurgir contra isso mas mais a nível de movimento estudantil tentando levar conhecimentos: de higiene pessoal, de garantias sociais nas quais eles poderiam ter acesso, nada mais do que isso, apenas uma visão romântica de uma sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária. A partir dessa militância social a gente também veio associada a isso veio a militância política, militância política não é uma militância organizada é uma militância mais romântica dentro daquilo que a gente acreditava ser justo e passamos a serem procurados, tivemos contatos com algumas pessoas que eram organizados e que tinham realmente uma militância mais efetiva contra a ditadura que tinha se assolado naquele país. Então o meu marido – eu não era organizada – ele era organizado era ligado a Ala Vermelha do PC do B onde a gente recebia algumas pessoas ... a nossa casa era um fronte de resistência daqueles estudantes menos privilegiados em termos sociais onde RU só funcionava de segunda a sexta, então sábado e domingo essas pessoas tinham que se alimentar então o local de encontro era a minha casa, então esse local de encontro passou também a ser um local de discussão política, de discussão política que passou a ser uma prática também de reação aquele Estado autoritário que nós vivenciávamos. Em março de 1971 nós fomos presos, eu morava em Vila Batista um bairro pobre da região de Vila Velha, onde nós fomos....no dia que a gente foi preso, a gente tinha visto um movimento muito grande de carros aqui em Vitória que até então não era muito comum, Vitória naquela época era uma cidade que tinha pouco movimento, tinham poucos carros então a gente viu muito aquelas caminhonetes C-14, umas caminhonetes que eram utilizadas pelos aparelhos de repressão de Rio e São Paulo e o companheiro da gente de São Paulo que estava nos visitando na época, eles estavam na clandestinidade e eles precisavam se tornar legais. E para tanto, eles vieram para o Espírito Santo para ver se conseguíamos uma forma de conseguir documentação, para vocês verem não era tão romântico assim, tinham umas questões práticas que precisavam ser solucionadas e eu... seria até piegas dizer isso, mas minha vontade era muito grande, descobriu-se naquela época que formulários de certidão de nascimento eram vendidos em papelarias então a gente comprou alguns formulários de certidões, fizemos umas 152 certidões legais e através dessas certidões legais nós trouxemos as pessoas para que fizessem uma documentação legal e saísse da

clandestinidade. Então a gente percebeu aquele movimento muito estranho de muitos carros e fomos para casa levando dois companheiros que aqui estavam para resolver essa questão documental. Lá chegando, umas duas horas da tarde mais ou menos, bateram na porta da nossa casa nos procurando, pessoas clandestinas... é, a paisana, pedindo que a gente fosse ao 3º BC para prestar depoimentos sobre uma questão estudantil. Quando nós chegamos lá no 3º BC, tinha mais outras pessoas aqui do Estado, quero registrar na época: o economista Antônio de Caldas Brito, Aristide Monteário, Francisco Feitosa Norberto(?), José Fernando Destefani, que era um estudante de engenharia daqui da universidade, já presos por um período que houve com o desmantelamento da esquerda de norte a sul, então uma pessoa que tinha sido presa em São Paulo, tinha entregue o pessoal daqui de Vitória, foram nove pessoas presas, ficamos 9 dias presos aqui no 3º BC, e aqui, é bom que se registre, embora a gente tenha visto depoimentos e registros da jornalista Míriam Leitão, que ela tenha sido torturada aqui no 3º BC, naquela época nós não fomos torturados aqui pelo exército aqui, porém, ficamos uma semana aqui depois fomos levados em avião da FAB, para São Paulo, porque as pessoas que foram primeiro, primeira as que foram presas da ala, foram pessoas de São Paulo, então nós fomos levados para São Paulo, para acareação. Era comum na época – o professor Pedro Ernesto diz lá que o aparelho repressivo que existia aqui na Universidade – a coisa é tão concreta que existia na época era uma prática dos órgãos de repressão, inscreverem pessoas, tinham matriculadas na Universidade pessoas infiltradas, exatamente para poderem identificar as pessoas, os universitários que tinham militância política. Na minha classe tinham três oficiais do exército que estudavam odontologia, e eles que, eu imaginei que não me tinha acontecido nada aqui no exército, porque eles sabiam que eu estava grávida, inclusive um deles foi me visitar lá na cela do exército e dizia, Laurinha, pode ficar tranquila que não nada vai acontecer aqui porque nós sabemos que você tá grávida e nós respeitamos muito a maternidade. Nada vai ser feito com você. Aqui realmente não aconteceu nada, fomos levados para São Paulo, e lá nós fomos direto para a Operação Bandeirantes, na rua \_\_\_\_\_, a Operação Bandeirantes era uma organização paramilitar, onde tinham policiais da marinha, da aeronáutica e do exército, eram três equipes, A, B, C e tinham componentes dessas três forças militares, né, então lá nos chegamos, fomos levados pelo hospital militar, fiz um atestado, fiz um exame de urina que

comprovou que eu estava grávida, e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada seria acontecido comigo porque eu estaria grávida, por estando grávida que eu seria poupada. Porém, a Operação Bandeirantes, por ser uma organização paramilitar, não era um quartel era uma extensão do quartel mas era uma casa comum na rua \_\_\_\_\_ em São Paulo, onde era uma casa comum, mas com muros altos, cercada por muros altos e como toda casa você consegue ver toda a movimentação que existe. Nós ficávamos em uma cela de mulheres, onde tinha a cela dos homens próxima e acima de nossa cela tinha a sala de tortura. Então, durante o dia que a gente chegou e durante o início da noite a gente ouvia constantemente grito de pessoas, barulhos de queda, de copos, a gente, o tempo todo vivia como se estivéssemos em um filme de terror. Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse, esse documento que provava a gravidez, eu fui chamada, eu fui levada para o segundo andar onde ocorria a tortura e o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado e eles tentaram negociar com ele que eu fosse poupada desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que eles queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar. Que tipo de tortura? É, eu, eu não quero me colocar como vítima desse processo, mas eu acho que a gente tem que deixar claro que realmente aconteceu, principalmente para as novas gerações, para que, fique claro que para manter o Estado autoritário, eles não poupavam ninguém, e usavam todos os instrumentos, por mais cruéis que eles fossem. Eu fui torturada com palmatória, com choque na vagina, com choque no seio, com choque na língua. Fui ao pau-de-arara só aguentei 5 minutos no pau-de-arara e desmaiei, e fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Quando terminou a sessão de tortura, eu na realidade, eu como não era organizada eu não tinha muito o que entregar, então na realidade o que a gente sentia era sadismo dos torturadores, né. Davam pra ele saber que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar pra eles ali, na realidade o que eles queriam, é mesmo era exercitar o sadismo e o poder e o autoritarismo. Então quando terminou de madrugada essa sessão de tortura eu não conseguia andar, fui engatinhando, descendo as escadas para a cela, engatinhando, e nesse processo os torturadores ofereciam arma, “não quer se suicidar?”, “tem aqui um revólver você não vai sair daqui com vida”, “você pode resolver logo isso agora”. Voltei para cela sentindo muito dor e lá as companheiras ... vale registrar aqui o

grau de solidariedade que a gente encontrou junto aos companheiros e outros militantes que cuidavam da gente quando a gente chegava depois dessas sessões de tortura. Na cela quando a gente ficava não tinha banheiro, era um quarto adaptado, e de madrugada quando cheguei fiquei sentindo muita dor, não tive sangramento nem nada mas com muita dor e de manhã quando foi aberta a cela para que a gente fosse no 154 banheiro eu senti um peso descendo, era o bebê que eu tinha perdido naquela sessão de tortura. E lá fiquei uma semana sangrando sem ter qualquer assistência, o modess\* (absorvente íntimo) que a gente tinha era o jornal que a gente amassava e botava para poder – nem papel higiênico a gente tinha – usar como absorvente. Depois de uma semana como eu comecei a ter febre muito alta, nos levaram para o hospital militar onde fui submetida a uma curetagem e depois voltei para a Operação Bandeirantes onde ficamos mais um mês, depois da Operação Bandeirantes nós fomos para o DOPS onde foi feita a parte jurídica do processo. O tempo que a gente ficou na Operação Bandeirantes nem atestado de carceragem eles nos deram, não nos forneceram, como era uma organização paramilitar então não era legal nem atestado de carceragem a gente conseguiu. Ficamos lá dois meses e meio depois fomos liberados e voltamos para Vitória, quando voltamos para Vitória a gente não conseguiu nem o abono das faltas, nem daquele período que a gente tinha o atestado de carceragem: que era o período que ficamos no DOPS que foi feito a parte jurídica do processo. Porque tinha um cidadão na Universidade que funcionava na Fafi – na Faculdade de Filosofia – que era o senhor Alberto Monteiro que era o representante dos órgãos de repressão na Universidade, e esse senhor ...para que todas as nossas faltas fossem abonadas a gente precisava do aval do doutor, do senhor Alberto Monteiro. Como a gente não conseguiu eu perdi aquele ano de odontologia, que interrompeu a minha formação em um ano, sem contar que nós não conseguíamos nem emprego, tivemos eu e meu companheiro de sermos mantidos durante dois anos pela nossa família porque nós não tínhamos. nem .. era como se tivéssemos uma peste e fôssemos leprosos, a exclusão era tanta que os próprios amigos e companheiros, quando sentávamos perto deles no restaurante universitário eles se levantavam com medo de ser comprometidos e serem associados a gente. Depois de formada, ainda no regime autoritário, fiz um concurso para o antigo INAMPS, não consegui porque mesmo tendo sido aprovada no concurso... a gente tinha que levar para poder assumir todo

emprego público um atestado de ideologia e a gente não conseguia esse atestado, uma vez que, a gente tinha essa peste(?) de ter sido preso político. Eu peço desculpas a vocês por não ter conseguido manter a coerência porque falar sobre esses temas, embora seja importante, e eu acho que estou aqui até por um dever de cidadã, um compromisso que eu tenho com essa Universidade, que me deu essa formação, de fazer esse registro mas é extremamente doloroso porque lembrar desses fatos é viver o sofrimento de toda uma época, é o retorno daquela quebra daquele sonho pueril de uma juventude. Quero também dizer que essa sequela me acompanhou, a vontade de engravidar era tão grande que mesmo em situações condições inóspitas e sabendo que a gente não tinha nem como sobreviver, eu e meu marido, nós mesmos a gente dependia da família da gente para poder sobreviver, a gente tentava engravidar não evitava neném nem nada e por duas vezes eu engravidei e perdi espontaneamente. Eu tive três abortos, além desse filho meu que foi morto nos cárceres da ditadura, eu tive dois abortos espontâneos, na época eu era cliente da doutora Maria Gleides que era mulher do deputado e médico Max Mauro ela dizia: “Laurinha você não tem nada, você não tem nenhum problema para manter essa gravidez, essa questão é terminalmente psicológica”. Então além da perda desse filho, a perda da liberdade democrática, dos direitos políticos, na medida que você faz um concurso, passa nesse concurso e não consegue assumir esse emprego é uma perda, além disso tudo a discriminação que você e sua família passavam por conta desse episódio em sua vida. Então ... depois também minha filha Lúcia Coutinho que é jornalista e professora dessa Universidade Federal do Espírito Santo (não)\*, de Juíz de Fora, também foi aluna dessa Universidade e ela estudante alguns colegas falavam “Lúcia minha mãe mandou que eu não podia conviver com você porque você é doida igual a sua mãe”, a \_\_\_\_\_ não acompanhava só a gente, acompanhava também os filhos, meus filhos também foram vítimas e até hoje a gente sente que as pessoas te olham de uma forma enviesada por conta dessa trajetória. Nem todos tem o alcance do que se passou naquela época, foi um período triste na História desse país e que precisava que alguém tivesse alguma atitude contrária do que estava acontecendo, nossa contribuição foi apenas de se insurgir contra aquele Estado, que a gente sabia que não era Estado de Direito. Na realidade a gente nem tinha muita consciência política como hoje, porque os meios de comunicação era engessada e como bem disse a deputada Iriny “a História

precisa ser revista do lado daqueles que vivenciaram isso e não do lado daqueles que tiveram proveito, que tiraram proveito”. Então assim, eu estou à disposição se vocês tiverem algum questionamento, eu acho que estou perdendo a linearidade da minha explanação mas me coloco à disposição que vocês tiverem. Obrigada.

**Pedro Ernesto:** Quero novamente agradecer a Laura Coutinho por essa aula de cidadania, de democracia que você acaba de dar é realmente... eu particularmente chorei e perdi a linearidade imagine você que está lembrando disso tudo, que passou por tudo isso. Então quero novamente agradecer, você está fazendo um serviço tremendo, sobretudo para os mais jovens, sobretudo sobre uma época do nosso país que a gente viveu uma onda conservadora crescendo, o discurso do ódio, da intolerância, do racismo, da homofobia se tornando quase um censo comum no meio da sociedade \_\_\_\_ e até mesmo da imprensa, ouvir você falar isso, ouvir a sua firmeza, ouvir a sua convicção, ouvir a sua certeza de que a democracia tem que ser preservada eu acho que é fundamental e é por isso que eu imagino que foi o objetivo de toda a Comissão de Verdade da Ufes, do Paulo Velten, do Luis Cláudio, da Rita, de todos os componentes do \_\_\_\_ que está aqui, de todas as pessoas que trabalham junto a Comissão da Verdade, a nossa ideia quando passamos para o reitor, para o professor Reinaldo e a professora Ethel era exatamente esse, de que as pessoas, sobretudo os mais jovens tem contato com essa História, porque é algo... é importante você conhecer os livros didáticos, mas você ouvir uma pessoa relatar, é algo que marca. É extremamente importante para aprofundar esses princípios democráticos. \_\_\_\_ em fim, eu vou repassar a palavra para o Prof. Luiz Cláudio, que pediu e se mais alguém quiser fazer mais alguma pergunta, alguma colocação, algum questionamento, por favor, o microfone depois do prof. Luiz Cláudio.

**Professor Luiz Cláudio:** Boa tarde a todos. Boa tarde Coutinho, muito obrigado pela presença. Agradeço por contribuir com o trabalho da nossa comissão. A respeito da sua fala, a senhora declarou que haviam pessoas que eram colocadas como colegas, estudantes do curso de odontologia. Eu queria saber como é que essas pessoas, se a senhora tiver essa informação, se eles faziam os vestibulares, que tipo de convivência haviam com essas pessoas, se era possível identificar essas pessoas durante o curso uma vez que uma até se revelou na prisão, foi visitar a senhora.

**Laura Coutinho:** Na realidade, eles não se identificavam como policial infiltrado né. Eles se identificavam como pessoas do exército, eram oficiais do exército, não \_\_\_\_ do exército. Pelo menos ele não faziam vestibular. Acho que eu não sei se até hoje ainda eles tem esse direito, ainda tem essa...eles não faziam vestibular. Eram oficiais que tinham cotas, tinham vagas para...O comportamento deles era normal, de um aluno normal mas a gente nem imaginava que eles estavam lá com essa função até ocorresse a nossa prisão. Mas tinham, né, eu acho que em outras escolas tinham também outros policiais infiltrados mas que não fossem do exército. Mas os que eram do exército - \_\_\_\_você lembra disso, da época que a gente fazia odontologia? Eram transferências, não eram?

**Professor Luiz Cláudio:** A senhora lembra recorda o nome dessas pessoas? É capaz de identificar?

**Laura Coutinho:** Eu me lembro o nome, Vitor \_\_\_\_ de Vila Velha. Ele ainda mora em Vila Velha e Vicente não sei o sobrenome do Vicente. Pelo menos desses dois nomes eu lembro.

**Professor Luiz Cláudio:** Eram alunos do curso de odontologia?

**Laura Coutinho:** Eram alunos do curso de odontologia.

**Professor Luiz Cláudio:** Eram alunos do curso de odontologia, portanto a gente teria como identificar essas pessoas.

**Laura Coutinho:** Tem, tem! Apenas, a gente chegar, pegar as matrículas do curso de odontologia de 69, 70, 71 e 72, logo que a gente formou. Inclusive o curso de odontologia antigamente tinha no curso de odontologia alguns quadros informando, então é fácil de identificar.

**Professor Luiz Cláudio:** Ok. Minha outra pergunta seria se a senhora, essas pessoas foram presas...se haviam outros capixabas e outros estudantes universitários. Em fim, quem eram essas pessoas que estavam na \_\_\_\_\_, nessa casa\_\_\_\_\_.

**Laura Coutinho:** Daqui do Espírito Santo, todos nós que fomos presos, inclusive deixei o documento com o Professor Paulo Velten, quando foi aberto o Arquivo Público em São Paulo, eu peguei toda a documentação, consegui toda documentação que os nossos interrogatórios da Operação Bandeirante, todo documento que continha o meu nome ou que meu nome foi citado em outros depoimentos da Operação Bandeirante. Posso até esquecer de alguns, mas foram:

João Amorim Coutinho, que era casada na época; Antônio de Caldas Brito; José Fernando Destefani; Paulo Roberto Magalhães; Jair \_\_\_\_, que já morreu; Aristides, que já morreu. Eram oito homens e só eu de mulher na época. Mas tinha também na Operação Bandeirante outras pessoas de outros estados, foi numa época em que até presos policiais infiltrados tinha. Não só daqui do estado, mas do Brasil inteiro. Houve quase um desmantelamento quase que total da esquerda em torno da \_\_\_\_\_ nesse período.

**Professor Luiz Cláudio:** Quantos prisioneiros haviam nessa casa?

**Laura Coutinho:** Aproximadamente, é claro que era rotativo, na época em que eu estive lá umas 30 pessoas mais ou menos. Inclusive, estava até comentando antes do início da sessão, de uma pessoa que foi casada com Paulo de Tarso Venceslau na época, uma pessoa assim que na época a tortura foi tão grande que eles usavam \_\_\_\_ de éter no pé dessa pessoa, que essa pessoa perdeu até o pé em função desse tipo de tortura.

**Professor Luiz Cláudio:** A senhora saberia, \_\_\_\_\_ obviamente não vou novamente tortura-la psicologicamente, descrever da sua cabeça essa sala de tortura como era a composta?

**Laura Coutinho:** Tinha uma cadeira de aço galvanizado, que eles chamavam de cadeira de \_\_\_\_, tinha o pau de arara e era um quarto que eles usavam como sala de tortura e não tinha nenhum equipamento acústico para impedir os gritos não era uma sala que era utilizada com palmatórias.

**Professor Luiz Cláudio:** A senhora acredita que a vizinhança tinha conhecimento do que acontecia ali?

**Laura Coutinho:** Acredito que não, eu não conhecia São Paulo a primeira vez que andei de avião e que eu fui a São Paulo na minha vida foi dessa vez lá, mas eu acredito que não pelo menos que tinha uma movimentação estranha das equipes que se alternavam então e quando eles prendiam um alguém que eles ficavam passando esse vangloriavam fazem o que eles e aquele estardalhaço. Como eu disse tinha equipe A, B, C então quando eles pegavam aqueles, igual a uma vez em que eu estive lá eles prenderam uma pessoa eu sei que o nome de guerra dele era Seixas. Eu não sabia o nome legal dele não sei o nome legal dele nem depois eu sei que veio ele e o filho algemados numa violência, as equipes bateram tanto neles no pátio mesmo da casa que quebraram as algemas. Pra você ter noção da violência

animal deles, eu acho que no pior filme de terror eu não consigo relatar como era de verdade, de fato como eram isso.

**Professor Luiz Cláudio:** Quando a senhora foi transferida para o DOPS as pessoas dentro do DOPS, as pessoas de lá, os trabalhadores de lá, os policiais e os agentes eles tinham conhecimento do que vocês tinham passado nessa casa tortura? Eles se referiam a isso?

**Laura Coutinho:** Não, eles não se referiam, mas lá no DOPS foi muito melhor, apesar de não estarmos livres a gente tinha 30 minutos de banho de sol uma vez por semana mas pelo menos era mais tranquilo, nós tínhamos um coletivo, os familiares das pessoas que estavam presas lá e que moram em São Paulo levavam comida, roupas. Era mais humanizado, se pode falar em cidadania se tratando de estar em uma cela que você não sabia o que seria do futuro. O tratamento no DOPS era mais humanizado.

**Professor Luiz Cláudio:** Agora em relação à universidade, a senhora citou o senhor Alberto Monteiro que era da universidade e ele foi o coordenador da agência de informação, membro do SNI e coordenava o curso de organização e social e política que todos os alunos eram obrigados a fazer. Como era o trato dele com os alunos, com a senhora? Ele passava uma ideia de que a reitoria da universidade estava a par do que estava acontecendo?

**Laura Coutinho:** Sim, ele tinha ligação sim. Ele tinha ligação com as pessoas da Universidade ele era como se fosse um professor da Universidade por exemplo a prótese eu fiquei reprovada fiquei reprovado por falta conseguir passar por nota mas fiquei reprovado por falta. O professor mandou que a gente fosse conversar com Alberto Monteiro para que ele autorizasse o abono das nossas faltas, como Alberto Monteiro não autorizou o professor não abonou nossas faltas e os professores temiam e tinham medo de se comprometer...eles também eram sensurados, os professores temiam. Os professores não tinham total liberdade também não eram só os alunos que éramos monitorados. Na época também monitoravam os professores.

**Professor Luiz Cláudio:** Obrigado.

**Prof. Pedro Ernesto:**Perly. Perly: Quero somente lembrar, que no ambiente naturalmente revolucionário, a acessória de segurança interna era ligada diretamente à reitoria. Quando aplicava o 477 que era o \_\_\_\_\_ da universidade, reunia uma sessão como essa aqui. Portanto não tinha nada

clandestino, Alberto Monteiro era um funcionário conhecido como um funcionário que depois foi visto como professor da universidade, era funcionário apenas como é que ele ficou como professor não sei mas não era só ele, todas as escolas sem exceção já que não dá para lembrar tudo, tinha gente assim. Podia ser um professor, podia ser um funcionário podia trabalhar na RU e cumpria as funções dele, ele não fazia ameaças não. Se você fizesse uma assembleia em qualquer lugar, aparecia além daqueles estudantes que já estavam ali no meio, apareciam pessoas acompanhando. Nas manifestações em toda parte, em todas as universidades sem exceção, e desde 64. Em 64 fizeram um inquérito policial militar, portanto todos os alunos passaram por isso, foram submetidos a isso em 1964. A acessória de segurança interna era de conhecimento da universidade. Assim como botaram o professor Aldemar de oliveira genro aqui nessa universidade, botaram pra fora por \_\_\_\_\_, depois do envolvimento dele ele morreu foi feito o movimento e aqui mesmo eles deram a reintegração depois de morto o Aldemar, então não havia nada clandestino, era aberto e de conhecimento de todas as pessoas.

**Laura Coutinho:** O que falo Perly, o escritório do Alberto Monteiro era ali na \_\_\_\_\_ da filosofia, conhecimento de todo mundo.

**Professor Paulo Velten:** Dr.<sup>a</sup> Laura, apesar da senhora ter relatado que no terceiro batalhão não houveram torturas físicas, a senhora passou por algum tipo de tortura psicológica do tipo que não te atingisse fisicamente mas q fosse usado combinatoriamente de tortura? Essa é a primeira pergunta, a segunda e eu já ouvindo depoimento da senhora sobre o caso do Seixas e eu gostaria de saber se a senhora se recorda do nome da mãe ou da esposa do Seixas. Porque pode ser que a senhora seja testemunha da morte do presidente da comissão de anistia.

**Laura Coutinho:** Era dona Fanir, eu fiquei na mesma cela que a dona Fanir e as duas filhas dela.

**Professor Paulo Velten:** Mas a senhora chegou a ver toda a parte do ocorrido?

**Laura Coutinho:** Eu lembro quando eles vivos chegaram, a vidraça da janela eles pintaram de tinta preta pra ninguém poder ver o que estava acontecendo lá em baixo mas a gente pegou um grampo de cabelo e fez um buraco na tinta pra poder ver. Eu lembro perfeitamente quando a dona Fanir viu o corpo dele, quando o corpo dele tava lá em baixo no camburão a gente começou a bater na cela pra ver se alguém vinha nos atender ela pediu "deixa eu ir lá dar um abraço, eu sei que aquele

corpo é do Seixas, eu queria dar um abraço como \_\_\_\_\_ de toda uma vida" e a gente presenciou essa cena, eu lembro perfeitamente dessa coisa na cela que a gente ficou.

**Professor Paulo Velten:** E quanto a tortura Professor e quanto tortura psicológica?

**Laura Coutinho:** A tortura psicológica assim né a gente só comer banana ele só dar um banana verde pra gente era única alimentação que a gente tinha. Não nos deixava tomar banho, nos ridicularizavam, diziam q a gente nunca ia sair de lá, diziam "seu marido está sendo torturado, daqui a pouco venho ficar com vc aqui na cela" essas coisas assim de abuso mesmo da questão de gênero mesmo.

**Sueli Bellato:** Só para que todos entendam o caso que a Laura Coutinho: está citando do Seixas. O Seixas era um comandante de uma das organizações de esquerda que foi preso. Saiu no jornal sobre a morte dele antes dele ser assassinado. Já anunciaram que ele teria morrido em um acidente de carro e a família dele sabia que ele estava sendo torturado. A esposa dele foi presa, um filho de 14 anos foi preso e muito torturado e ele foi assassinado como a Laura Coutinho: está dizendo, as pessoas viram o corpo sendo arrastado e ele já tinha sido dado como morto mas ele ainda estava vivo e sendo torturado. É um dos casos de muito escândalo que os registros da repressão tem guardado. Eu gostaria de também perguntar, tentei falar com a comissão de anistia agora e parece que a senhora não deu entrada em nenhum requerimento, nenhum pedido de indenização na comissão?

**Laura Coutinho:** não, estou em um período que estou sendo muito cobrada. Eu tinha uma posição e agora estou relendo essa posição. Agora a cobrança das minhas filhas que eu entrasse, eu tinha uma posição de que a minha militância não foi uma poupança. Era uma visão equivocada, mas era a minha visão. E então Pedro, "Laurinha, mesmo que você não queria por uma questão monetária, você tem obrigação de pedir" , como a senhora mesmo colocou que o Estado Brasileiro tem que me pedir desculpas por esse filho que perdi. Tenho uma filha advogada que está trabalhando essas questões, os documentos que tem que pedir pra gente entrar na comissão de anistia.

**Sueli Bellato:** Eu vou me pronunciar e dizer que é muito importante a senhora fazer. Porque lá nos registros oficiais há aquelas informações que estão ocultas, que os militares não querem revelar e há aquelas que são mentirosas que dizem assim "no

dia tal, Perly compareceu espontaneamente para depor" e a versão que esta prevalecendo é a deles. Se nós não contarmos, o que a comissão de anistia e a comissão da verdade estão fazendo? Estão revendo aquilo que foi escrito anteriormente e que é mentira. Vamos refazer essa história que está escrita a partir dos torturadores. Acho que a sua fala é muito emocionante e que não vai trazer luz só ao seu caso, veja só o caso do Seixas, há interface com outros casos. Então eu digo que esse número baixo de registros que a gente tem aqui no Espírito Santo é porque as pessoas têm essa dúvida que é legítima. Ninguém faz bolsa ditadura nesse país, quem fez bolsa ditadura e continua recebendo seus salários com promoções são os militares. Eles não foram tirados, assassinaram e continuaram a receber e com promoções. Alguns chegaram até a General se não chegou foi no governo Lula e governo Dilma porque nos outros governos eles podem ter chegado. Então eu surgido e peço é que ajudemos os professores e estudantes a divulgar: primeiro não precisa de advogado para dar entrada. Basta saber contar os fatos e juntar minimamente os argumentos. Quem tem falta de documentação que também é um fato emblemático, tem os depoimentos, tem os amigos, tem os vizinhos que viram que naquele dia a pessoa naquele dia não foi para um baile, ela foi sequestrada e ficou desaparecida. Então os depoimentos também são válidos e são importantes.

**Laura Coutinho:** eu já fiz o meu peso de minha culpa e percebi que tenho esse compromisso e não foi falta de cobrança dos parentes, companheiros e pessoas que a gente respeita. Mas as 162 vezes eu até vejo como uma covardia minha mexer com essas coisas, mas procede e eu vou fazer. Eu estou devendo e a história exige isso.

**Sueli Bellato:** Só mais uma coisa, nós vamos poder ver nos estados como nós vamos ajudar as pessoas. porque não é doloroso só para a a vítima, é para os familiares também. Hoje só temos quatro programas de acompanhamento psicológico, apenas quatro: São Paulo, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro. Nós podemos com a ajuda das universidades criar clínicas para testemunhos para que as vitimas possam curar, cicatrizar suas dores.

**Ouvidor público:** eu sou ouvidor público a senhora falou em nomes de servidores da universidade federal, a senhora falou sobre o comando, patrulha de \_\_\_\_\_ militar, mas eu pergunto à senhora porque é de interesse da escola de legislatura:

no que a senhora viveu, tem nomes relevantes de advogados, juízes ou promotores que tenham participado ou colaborado com o regime e que tenham ajudado ou atrapalhado a resistência? A senhora se lembra?

**Laura Coutinho:** Eu tenho um nome de um advogado que pouco se fez justiça a ele até agora e que era a quem nos reportávamos para ajuda em todas as dificuldades que a gente tinha, que era Everton Monte Negro Guimarães, aqui no estado. Embora não sei a trajetória desse cidadão agora, mas na época tinha o advogado Cleoni Heringer, que foi nos visitar em São Paulo. Foi o único a nos visitar em São Paulo, quando a gente estava na operação Bandeirante no DOPS.

**Ouvidor Público:** Fora isso, nome de nenhum juiz ou promotor que por exemplo atuasse no regime ou contribuísse com o regime a senhora não se lembra?

**Laura Coutinho:** Não tenho lembrança. Gostaria de pedir ao Perly se ele tem alguma lembrança, que falasse aqui e registrasse.

**Perly Cipriano:** O Espírito santo teve um dos piores, Geraldo Abreu, está vivo ainda lamentavelmente no Rio de Janeiro. A comissão nacional não ouviu essa pessoa. Ele não só era um elemento ligado à repressão, como por ele passavam as metralhadoras que serviam para matar as pessoas. Ele era procurador geral e hoje está vivo no rio de janeiro. Lamentavelmente ele não foi ouvido até hoje, e foi ele inclusive uma das pessoas que o Cláudio Guerra matava, era matador, mas ele levou o Cláudio Guerra para fazer a ligação com o sistema mais nacional, mas era ele: Cláudio Abreu e procurador geral que está vivo hoje no Rio de Janeiro.

**Prof. Pedro Ernesto:** Você pode me tirar uma dúvida? Você foi presa em março de 71? 163

**Laura Coutinho:** Sim.

**Prof. Pedro Ernesto:** Você ficou presa dois meses e meio?

**Laura Coutinho:** Sim.

**Prof. Pedro Ernesto:** O reitor da universidade da época era o Alaor de Queiroz Araújo, você teve algum problema com ele?

**Laura Coutinho:** Não.

**Prof. Pedro Ernesto:** Quando você voltou, no segundo semestre de 71, o reitor já era Máximo Borgo Filho e foi na gestão de Máximo Borgo Filho que foi instalada a acessória de segurança e informação da UFES a ASI e quando você se reporta ao

Alberto Monteiro, ele era chefe da ASI por todo esse período. Você teve algum problema com Máximo Borgo Filho, o reitor?

**Laura Coutinho:** Não, apenas quando eu coleí grau, eu tenho esse registro até fotográfico, na minha colação de grau a gente tinha que estender a mão e ele fez ironicamente, não condiz com o papel de um reitor, ele gargalhando, eu tenho essa foto inclusive, debochando da minha colação de grau.

**Prof. Pedro Ernesto:** Em relação ao Alberto Monteiro, a universidade funcionava de forma descentralizada principalmente no centro de Vitória. Em 71 começam os prédios aqui no campus de Goiabeiras. Quando você se formou, você estava estudando aonde?

**Laura Coutinho:** Ainda lá. A odontologia não tinha vindo pra cá não. Veio em 72.

**Prof. Pedro Ernesto:** Alberto Monteiro ficava onde, perto da reitoria lá na FAFi no centro?

**Laura Coutinho:** Onde fica aquela escola de artes da FAFI, onde tem aquela parte onde tem aquelas danças, ali em baixo tinha uma salinha, era ali.

**Prof. Pedro Ernesto:** A reitoria funcionava ali também, no mesmo prédio?

**Laura Coutinho:** Não.

**Perly Cipriano:** Inicialmente ele funcionou ali na rua Sete, ali funcionava a reitoria e posteriormente, com a transferência da universidade, aí sim ele vem pra cá e reúne todo esse material e leva pra FAFI. Eu ouvi \_\_\_\_\_ a esposa do Rogério Medeiros que também foi presa e foi lá na Fafi, 164 uma parte do material de arquivo da universidade era levado para a fafi, mas inicialmente ele estava no centro.

**Laura Coutinho:** Mas quando a gente voltou de São Paulo, para retomar as aulas e precisava do aval do Alberto Monteiro, era lá na FAFI, Já era na FAFI.

**Prof. Pedro Ernesto:** Para você voltar a frequentar e abonar suas faltas, tinha que procurar pelo Alberto Monteiro?

**Laura Coutinho:** Sim, nenhum professor deixava que a gente entrasse em sala de aula sem a autorização do Alberto.

**Prof. Pedro Ernesto:** Isso no segundo semestre de 71?

**Laura Coutinho:** sim, de 71.

**Prof. Pedro Ernesto:** mais alguém quer fazer alguma pergunta ou alguma observação? Você gostaria de falar mais alguma coisa, Laura?

**Laura Coutinho:** eu acho que nós vivemos em um momento muito importante da historia nacional, eu acho que os mais jovens, a gente tem um papel decisivo e temos que prestar muita atenção em que levantar a questão de estarmos encaminhando para o segundo turno nas eleições, pra prestar bastante atenção nos braços do regime autoritário que estão travestidos de progressistas, prestar muita atenção ao darmos o nosso voto porque o momento histórico é sério e temos um compromisso muito grande com essa nação e com essa juventude que nela está. Os falsos profetas estão aí e as pessoas que pulam de galho em galho estão aí, então a gente tem que manter uma coerência e se a gente conseguiu avançar nesse regime democrático nós não podemos perder esse avanço que tivemos absolutamente. Sem querer citar tendências políticas porque entendo que aqui não é hora, mas temos que prestar muita atenção antes de tomar nossa decisão agora nesse segundo turno.

**Cláudio Vereza:** Professor, como a Laura Coutinho, me homenageou, eu queria devolver a homenagem porque na verdade eu fui provocado por um grupo de presos perseguidos, ultrajados pela ditadura e a Laurinha citou o Aristides, falecido e foi o principal companheiro que vinha a velha assembleia e vinha quase que diariamente acompanhado de outros companheiros para me provocar no sentido de criar, na verdade eles queriam se espelhar na lei que tinha sido criada no Paraná, uma lei de reparação. E queriam que eu tomasse a iniciativa de apresentar a lei e acabei tendo a ideia de antes de apresentar o projeto de lei, de que tivesse a participação das pessoas conhecidas e vivas e familiares de mortos e 165 desaparecidos pudessem ir até à assembleia e dar depoimentos. Foi criada então uma comissão especial, isso foi no ano de 98, eu não era presidente, eu era deputado comum. Ano de 98 inteiro nos fizemos a coleta de depoimentos e o Aristides não chegou a ver o resultado, faleceu mais cedo. Aristides tinha sequela, tinha perdido um pé, sequelas das torturas que ele havia sofrido quando preso. De tal forma que gostaria de homenagear vocês mesmos, devolver essa homenagem a vocês que fizeram o principal papel que foi provocar um sítio parlamentar que não tinham vivo nada disso, que sabiam algumas coisas e com a força de vocês foi criado o projeto, aprovamos o projeto. O governador achou por bem vetar, a assembleia achou bem derrubar o veto. A lei entrou em vigor, lamentavelmente de lá pra cá nenhum governador aprovou essa lei em vigor. Ao contrário, o Governador eleito agora

aproveitou sua interinidade do então presidente do Presidente do Tribunal de justiça Jorge \_\_\_\_\_ para dar entrada \_\_\_\_\_ no Supremo Tribunal Federal. O presidente ficou governador por 3, 4 dias. Foram exatamente naqueles 3, 4 dias que a \_\_\_\_\_ certamente já preparadinha, né, foi dado entrada no Supremo e está lá até hoje na gaveta esperando que a \_\_\_\_\_ seja julgada. A inconstitucionalidade havia em termo de \_\_\_\_\_, era um projeto de lei que gerava despesa para o estado. Portanto, do ponto de vista formal, só o governador poderia ter a autoria de uma lei desse tipo, mas ela está em vigor até hoje. A \_\_\_\_ não foi julgada e o democrata eleito agora se negou, eu marquei uma audiência com ele e quando ele perguntou qual era o assunto ele se negou a me receber, isso já agora depois que eu saí da presidência. O chefe da Casa Civil me recebeu e disse que iam marcar para analisar e a análise deu \_\_\_\_ na \_\_\_\_\_ do Presidente do Tribunal de Justiça Jorge Vaz Coutinho. A homenagem fica devolvia à todos vocês lutadores, eu apenas fui um instrumento para que vocês pudessem expor o que vocês tinham vivido, alguns já falecidos, a maioria falecidos.

**Laura Coutinho:** Aproveitando, eu tenho até uma cópia que entreguei ao professor Paulo do documento que o Aristides trouxe do governo do Paraná para entregar ao Sr. Na época.

**Cláudio Vereza:** E a respeito da segunda edição do livro “Ditadura \_\_\_\_\_ eterna”, ela deve sair até o final do ano. O presidente se negou a publicar durante o período eleitoral porque achava que poderia violar, a Lei, lei de distribuição, usou esse artifício, mas esta tentando, está já na gráfica, e deve ser publicada até o fim do ano, espero que até sair da Assembleia essa segunda edição revisada inclusive uma parte por professores da Universidade, Prof. Walter e outros que participaram da revisão, espero que essa segunda edição seja publicada, obrigada e boa noite. Obrigada Laura.

**Perly Cipriano:** Sobre essa \_\_\_\_\_, como ela pode não ter anos e anos, recomendaram que fizessem outros projetos lei e encaminhassem ao governador, foi feito o projeto, passou pela procuradoria, portanto não tem nenhum elemento a mais, passou pela procuradoria, lamentavelmente deve estar na mão do governador que poderia mandar pra assembleia, acho que vai dar tempo ainda de que ele encaminhe pra assembleia, isso é possível. Obrigada, gostei. Muito especial.

**Iriny Lopes:** Muito brevemente quero agradecer a você. É sempre muito difícil reviver momentos desses, mas se vocês não tivessem coragem de ter feito o que fizeram na resistência e a coragem de reviver esse sofrimento o direito a verdade não chegaria nunca para o Brasil, nunca. Países menores e com democracias mais firmes que a nossa conseguiram o direito à memória e a verdade e aqui, podemos falar que tem portaria, tem determinação, mas a resistência é imensa. Então muito obrigada a você, a gente estava ouvindo aqui. Nós mulheres ficamos apavoradas porque somos mães e avós e a gente consegue medi. Obrigada.

**Luis Cláudio:** Antes que a gente conclua, duas perguntas que me ocorreram aqui, em relação ao que aconteceu eu queria saber você foi processada, formalmente e depois o que aconteceu, foi arquivado, qual a conclusão desse processo?

**Laura Coutinho:** Na realidade eu fui ouvida apenas em cartório. Quem foi julgado e processado foi o Amorim.

**Luis Cláudio:** Amorim?

**Laura Coutinho:** É

**Luis Cláudio:** E qual foi a conclusão desse processo?

**Laura Coutinho:** Ele foi absolvido pela diretoria militar.

**Luis Cláudio:** Ele também foi torturado?

**Laura Coutinho:** Sim, fomos torturados, ele mais que eu.

**Luis Cláudio:** Nós vamos ouvir. E a segunda pergunta é relativamente a pessoas que por ventura tenham sido desaparecidas. Nós aqui não registramos fatos concretos, mas há uma suspeita de uma moça, estudante da UFES que desapareceu na resistência ao regime militar. A senhora tem alguma informação?

**Laura Coutinho:** Não. Não tenho, não tenho.

**Luis Cláudio:** Sabe se foi comentado na época?

**Laura Coutinho:** Comentado foi, mas eu não tenho certeza, não poderia ser precisa pra falar e eu prefiro não falar.

**Luis Cláudio:** A senhora sabe o nome?

**Laura Coutinho:** Sandra eu acho..

**Luis Cláudio:** De que curso?

**Laura Coutinho:** Não sei, se era medicina, não sei, não sei. De Sandra, Sandrinha.

**Luis Cláudio:** Isso era um codinome?

**Laura Coutinho:** Não era nome, era nome.

**Luis Cláudio:** Não lembra o curso?

**Laura Coutinho:** Não lembro, mas acho que era da medicina, tenho quase certeza que era da medicina, pelo menos ou das ciências biológicas, era das biomédicas, com certeza da área da biomédica.

**Luis Cláudio:** A senhora lembra onde era? De qual cidade?

**Laura Coutinho:** Do sul do estado.

**Luis Cláudio:** Cachoeiro?

**Laura Coutinho:** Não sei se era Alegre ou Cachoeiro. Eu me lembro dela, uma pessoa franzina, pequenininha igual a mim assim.

**Luis Cláudio:** Saber identificar por foto?

**Laura Coutinho:** Sim, se eu vir a foto sim, posso identificar com certeza.

**Prof. Pedro Ernesto:** Mais alguém?

**Reitor Prof. Reinaldo Centoducatte:** Mais uma vez queria agradecer. Laura Coutinho: Tem pergunta não é? Não foi possível identificar o questionador: Eu gostaria de perguntar qual o seu sentimento em relação aos torturadores?

**Laura Coutinho:** Meu sentimento em relação aos torturadores... Olha, é difícil você mensurar. Apesar de a gente saber que muitos que estavam tinham convicções ideológicas de que estavam fazendo o certo, Mas eu acho que não existe certeza onde um ser humano penaliza o outro né, só de horror, o sentimento é de horror.

**Reitor Prof. Reinaldo Centoducatte:** Queria mais uma vez agradecer, a Universidade, a comissão, seu depoimento, pode ter certeza que foi um depoimento valioso, importante para nossa comissão e pra nossa Universidade, e certamente isso completa o documento e contribuirá também para o documento nacional que produzido através dos estudos das várias comissões que estão espalhadas. Muito obrigado, até na questão que você colocou, de não ter feito nenhuma ação no sentido de reparação, mostra realmente que você tinha a relação mais ampla da nossa sociedade, todo o sofrimento que você passou toda a tortura que você passou, falou eu não quero nenhuma reparação, eu fiz isso, porque eu acreditava na luta, que é mais um motivo da gente se orgulhar. Obrigado.

**Prof. Pedro Ernesto:** Agora Suely da Comissão Nacional de Anistia vai fazer a apresentação desse relatório sobre os perseguidos políticos aqui do Espírito Santo. Ela vai explicar melhor qual a metodologia do trabalho desses documentos que vão se tornar públicos o mais rápido possível.

**Sueli Bellato:** Primeiro eu gostaria de dizer que casos foram esses que foram escolhidos e que agora poderão ser melhor conhecidos na academia. No convênio pela universidade, foram três casos selecionados. Shine Lana Marinho, Guilherme Lara Leite e Berlice Prieto. O Shine Lana era um oficial de justiça, estudante de odontologia em 1964, líder da estudantil do centro acadêmico da faculdade, presidente da união estadual dos estudantes, a UEE e vice-diretor da região sudeste da união nacional dos estudantes. Participou de congressos nacionais estudantes organizados pela UNE e pela UEE. Depois já formado professor da UFES por dois anos sem ter vínculo empregatício sob alegação de ter sido submetido a inquérito. Aquilo que a Laura Coutinho disse, quando tinha folhas de antecedentes, não conseguia então uma contratação regular. Esse é um caso então de prisão e de tortura em razão de militância e por perseguição exclusivamente política. Quando falamos de perseguição, não significa que no Brasil não tivessem ocorrido outras perseguições, mas o viés que as comissões da verdade trabalham é o viés dado pela constituição federal, a perseguição exclusivamente política. O Guilherme Lara era estudante do curso de medicina também da UFES, membro do Centro Acadêmico da Universidade, preso em 72, e aí vocês estudantes, relacionem o que a D. Laura Coutinho diz, ela foi presa em 71. 71,72,73, são anos talvez, anos dos mais difíceis para a resistência. Nas vésperas da guerrilha do Araguaia, próximo do assassinato do deputado Mariguela, tem uma série de fatos acontecendo no país e acontece um contexto histórico, essas prisões de grande inverdade. O Perly é o que tem a ficha maior, em termos de incidência, de ocorrências, de informações. Os outros quando entravam na comissão de anistia, nas comissões especiais, registravam tudo, fatos às vezes pontuais, talvez pela dificuldade de falar, se falar é difícil, escrever é falar duas vezes, e a gente entende que as pessoas que sofreram barbaramente essas perseguições tem dificuldade para escrever, não é preciso ser advogado, mas é preciso ser amigo, amigo de quem vai escrever essas histórias né Perly, porque é muito duro colocar no papel de novo e você reviver, lembrar tudo o que passou. O Perly tinha grande militância com maior número de perseguições, e que o processo oferece, portanto maior número de informações. Foi torturado, exilado, militante do PCB em 1960, ingressou no curso de odontologia em 1964 aqui na Universidade, atuou no movimento estudantil seminarista, na união capixaba de estudantes a UESI espiritosantense, a secretaria de coordenação da UFES,

participou da fundação dos primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais do Espírito Santo com a representação dos estudantes da frente de mobilização popular. Então as três fichas, o catálogo desses três casos, são três casos que permitirão inclusive academicamente um estudo maior, da onde as pessoas estavam, qual é a ingerência que o regime militar teve pra se aproveitar das militâncias e das vulnerabilidades também das organizações. É uma riqueza muito grande, ainda que seja da Universidade, esses três casos que foram os casos selecionados, mas certamente terão outros casos e acho que a D. Laura Coutinho saiu daqui hoje convencida que ela deve fazer o pedido dela. Da magistratura, tem um número maior, nós tivemos um número maior de informações que foi possível fazer um cruzamento com as fichas do que eles tinham, com aquilo que já existia nas comissões de anistia. Eu vou só citar então quem são os requerentes que têm um histórico já registrado na escola de magistratura e tem também processo na comissão de anistia: Benjamim Vieira Sebastião Luciano de Rezende Antônio Ricardo de Nunes Verde Paulo Ferreira Garcia Valdemir Pereira de Oliveira Francisco Torres Isso é importante também, pra que a gente faça a identificação de que outros atores estavam envolvidos nessas perseguições. Nós sabemos que os crimes contra a humanidade não prescrevem. Há fortes esperanças e razões que nós temos para acreditar que o nosso supremo tribunal federal tão conservador não vai resistir a vida inteira, contra os tratados e acordos internacionais, na esperança de que tudo isso seja removido e que o supremo entendeu que os crimes que ocorreram durante a ditadura são crimes todos estariam aliciados, quem torturou e quem foi torturado, no entanto não é um caso com trânsito injulgado, existe um embargo, portanto está suspensa pela decisão dependendo do julgamento dos embargos. Eu recentemente participei lá em Brasília com o presidente da corte América de direitos humanos e também dos nossos representantes do Brasil o ex-ministro Wanug e o atual que também fazem parte da corte dos direitos humanos e nesse momento o próprio ministro falava da importância que tem o judiciário de se adentrar ao movimento, não dos tratados e acordos internacionais, mas da própria constituição federal. Há grande possibilidade que os crimes contra a humanidade e os crimes que foram cometidos contra a D. Laura Coutinho e tantos outros sejam revistos e passíveis de responsabilização. As comissões da verdade no que eu tenho visto e pelo que eu participei do projeto de lei, ninguém diz olha eu quero ver o

velhinho lá atrás da cadeia pensando. Primeira intenção é que ele reconheça, se responsabilize pelo que ele praticou, que seus netos e que seus filhos saibam a história que esse país construiu pra que ela não se repita. É a história do auto reconhecimento dos erros praticados pra que não faça uma escola de gerações pra que seus filhos e netos possam reproduzir. A primeira pretensão das vítimas é que eles não sejam reconhecidos como algozes, mas os verdadeiros algozes, quem matou quem torturou e inclusive hoje se encontram desaparecidos cerca de 400 brasileiros oficialmente, próximo de 400 famílias que não receberam os corpos que foram assassinados por meio a ditadura e que têm o direito sagrado, direito constitucional de ter esses corpos pra que sejam enterrados e da família ter um local de prestar as homenagens. Além disso, têm os que não são oficiais, nós temos na secretaria de direitos humanos, um número de 5000 um número muito maior, de mortos e desaparecidos que o Brasil não registrou e que não conhece oficialmente que números são esses. Ministério público que tem tido algumas iniciativas, que eles se empenhem mais porque agora nós temos aqui com os catálogos o nome dos autores das torturas e das perseguições. A D. Laura Coutinho agora mesmo nos revelou dois, três nomes, que essas pessoas sejam responsabilizadas pelo que elas praticaram pra que acabem essas práticas de tortura que permanecem nos dias de hoje por quê? Porque os de ontem não foram punidos. Então ficou parecendo que praticar tortura no Brasil passa limpo, porque não há responsabilização, isso não é verdade. Nós temos que ficar tentos a essa prática que nos envergonha muito permanecer ainda, nas delegacias as pessoas serem mortas e torturadas e desaparecidas como nós temos visto aí nos noticiários do dia-a-dia. Então professor, eu acredito que vai ser possível com o conhecimento das informações que estão gravadas que estão digitalizadas, podendo trabalhar pra aperfeiçoar esse sistema de informação, eu acredito que ela não está a contento, mas ela é um passo de quem inicia um trabalho pra ser aperfeiçoado e contribuir com a nossa democracia.

## ANEXO II

### **Geração Gota D'água – A memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país – Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980**

Categoria: Documentário

Duração: 29 min. 26 seg.

Transcrição: Ramilles Grassi Athaydes

Data: 10 de janeiro de 2017

Link: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_HxjPhHZ0IY](https://www.youtube.com/watch?v=_HxjPhHZ0IY)

**Antônio Claudino de Jesus:** “Entrei na UFES em 1973 para o curso de Medicina. O clima no Centro Biomédico era de terror, tendo em vista que no ano anterior a Polícia Federal havia invadido o Centro sob o comando da ditadura e levado professores e estudantes que eram lideranças do ME de então. A partir daí, o silêncio se estabeleceu. Só em 1974 é que nós rearticulamos o movimento e, paralelamente, em toda a Universidade, isso ocorria. O ME foi se articulando e se mobilizando basicamente centrado em cima de três eixos na minha análise: o primeiro deles foram as questões acadêmicas, era um biombo fundamental e era o que nos aproximava e dava identidade com a realidade do estudantado que não tinha contato político; o segundo foram as reuniões clandestinas, um movimento subterrâneo e subversivo, esse sim político e partidário que impulsionava as questões para se engajarem nas lutas nacionais; e em terceiro momento, foi o movimento cultural que deu rosto e que fez com que este movimento atingisse as grandes massas universitárias. O movimento Cineclubista sai na frente, mas os diferentes seguimentos do movimento cultural dentro da universidade cresceram e também se juntaram numa grande luta, que fez levar para toda a sociedade capixaba as veias políticas, dados políticos que só eram discutidos internamente na universidade. É aí então, na sub-reitoria comunitária se agregam profissionais que tinham compromissos com essas questões da área do folclore, literatura, música. O movimento Cineclubista foi de vital importância para o processo de construção das políticas estudantis e toda política cultural não só na universidade, mas do estado do Espírito Santo. Foi, digamos, o carro-chefe, foi o primeiro a surgir e o primeiro a expandir as bases da universidade, do ME, para além dela, quando se espraia para

os bairros da Grande Vitória e aos poucos vai atingindo municípios do interior do estado. Essa geração foi a geração que construiu um jeito ético e ser feliz de ser. Eu me sinto uma pessoa ética e feliz e tenho absoluta certeza que a confirmação desse processo na minha vida se deu nesse processo da universidade.

**Lauro Ferreira Pinto Neto:** Nessa época os diretórios estavam todos fechados, não havia Diretório Central dos Estudantes. Era um momento de repressão. Época em que a liberdade de reunião e discussão não existia. Havia muito medo, muita dificuldade, muito receio de se falar qualquer coisa. Você fazia alguma reunião para discutir alguma coisa, as pessoas circulavam em volta, você tinha dúvida se algum estudante, que ficava eventualmente olhando, se era algum policial infiltrado. Era época em que você desconfiava, às vezes, de um colega de turma, que era um sargento da Aeronáutica, você tinha medo, na verdade, de ele ser um policial que estava ali colocado pelos agentes da ditadura. Houve uma primeira grande manifestação na visita do ministro Ney Braga, quando foi feita uma carta da Medicina denunciando as condições de ensino. E a Medicina se organizou para discutir isso e houve um movimento de repúdio do DDJE. Já havia uma disputa entre a Medicina e a Economia, e o CCJE queria contraditar isso e, eventualmente, até escrever um documento. E na época, então, nós fomos à casa do estudante Paulo Hartung que era uma liderança da Economia, uma liderança da Atlética, e a gente foi até num movimento de disputar, de brigar, e acabou iniciando ali um movimento de convivência muito interessante que aproximou a Medicina do campus e criou o embrião do que seria depois o Diretório Central dos Estudantes. Mas veja, todos nós lideranças tínhamos uma certa proximidade, uma certa identificação com lideranças a nível nacional, mas não éramos organizados. A organização aconteceu de fato em 1978, quando todos nós tínhamos alguma proximidade, mas a gente ficava meio em dúvida: “escuta, tem que ter carteirinha? Como é esse negócio, é um movimento clandestino”. Havia muito medo de ser guiado, de não seguir mais ou menos o que a gente achava que era certo, havia uma certa ingenuidade jovem, a gente se organizou de fato enquanto células, núcleos do “Partidão” em 1978. O ME se aproximou de outras esferas da sociedade, então naturalmente da igreja, através de Dom Luís, que era bispo auxiliar, do padre Alberto que era coordenador das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e de frei Beto. Frei Beto que foi assessor de

Lula, era frade dominicano, tinha sido perseguido pela ditadura, morava na época em uma favela na ilha de Santa Maria, e auxiliava na organização das CEBEs. Então, os estudantes se aproximaram de frei Beto, se aproximaram de Dom Luís e criamos a Pastoral de Saúde, que fazia trabalho junto a comunidade de orientação de planejamento familiar, de orientação de higiene, saneamento, tratamento de verminoses e, obviamente, ajudava na organização ainda embrionária das comunidades. Também nos aproximamos dos sindicatos: o sindicato dos médicos, sindicato dos jornalistas, sindicato dos bancários, sindicato dos metalúrgicos, na tentativa de organização de um embrião intersindical. Eu acho que isso forjou um pouco uma certa proximidade nossa com a realidade do povo, com o sofrimento do cidadão e uma questão de solidariedade, de estar presente, de ajudar na formação de cidadãos melhores.

**Rômulo Augusto Penina:** Tudo estava proibido. Nós estávamos vivendo um momento muito difícil da nação, uma fase aguda da revolução, inclusive, Anos de Chumbo. Em relação à UFES, a sua autonomia era totalmente desvirtuada pela revolução. Nesse período revolucionário a gente mantinha o campus, a reitoria, os estudantes, mantinham o campus como uma área inviolável. Embora havia infiltração de toda ordem. Mas nenhuma ação policial se realizava sem autorização, e nós, reitoria da universidade, não dávamos autorização para nenhum movimento dentro do campus. Foram quatro mostras de teatro em que os Diretórios Acadêmicos apresentavam os seus trabalhos. Essas peças eram levadas para Brasília, censuradas, retornavam, os ensaios para a apresentação das peças eram censurados pela PF, mas na hora da apresentação propriamente dita, os estudantes largavam a censura de lado e apresentavam o original. Eu considero o reitor Manoel Ceciliano o reitor da “abertura”, porque quando ele nos convidou para a sub-reitoria comunitária eu fiz logo uma pergunta: O senhor é favorável à reabertura do DCE? E ele me respondeu: “faça aquilo que você achar que deva ser feito”. Ali eu aceitei o convite porque tinha a noção exata que em pouco tempo haveria um movimento de reabertura do DCE. Se não fosse a movimentação estudantil na área política, na área cultural, com um grupo de jovens, essa memória seria totalmente reprovável pelo silêncio, pela anestesia que dominou a universidade em todos os seus setores.

**Adauto Emmerich Oliveira:** Já estava em curso no nosso país três Decretos-Lei que eram bastante impactantes: era o Decreto 447, o 228 e o próprio AI-5. E o decreto 228 impedia a organização do ponto de vista das entidades associativas dos estudantes. O AI-5 tirava o direito de praticamente de ir e vir dos cidadãos, principalmente quando tinham a intensão de participação política, sindical, enfim, de todos os sentidos da vida humana e social no país. Essa reorganização, ela fez com que nós nos rearticulássemos tanto no plano local, com outros diretórios acadêmicos que estavam se reestruturando, como o CCJE, e também no plano nacional, através dos primeiros encontros que iriam redundar na reorganização da UNE. (*Sobre o encontro CESAC*) Chegamos em Belo Horizonte nós fomos duramente retirados de um ônibus que tinha vários estudantes e levados para a PF da capital mineira. E a partir daquilo ali nós passamos a ser fichados na PF porque havia um sistema de controle sobre a sociedade através de um órgão que a ditadura tinha que era o Sistema Nacional de Informações, que era o famigerado SNI. Na universidade também tinha uma ramificação desse sistema, que era um controle sobre as atividades estudantis, e a gente não tinha dúvida que quando a gente tinha reunião, tinha assembleia, sempre tinha alguém ali bisbilhotando o que os estudantes estavam fazendo. Nós temos que entender o processo político como um processo permanente na sociedade. A falta de liberdade que existia nos anos 1970 com a ditadura militar, quero dizer, nos tornou subversivos, a impressão que eu tenho é que a gente tem que ser subversivo permanentemente, no sentido de enfrentar leis, legislações, situações políticas que não vão de encontro aos interesses da sociedade como um todo. Então, se tem um legado importante que o ME deixou para esse país, foi a reforma sanitária. Só para vocês terem uma ideia, está embutido dentro do processo organizacional do Sistema Único de Saúde, o controle social, a participação da sociedade civil no controle das ações e da gestão da saúde de nosso país. Valeu a pena!

**Constantino Colodeti:** o 477 foi de 1969 a 1979, então esse era o que atingia direto os estudantes e os funcionários, ou seja, aquele que realmente dizia: “Aqui vocês não podem se organizar, as liberdades estão limitadas por conta da revolução”. Então você não podia se manifestar porque senão você estava cometendo um crime: se você fosse estudante você era suspenso, se você fosse professor você

perdia o emprego. Chegamos a conclusão de que nós tínhamos duas opções para poder mudar a realidade que nos cercava: ou caminhávamos para a luta armada, ou nos organizávamos através de uma instituição que nos desse condição de nos manifestar e fazer com que mudássemos a realidade. Foi daí que surgiu a ideia de formar a chapa Gota D'água para participar da eleição do Diretório Acadêmico do CCJE, que foi quando nós conseguimos iniciar nossa luta. Na luta, no diálogo, na contestação, você amadurece e cresce tanto como profissional, como cidadão. Eu acho que eu cresci, eu fiz grandes relacionamentos, eu adquiri capacidade de lidar com questões que se eu não tivesse me envolvido com o movimento, eu não teria adquirido. Nós corremos riscos, lutamos, tivemos um envolvimento, queira ou não, mas isso deu um resultado. Não quer dizer que acabou a luta, mas estou dizendo assim, ela deu um resultado para o país, ou seja, o envolvimento valeu a pena.

**Robson Moreira (Chicó):** A chapa Gota D'água é o resultado de um movimento natural de um ambiente que nós encontramos na universidade. Nós entramos em 1975 e já no ano seguinte aconteceriam eleições pra ao Diretório Acadêmico do CCJE e até então esse Diretório Acadêmico era dominado pela Faculdade de Direito. Não havia participação, e era uma letargia só. Então, nós chegamos animados e falamos: “Poxa, porque que nós não podemos fazer parte desse movimento aí? Então vamos fazer uma chapa para disputar eleição”. A partir daí a chapa Gota D'água contaminou e começou a criar um novo modelo, uma nova forma de atuação do ME no Espírito Santo. O material de divulgação era um material muito caseiro, muito artesanal, porque na verdade a gente não tinha o domínio do Diretório, a gente estava entrando numa disputa, a gente não tinha a máquina a nosso favor e a gente também não tinha dinheiro. Então a gente tinha que se virar. Então nós criamos, por exemplo, o jornal que marcou, que foi o jornal “O Grito”. Eu mesmo que fazia, desenhava, ela era feito à caneta bic, numa folha de papel almaço, eu criei um desenho, um cara com uma boca aberta assim, saindo um grito de dentro da boca dele. Então ali a gente fazia as nossas coisas, ne?! Fazia de caneta bic, mas fazia as coluninhas bonitinhas ali, como se fosse um jornal mesmo. Era uma coisa bem trabalhada, até por que a gente estava fazendo Jornalismo, não é?! Nós não queríamos levar para dentro da universidade uma coisa político-partidária, nós queríamos politizar os estudantes. Há uma diferença muito grande.

Então nós estávamos abertos a qualquer tipo de opinião, não tínhamos restrições e por isso que nós conseguimos entusiasmar tanta gente para participar do nosso movimento, porque não havia cobrança, e o “Partidão” na época queria dominar, então ele tinha um braço dentro da universidade, mas era um braço morto porque ele não fazia absolutamente nada. O “Partidão” que já tinha um domínio quase que completo na Medicina, ele passou a ter também uma ascensão muito grande no CCJE, que era uma coisa que a gente não podia conter, nós éramos abertos, as reuniões eram abertas. Olha, o teatro teve um papel de importância muito grande no nosso movimento, porque nós pegamos e aí já entramos, já tinha a mostra de teatro universitário e nós entramos de cabeça nisso, porque nós precisávamos, inclusive, dar respostas para os estudantes daquilo que a gente fazia no cotidiano, no cotidiano da universidade, e o teatro a gente viu como um instrumento que você podia além de fazer arte, também fazer denúncias, porque aquela época era dura, você não conseguia ter um espaço. A Gota D’água, ela fez história porque eu acho que foi um movimento vibrante, um movimento que sacudiu a estrutura da UFES.

**Paulo Hartung Gomes:** Eu entrei na universidade em 1976. Tinha um núcleo mais organizado, mais bem posicionado no CBM, mas foi no campus e, particularmente, no CCJE, como a gente chamava antigamente, que a animação se deu, particularmente, numa disputa eleitoral, aonde uma chapa de nome Gota D’água, música tradicional de Chico Buarque de Holanda, fez o enfrentamento ali com forças que se colocavam numa posição mais conservadora. Eu acho que ali nasce um “motorzinho” importante da retomada do ME, mas o clima era de muito ativismo, não só de militância, mas também um ativismo cultural, poesia, música, teatro, conversa sobre cinema. Nós tivemos muitos fatos extremamente marcantes na retomada do ME. O primeiro deles, era assim como o primeiro beijo, foi a primeira passeata dessa retomada. Quero dizer, a gente organizou com muito zelo, queríamos ter a população ao nosso lado, então nós não ocupamos a Jerônimo Monteiro toda, ocupamos uma faixa. Quero dizer, acabamos conhecendo também aquilo que gerações anteriores, da luta do ME, conheceram com muita intensidade. Nós acabamos tendo um confronto com a repressão aqui na Praça Oito. Aqui no Espírito Santo, o ME é que teve o papel de reorganizar o velho “Partidão”. Foi o movimento, com seu dinamismo e com a sua força que fez a organização do “Partidão”. O

evento da CESAC, que era um encontro científico, mas de qualquer forma era um ponto de rearticulação política do ME no país, foi percebido pela força de repressão daquela época, e foi, de certa forma, proibido. Nós ficamos amotinados no campus universitário e transformamos aquele período da CESAC, que estava sendo realizado, num movimento de protesto. (*Sobre a reabertura do DCE*) Foi uma construção que veio dos Centros, quer dizer, os Centros foram se organizando, o nível de ativismo e militância diferenciados. O CBM, como eu disse anteriormente, o CCJE, depois você passou a ter movimentos na Engenharia, na Educação Física, Belas Artes, enfim, e de certa forma a chapa “Construção” ela foi sendo montada com fragmentos de todos esses Centros, inclusive Alegre. Mas eu acho que o grande impacto que tem os jovens militantes do “Partidão” foi quando da Anistia, quando recebemos dos quadros tradicionais algumas legendas, legenda de vários movimentos da luta social o nosso país e o contato dessas velhas lideranças com esses jovens do ME, eu acho que ali houve um “desencanto”. É nesse processo histórico que foi se construindo essa militância, essa geração e esse pensamento político que acabou abraçando a democracia como valor e abraçou valores da república, os valores republicanos, a ideia de que o governo, o espaço público, pertence aos seus ocupantes, pertence à sociedade, ao cidadão, ao contribuinte. Muitos elementos da minha formação tem a ver com aquela militância, com aquele tempo, com o que a gente pode brincar como geração Gota D’água, como Zuenir brinca com a geração de 1968, ne?! E eu acho que os elementos de uma grande sensibilidade social, quer dizer, essa obstinação pela emancipação humana, tem a ver com essa militância.

**Irene Leia Bossoi:** Não que fosse uma geração que tivesse entrado na faculdade despolitizada, pelo contrário, eu acho que é uma geração que já entra com um certo nível de consciência, de contradição com o regime de exceção naquele momento. Mas é o momento em que as chamadas “tendências”, a gente tom contato com as chamadas “tendências”, que era o reflexo no ME das várias posições políticas que não podiam se expressar na sociedade brasileira naquele momento. Então nós tínhamos o Encontro de Saúde Comunitária, que era um encontro extremamente interessante, \_\_\_ começaram, então, os encontros dos estudantes de Economia, dos estudantes de Administração, Economia nos ENECOS, Administração nos

ENEAD. Eu tentei participar, ir de ônibus individualmente, fui retirada do ônibus pela PF. Tinham muitas mulheres que participavam de qualquer forma, mas a função de liderança era, inevitavelmente, ocupada pelos rapazes. É um momento especial também, porque é um momento que aflui para a universidade mulheres para todos os tipos de curso. Essa barreira estava sendo quebrada. Mas a barreira da participação política, que era uma barreira que tinha que ser quebrada no país, ela ainda era território masculino. Foi um aprendizado, uma fazer política do ponto de vista mais largo e abrangente, nessa palavra.

**Fernando Luiz HerkenhoffVireira:** A proposta do PCB, do “Partidão”, era uma proposta diferenciada, era uma proposta reformista, era uma proposta não marxista-leninista, era uma proposta já influenciada pelo euro-comunismo. Nós surgimos depois de dois ou três anos de medo, apatia e falta de participação dos estudantes. Então nós tínhamos propostas, nós tínhamos propostas para os Diretórios Acadêmicos, nós tínhamos propostas culturais, nós tínhamos propostas de enfrentamento do regime militar, nós pensávamos no socialismo, mas havia uma ideia generosa por detrás de tudo isso. Então eu acho que contribuiu decisivamente, porque rompeu com esse silêncio que havia sido imposto aqui na UFES. Foi a primeira força que emerge depois da grande repressão que houve ao PC do B em 1971. O Partido Comunista certamente priorizava o movimento operário, movimentos comunitários e assim por diante. O que era um atraso, uma visão atrasada. Para mim foi um mundo encantado, a possibilidade das pessoas interferirem na vida social, na vida política, nos destinos do seu país, do seu estado, da sua cidade. Eu falo que foi uma influência decisiva na minha vida.

**NeivaldoBragato:** Com esse instrumento a gente pode representar algumas peças que tinham alta politização. Então você levava a discussão para a sociedade da Grande Vitória, mas como também podia levar isso para o interior. Isso foi importante que você permitia que pessoas de outras cidades, assim, que você não tinha vínculo nenhum pela universidade, você conseguia ir levar uma mensagem de coisas novas, de um país se abrindo, de liberdade, permitindo assim que através desse instrumento cultural você tivesse uma inserção na sociedade do Espírito Santo como um todo. A reabertura do DCE em 1978, ela veio coroar todo um

trabalho que vinha sendo feito desde 1976. Eu acho que a reabertura do DCE foi a peça fundamental para ligar os alunos, o movimento, a sociedade. Isso fez com que se tivesse uma ligação maior com o partido com as igrejas, nas campanhas sociais, e permitiu com que os DAs tivessem um papel mãos acadêmico, deixando para o DCE essa parte mais politizada, mais inserção social, mais movimentação com a sociedade como um todo. O ME em certo momento viu que o limite, o muro da universidade, tinha que ser transposto para entrar na sociedade. Um desses canais é claro que foi o movimento partidário a partir do MDB que era oposição. Liberdade democrática foi a palavra que nós mais falamos acho que em todo o tempo de universidade. Junto com isso veio o movimento de Anistia pra aquelas pessoas que haviam se envolvido em movimentos políticos anteriormente e foram expulsas do país ou estavam presas, estavam no exterior. Então foi o primeiro casamento importante, o primeiro envolvimento onde o ME acabou sendo um dos elos fortes junto com a OAB, junto com os movimentos sociais, sindicatos. Mais lá na frente, pelas “Diretas Já!”, ne isso?! E para o retorno do país para as normalidades democráticas. Me sinto muito feliz de ter participado. Eu acho que foi um momento muito importante na minha vida e me ajudou a formatar, a formatar aquilo que eu sou hoje, aquilo que eu penso, a forma que eu atuo, a forma com que eu ajo na minha vida diária como pessoas humana e como pessoa que desenvolve cargo público há mais de vinte anos.

**Cláudio Luiz Zanotelli:** E havia diferentes tendências e diferentes posições políticas que surgiam na cena política aqui na universidade, no Brasil e no Espírito Santo, particularmente. E daí, o Partido Comunista tinha um certo monopólio, digamos assim, entre aspas, dessas representatividade política. Então começa a surgir colado um pouco nos movimentos do ABC, do sindicalismo autêntico, etc, novas propostas de pensar-se politicamente, novas ações e tal. E aí haviam os trotskistas, os maoístas, todos os outros “istas”, ne?! Que adotavam a perspectiva diferente do Partido Comunista e quem em geral, eram tendências, partidos ainda clandestinos apesar de se estar numa época de abertura e que tinham seus reflexos, seus representantes dentro da universidade. Tanto é que esses movimentos todos ditos de esquerda, de extrema esquerda, eles tinham uma base muito grande, faziam reuniões com dezenas de pessoas em cada corrente política. Então, por aí você

percebe essa vontade de se manifestar, de participar, de contestar, construir outras coisas, de ir contra aquilo que era predominante na sociedade, que era o fim da ditadura militar. Então em tempo se anunciava uma certa abertura aí. A gente ia muito para as ocupações, por exemplo, para as invasões aqui em Vitória, o que chama invasão que era ali em São Pedro, ou lá em Itaenga, Cariacica e esses lugares aí a gente frequentava, quer dizer, através dessas articulações políticas e do PT a gente participava da vida ativa na sociedade, dos movimentos, do que a gente chamava dos oprimidos, dos dominados e tal. Então houve uma proximidade muito forte com esses setores excluídos ou setor operariado. Foi um aprendizado de vida coletiva, de embate, de diferenças, né?! De aprender a criticar a sociedade, de ver que as coisas nem sempre são aquilo que parecem, né?! Quer dizer, de tentar buscar uma certa essência nas coisas. Eu acho que esse foi um primeiro aprendizado e que a universidade não é só sentar na cadeira, pegar o livro, ficar fazendo prova e fazendo pesquisas, etc. Essa questão de um aspecto mais político geral, de um conhecimento da sociedade foi muito importante.